

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 398, DE 2021

(Do Poder Executivo)

MSC 349/2021

OF 649/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.874, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul.

MENSAGEM Nº 349

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.992, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rochedo, no município de Rochedo - MS;
- 2 - Portaria nº 2.488, de 7 de junho de 2017 - Associação de Cultura de Brasília de Minas, no município de Brasília de Minas - MG;
- 3 - Portaria nº 5.232, de 28 de setembro de 2017 - Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (ABACANR), no município de Portalegre - RN;
- 4 - Portaria nº 1.023, de 14 de março de 2018 - Comunidade de Jesus, no município de Bom Sucesso - MG;
- 5 - Portaria nº 1.257, de 14 de março de 2018 - Associação de Apoio Comunitário Bethel, no município de Aparecida de Goiânia - GO;
- 6 - Portaria nº 5.956, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre, no município de Campo Alegre - SC;
- 7 - Portaria nº 5.964, de 22 de novembro de 2018 - Associação Cultural e Beneficente de Radiodifusão Comunitária Lapeana, no município de Lapa - PR;
- 8 - Portaria nº 4.099, de 21 de agosto de 2019 - Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia - ACRBL, no município de Belo Horizonte - MG;
- 9 - Portaria nº 4.311, de 30 de agosto de 2019 - Associação Comunitária Cultural Bragadense - ACCB, no município de Pato Bragado - PR;
- 10 - Portaria nº 4.714, de 17 de setembro de 2019 - Associação Amigos de Pinhais, no município de Pinhais - PR;
- 11 - Portaria nº 4.717, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Cultural Pinheirinho do Vale, no município de Pinheirinho do Vale - RS;
- 12 - Portaria nº 4.720, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Soledadense, no município de Soledade de Minas - MG;
- 13 - Portaria nº 4.749, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques, no município de Capitão Leônidas Marques - PR;
- 14 - Portaria nº 4.750, de 17 de setembro de 2019 - Fundação Rimidia Gayoso de Sousa, no município de Santa Teresinha - PB;
- 15 - Portaria nº 4.757, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Cultural Itapoã, no município de Ivinhema - MS;
- 16 - Portaria nº 4.760, de 17 de setembro de 2019 - Acauã Produções Culturais, no município de Aparecida - PB;

- 17 - Portaria nº 4.762, de 17 de setembro de 2019 - Associação dos Moradores do Tabuleiro, no município de Matinhos - PR;
- 18 - Portaria nº 4.763, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê, no município de Goioerê - PR;
- 19 - Portaria nº 4.764, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Rio Pardo de Minas, no município de Rio Pardo de Minas - MG;
- 20 - Portaria nº 4.873, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Joaquim Mariano da Costa, no município de Toritama - PE;
- 21 - Portaria nº 4.874, de 19 de setembro de 2019 - Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, no município de São Francisco de Assis - RS;
- 22 - Portaria nº 4.881, de 19 de setembro de 2019 - Associação Popular Passaquatrense Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, no município de Passa Quatro - MG;
- 23 - Portaria nº 4.884, de 19 de setembro de 2019 - Associação O Bom Pastor de Amparo Social, no município de Presidente Bernardes - SP;
- 24 - Portaria nº 4.944, de 19 de setembro de 2019 - Associação Beneficente Maria Pinto, no município de Caucaia - CE;
- 25 - Portaria nº 4.969, de 24 de setembro de 2019 - Associação Palmarense Rádio Comunitária, no município de Palmares do Sul - RS;
- 26 - Portaria nº 4.970, de 24 de setembro de 2019 - Associação Cultural e Comunitária de Itaberaí, no município de Itaberaí - GO;
- 27 - Portaria nº 4.973, de 24 de setembro de 2019 - Associação Rádio Comunitária de São José dos Pinhais, no município de São José dos Pinhais - PR;
- 28 - Portaria nº 5.176, de 4 de outubro de 2019 - Fundação de Cooperação e Desenvolvimento, no município de Massapê - CE;
- 29 - Portaria nº 5.177, de 4 de outubro de 2019 - Associação dos Moradores do Bairro Asa Norte e Bom Sucesso, no município de Imperatriz - MA; e
- 30 - Portaria nº 5.180, de 4 de outubro de 2019 - Rádio Comunitária Wagner FM, no município de Wagner - BA.

Brasília, 21 de julho de 2021.

 **SERPRO**
Assinado digitalmente por:
JAIR MESSIAS BOLSONARO



Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Brasília, 23 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.042889/2013-91, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, inscrita no CNPJ nº 02.409.280/0001-11, explore pelo prazo de dez anos a partir de 31 de julho de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13076/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.874, de 19 de Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26/09/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4874/2019/SEI-MCTIC
DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.001010/1998 e nº 53000.042889/2013-91, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, CNPJ nº 02.409.280/0001-11, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 19/09/2019, às 21:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4647574** e o código CRC **C0FB4B74**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 649/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.992, de 2015; 2.488 e 5.232, de 2017; 1.023, 1.257, 5.956 e 5.964, de 2018; 4.099, 4.311, 4.714, 4.717, 4.720, 4.749, 4.750, 4.757, 4.760, 4.762, 4.763, 4.764, 4.873, 4.874, 4.881, 4.884, 4.944, 4.969, 4.970, 4.973, 5.176, 5.177 e 5.180, de 2019.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.007034/2013-14

SEI nº 2743324

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 40670/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.042889/2013-91.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 23/10/2019, às 12:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4771636** e o código CRC **B3FD33F2**.

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53000.042889/2013-91
Interessado:	Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	02.409.280/0001-11
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	RS
Localidade:	São Francisco de Assis
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Número do Tipo:	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais

436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Analista**, em 02/10/2019, às 08:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4685746** e o código CRC **C8C3E40A**.

Referência: Processo nº 53000.042889/2013-91

SEI nº 4685746



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.042889/2013-91

(Processo de Outorga nº 53790.001010/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA** sediada na localidade de **São Francisco de Assis/RS**, tem validade até 31/08/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 24 de Julho de 2013.

VALKIRIA FERREIRA MACHADO
Chefe de Divisão

12e 42

Ao Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério das Comunicações
02
Fis
Rubrica
En
SCE

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 042889/2013-91

SEAPA/SCE
17/07/2013-08:44

REFERENTE OFICIO: 2726/2013/CGRC/SCE-MC DE 29/05/2013

ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA, brasileira, maior Profissão Serviços Gerais, residente e domiciliada na Rua Joao Bastos de Aguiar n° 1297, Bairro Assis Brasil, CEP-97.610-000, em São Francisco de Assis, RS, Representante legal da Associação Comunitária Sentinela Pampeana, entidade autorizada para execução de serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Francisco de Assis, RS, conforme **processo n° 53790.001010/1998**, vem respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, solicitar um prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento deste ofício, para apresentar a documentação solicitada, para adequar-se de acordo com a norma n° 01/2011, devido a demora para registro da nova documentação por parte dos órgãos públicos é que fizemos tal solicitação.

Certos de que nossa solicitação será atendida, enviamos nossos votos de estima e consideração à direção e funcionários deste órgão.

São Francisco de Assis, RS, 08 de Julho de 2013.

Rosenilda S. da Fontoura

ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA

SEARC
131



REIOS



A.R.



REGISTRADO URGENTE REGISTERED PRIORITY		
<input checked="" type="checkbox"/> AR	<input type="checkbox"/> MP	PESO / WEIGHT (kg) <i>0,500</i>
RA 83362121 1 BR		

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES		FONE	
COM. ELET. LOBPO. GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA			
dos ministérios. BLOCO R 3º ANDAR			
BRASILIA		UF DF.	
900			
A PAMPEANA		FONE	
AL MUNDO 1297		USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Não procurado <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado	
		TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª: __/__/__ às __h. 2ª: __/__/__ às __h.	
		CAMBIO	



765000

01/13

Probag Embalagens Especiais

M 250 x 350 mm



DESTINATÁRIO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SEL. SERV. COM. ELET. COORD. GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA		FONE	
ENDEREÇO ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS. BLOCO R 3º ANDAR			
CIDADE BRASILIA			UF DF.
CEP 70044900			
REMETENTE RADIO SENTINELA PAMPEANA		FONE	
ENDEREÇO JOÃO AMOS DE AGUIAR. 1297			
CEP 97610000		CIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS-RS	UF
USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS <input type="checkbox"/> Mudouse <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Não procurado <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado <input type="checkbox"/> Outros (especificar) _ _ _ _		TENTATIVAS DE ENTREGA 1º: _ / _ / _ às _ h. 2º: _ / _ / _ às _ h. 3º: _ / _ / _ às _ h.	
Rúbrica do responsável _____		Visto _____	
UNIDADE ENTREGADORA			



Material reciclável RECICLAR MATERIAIS É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 2172/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga

Referência: Processo de renovação nº 53000.042889/2013
Processo de Outorga nº 53790.001010/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **Associação Comunitária Sentinela Pampeana** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Francisco de Assis / RS**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, solicitamos os documentos explicitados abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;

IV. Cópia atualizada do Estatuto Social consolidado, constando todas as modificações que, por ventura, tenha sofrido durante o período de vigência da outorga;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no

Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VII. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "g", da Norma nº 01/2011;

VIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "f.1", da Norma nº 01/2011;

IX. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f.2", da Norma nº 01/2011;

X. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "k" da Norma nº 01/2011;

XI. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada.

c. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

XII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora;

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 13 de agosto



Elizane Rodrigues
ELIANE MARIA ALVES RODRIGUES
Administradora

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2172/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 13 de agosto de 2013.

Samir Amândio Granja Nobre Maia
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Vilma de Fátima Alvarenga Fanis
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenadora-Geral de Serviço Radiodifusão Comunitária
Substituta
Matrícula: 1366009



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177



Ofício nº 4430 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 13 de agosto de 2013.

Ao (À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL


Representante Legal da Associação Comunitária Sentinela Pampeana
Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297
97.610-000 São Francisco de Assis / RS.

Assunto: Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.042889/2013.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.042889/2013, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Francisco de Assis / RS**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 2172/2013, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.
2. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária


Vilma de Fátima Alvoarenga Faris
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária
Substituta
Matrícula: 1366009

CGRC

LDE 4: 53790.001010/1998 60
53000.042889/13

**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, **ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA**, na qualidade de representante legal
da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA**, declaro
para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

São Francisco de Assis, RS, 14 de Agosto de 2013.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 054536/2013-34
SEAPA/SCE
16/09/2013-08:54



(assinatura do representante da entidade)

[Registrar Pedido](#) [Consultar Pedido](#) [Consultar Recurso](#) [Dados Cadastrais](#) [Home](#)

Registrar Pedido de Informação

* Campos de preenchimento obrigatório

O seu pedido foi registrado com sucesso. Por favor anote o número do protocolo: 53850.003505/2013-12



[Acesso a Informação](#) [Manual do Usuário](#) [Primeiro Acesso](#) [Sobre o Sistema](#)

10/09/2013 15:02

« Anterior Próxima » Voltar para lista (página 1)
Responder -> Responder a todos -> Encaminhar -> Apagar
Spam
Mais ações...

Emissão CND - Anatel

De: Yámin Rodrigues - Acertcon Registros



Para sua segurança, imagens externas neste e-mail não são exibidas automaticamente.

Não mostrar mais esta mensagem

Prezado Sr. Amarildo,

Boa tarde!

Em relação a emissão de certidão de negativa de débito junto a ANATEL poderão ser emitidas no site: <http://www.anatel.gov.br/Portal/ExibirEndereco?di=...> - serviços de autoatendimento.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,

Ymin Rodrigues

+13025 7600
[www.acertcon](http://www.acertcon.com.br)

image002.png
14.21 KB

Atenção: sempre verificar o e-mail em seu computador e celular

Responder -> Responder a todos -> Encaminhar -> Apagar
Spam

Mais ações...

« Anterior Próxima » Voltar para lista (página 1)

Contas

• amarildoescontabil

- Emissão de CND
- Emissão de CND
- Emissão de CND
- Emissão de CND
- Emissão de CND

• Busca rápida

- Emissão de CND
- Emissão de CND

• Pastas


Ministério das Comunicações
Imprimir
Ver o código
Exportar (eml)
Mover para...
Rubrica
Imprimir
Ver o código
Exportar (eml)
Mover para...
Rubrica
Imprimir
Ver o código
Exportar (eml)
Mover para...
Rubrica
Imprimir
Ver o código
Exportar (eml)
Mover para...
Rubrica

BATE-REPO
COM CÂMERA



• Digite um e-mail

-
-
-
-
-
-

 Acesse seu e-mail do celular
m.bol.com.br



TECLAS DE ATALHO: Ler próxima (N), Ler anterior (P), Abrir e-mail (Enter), Voltar para lista (L), Escrever e-mail (C), Encaminhar (F), Responder (R), Responder a todos (A), Apagar (Del), Marcar como não lida (Z), Marcar como lida (X)

Δ Lembre-se: sua senha de acesso no BOL Mail é secreta; não a informe a ninguém.

O BOL Mail jamais solicitará sua senha por e-mail ou por telefone.

© 1996 - 2013 BOL - Brasil Online. Todos os direitos reservados -

Cada pasta de seu webmail pode armazenar até 50 mil mensagens.

A pasta **Entrada** está próxima de seu limite de capacidade. Para garantir que seu e-mail funcione corretamente, por favor, apague as mensagens que não deseja arquivar ou as transfira para uma outra pasta.



e-SIC

Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão

Ola AMARILDO JESU CORTES PEREIRA - terça-feira 10/09/2013 15:17

Ministério das Comunicações
10
0

[Registrar Pedido](#)

[Consultar Pedido](#)

[Consultar Recurso](#)

[Dados Cadastrais](#)

[Home](#)

Detalhamento de Pedido

[Dados do Pedido](#) [Anexos](#) [Dados do Histórico](#)

Protocolo **53850003505201312**

Solicitante **AMARILDO JESU CORTES PEREIRA**

Data de Abertura **10/09/2013 15:00**

Órgão Superior **MC - Ministério das Comunicações**

Órgão Vinculado **Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL**

Prazo de Atendimento **30/09/2013**

Situação **Em Tramitação**

Forma de recebimento da resposta **Pelo sistema (com avisos por email)**

Descrição Solicitação **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ADMINISTRADOS PELA ANATEL**

**EMPRESA: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA
ENDEREÇO- RUA 13 DE JANEIRO N° 1297, BAIRRO ASSIS BRASIL, SÃO
FRANCISCO DE ASSIS -RS- CEP. 97.610-000
CNPJ- 02.409.280.0001-11**

Anexos **Não existem anexos.**

[Voltar](#) [Cancelar](#)

[Acesso a Informação](#)

[Manual do Usuário](#)

[Primeiro Acesso](#)

[Sobre o Sistema](#)



Receita Federal



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

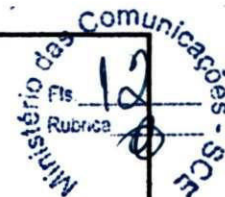
		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.409.280/0001-11 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 05/02/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R TREZE DE JANEIRO	NÚMERO 1759	COMPLEMENTO CASA	
CEP 97.610-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO FRANCISCO DE ASSIS	UF RS
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **28/08/2013** às **09:46:13** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

Página: 1/1



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Fazenda
Receita Estadual

Certidão de Situação Fiscal Nº 06282146

Identificação do titular da certidão

CNPJ: 02409280/0001-11

Certificamos que, aos **28** dias do mês de **agosto** do ano de **2013**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima identificado enquadra-se na seguinte situação:

Certidão negativa

Descrição dos Débitos/Pendências:

O nome do titular do CPF/CNPJ não consta nos bancos de dados da Secretaria da Fazenda. Se necessário, solicite documento de identificação.

Esta certidão **NÃO É VÁLIDA** para comprovar, em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova da inexistência, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa n.º 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 26/10/2013.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP n.º 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: **14463127**

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <http://www.sefaz.rs.gov.br>.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA
CNPJ: 02.409.280/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 11:44:40 do dia 01/07/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/12/2013.

Código de controle da certidão: **E2B6.6104.3D32.7181**

Certidão emitida gratuitamente.

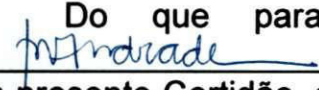
Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL - Nº 595/2013

CERTIFICAMOS em cumprimento do despacho do Senhor Prefeito Municipal, exarado na petição da Sra. Rosenilda Salbego da Fontoura, para fins de direito que: a firma, **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA** estabelecida à Rua João Bastos de Aguiar, nº 1.297 nesta cidade de São Francisco de Assis, inscrita no CNPJ sob nº 02.409.280/0001-11 e inscrição municipal nº 2929-0.

Encontra-se em situação regular para com a Fazenda Municipal de São Francisco de Assis, até esta data por qualquer Título de Impostos ou Taxas.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Municipal de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a serem apuradas.

Do que para constar, eu Miriam Bordin de Andrade  Agente Tributária, encarregada desta seção, passei a presente Certidão, ao segundo (2º) dia do mês de setembro do ano de dois mil e treze (2013).

VALIDADE: Trinta (30) Dias.

VISTO:



LUIZ VANDERLEI FRESCURA
SECRETARIO DA FAZENDA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
ÀS DE TERCEIROS

Nº 000312013-19027280

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA
PAMPEAN

CNPJ: 02.409.280/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 26/06/2013.

Válida até 23/12/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.409.280/0001-11

Certidão n°: 31963663/2013

Expedição: 26/06/2013, às 11:16:48

Validade: 22/12/2013 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **02.409.280/0001-11**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA

ESTATUTO SOCIAL

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, doravante denominada RADIO SENTINELA PAMPEANA FM, inscrita no CNPJ nº 02.409.280/0001-11, com sua sede na Rua Joao Bastos de Aguiar nº 1297, Bairro Assis Brasil, em São Francisco de Assis, RS, CEP 97.610-000, com atividades de Radio Difusão Comunitaria, é uma associação na forma de Pessoa Jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, legalmente registrada no cartorio de titulos e documentos da comarca do Município de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul, no livro- A-1, Fl. 100, Registro nº 144, datado de 09 de Fevereiro de 1998 e alteração registrada no Livro A-02, Fl-06, Registro nº 155, datado de 03 de Fevereiro de 1999,

Parágrafo Único - A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º- A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;**
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;**
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;**
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;**
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.**

II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;**
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;**
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;**
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;**

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

Dr. Moacyr Cleomar Garcia

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A receita da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, os quais poderão, a qualquer momento e uma vez estando quites com a entidade, deixar de fazer parte de seu quadro de associados.

Art. 6º - A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I – Fundadores – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II – Contribuintes ou Efetivos;
- III – Honorários;

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12;
- b) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria ;
- c) Conselho Comunitário


Dr. Moacyr Cleomar Garcia
OAB/RS 45.671

DA ASSEMBLEIA GERAL

Ministério das Comunicações
Fls. 20
Rubrica

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia quinze do mês de janeiro, para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada quatro anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§ 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos conselheiros ou, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no parágrafo anterior.

Art. 12 - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de quatro anos, permitida a reeleição.

§1º - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.**
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;**
- c) Representar a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA em atos públicos ou internos.**
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA .**
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;**
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.**


Dr. Moisés Cleomar Garcia

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, 2 de agosto de 2013

Jocimar Pedrosa Cortes - 2º Tabelião Substituto

Emcl: R\$ 3,10 + Selo digital: R\$ 0,30- 0588.01.1300005.03178

JOCIMAR PEDROSO CORTES
Tabelião Substituto
CPF: 016.228.280-03

- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

- a) Ao Presidente compete: representar a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendium de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.


Dr. Moacyr Cleomar Garcia
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO



AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, 2 de agosto de 2013

Jocimar Pedroso Cortes - 2º Tabelião Substituto

Emcl: R\$ 3,10 + Selo digital: R\$ 0,30-0588.01.1300005.03191

JOCIMAR PEDROSO CORTES
Tabelião Substituto
CPF: 016.228.280-03

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17 - O Patrimônio e Receita da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim.

Art. 19º - A dissolução da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

§ ÚNICO - Os artigos não mencionados nesta alteração estatutária, permanecem em pleno vigor.

Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na AG de 19 de junho de 2013, e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

São Francisco de Assis 19 de junho de 2013.

Tabellionato
São Francisco de Assis

ASSINATURA DO PRESIDENTE

TABELIONATO SÃO FRANCISCO DE ASSIS / RS
Av. Farroupilha, 1727 - Centro - 97840-000 - F: 55.3252.4312 - E-mail: maurizilli@tabellionato.com.br
Tabelião: Mauri Zilli

Reconheço AUTENTICA a firma de ROSENILDA SALBEGO DA
FONTOURA Dou fé.
EM TESTEMUNHA DA VERDADE
São Francisco de Assis, 16 de julho de 2013
Jocimar Pedrosa Cortes - 2º Tabelião Substituto
Emol: R\$ 4,70 + Selo digital: R\$ 0,30 - 0588.01.1300005.01571

Dr. Moacir Cleomar Garcia
OAB/RS 45.671

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Protocolado no livro: A-4, fls. 090, sob nº 6.881

Registrado no livro: A-1, fls. 100v, nº AV.2-144

São Fco de Assis-RS, 22.07.2013

Registrador:

Serviço Registral

José Osmar de Freitas

Registrador

São Francisco de Assis - RS

Selo Digital nº 0586.04.0800035.00196



HA: 01/2013 Aos Dezenove Dias Do mês de Junho do Ano
de Dois mil e Treze, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO MATRIZ
JOÃO BASTOS DE AGUIAR Nº 1297, BAIRRO ASSIS BRASIL
EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS, RS, A PRESIDENTE
EM EXERCÍCIO ROSEMILODA SALZEDO DA FORTOUNA
ATRAVÉS DO EDITAL Nº 01/2013, DE ASSEMBLÉIA
GERAL ORDINÁRIA, CONVOCOU OS ASSOCIADOS DESTA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA FINS DE DELIBERAÇÃO
SOBRE A REMOVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DE -
ACORDO COM A NORMA 01/2011, POR EXIGÊN-
CIA DA AMATEL. DANDO ABERTURA AOS TRABAL-
HOS A PRESIDENTE AGRADECEU A PRESENÇA DE
TODOS OS ASSOCIADOS PRESENTES, CUJOS NOMES ESTÃO
NO LIVRO DE PRESENÇA DESTA ASSOCIAÇÃO. E LUGO
EM SEGUIDA EXPÕS O ASSUNTO DO DIA, EXPLICOU
QUE O ESTATUTO SOCIAL SOFRERIA ALGUMAS -
ALTERAÇÕES PARA ADEQUAR-SE A LEGISLAÇÃO
ATUAL; EM SEGUIDA FORAM COLUCADOS EM
VOTAÇÃO TODOS OS ARTIGOS A SEREM ALTERADOS.
FORAM ALTERADOS OS ARTIGOS DO Nº 01 AO Nº
21, OS DEMAIS ARTIGOS QUE NÃO FORAM CITADOS
NESTA ATA PERMANECEREM EM VIGOR. LUGO EM-
SEGUIDA A PRESIDENTE MENCIONOU SOBRE A
RETRATIFICAÇÃO DA ATA Nº 01/2009 PARA CORREÇÃO
DE DADOS DOS COMPONENTES DA DIRETORIA, CONFORME
SEGUE: PRESIDENTE = ROSEMILODA SALZEDO DA FON-
TOURA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, SERVIÇOS GERAIS, RESI-
DENTE E DOMICILIADA NA RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR
Nº 1297, EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS, RS, CPF-
008.931.320-80 E RG. 108.198.0235 SJS/RS. VICE-
PRESIDENTE = JOSE AMILTON FREIRE BRUM, BRASILEIRO
CASADO, MÚSICO, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA
JOÃO BASTOS DE AGUIAR Nº 1297, EM SÃO FRANCISCO
DE ASSIS, RS, CPF- 155.930.910-01, RG. 602.3743112

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO o verso e anverso da presente cópia reprográfica por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, 2 de agosto de 2013
Jocimar Pedroso Cortes - 2º Tabelião Substituto
E-mail: RS 8,20 + Selo digital: RS 0,60-0588.01.1300005.03184a 03185

JOCIMAR PEDROSO CORTES

Tabelião Substituto
CPF: 016.228.280-03

21

SSP/RS, ~~FABR~~ **FABR** ~~RE~~ **RE** ~~SOUREIRO~~ = EDERSON ROBERTO FUNCK -
BRASILEIRO, MAIOR, RADIALISTA, CASADO
RESIDENTE E DOMICILIADO NO BECO DA RUA GARIBALDI
SINO, EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS, RS, CPF- 948.835.
010-15, RG- 2069392881 SSP/RS. SEGUNDO TESOUREI-
RO = HORTÊNCIO GONÇALVES CARVALHO, BRASILEIRO,
CASADO, ADVOGADO, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA
13 DE JANEIRO Nº 648, EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS, RS,
CPF- 929.242.980-91, RG- 1059936946 SSP/RS,
SECRETÁRIO = AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA
BRASILEIRO, CASADO, TÉCNICO EM CONTABILIDADE, RESIDENTE
DE NA RUA CLAUDIO H. L. CIDADE Nº 138, BAIRRO -
ASSIS BRASIL, EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS, RS
CPF- 390.406.070.87, RG- 2032306983 SSP/RS,
DIRETORES JURÍDICOS = VASCO AGUIAR, BRASILEIRO,
MAIOR, ADVOGADO, RESIDENTE E DOMICILIADO
NA RUA GABRIEL MACHADO Nº 1781, BAIRRO ASSIS
BRASIL, EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS, CPF
006.862.510-00, RG- 9008605884 SSP/RS, MORAIS
CLEOMAR GARCIA, BRASILEIRO, MAIOR, CASADO,
ADVOGADO, RESIDENTE NA RUA CARLOS GOMES
Nº , EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS, RS, E RE-
PATIFICAÇÃO DA ATA Nº 0111 QUE DISPÕE SOBRE
A CRIAÇÃO E APROVAÇÃO DO CONCELHO COMUNITÁRIO
COM OS SEGUINTES REPRESENTANTES: AUGUSTO
ROMERO SOARES MARQUES, "DIGO" AUGUSTO
RAMIRO SOARES MARQUES, BRASILEIRO, MAIOR,
CASADO, SERVIÇOS GERAIS, RESIDENTE E DOMICILI-
ADO NA RUA SILVA YATUDIM SINO, EM SÃO FRANCISCO
DE ASSIS, RS, CPF- 340.350.950-87, RG- 1041099688 SSP
RS, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO CENTRO COMUNITÁRIO
GETULIO VARGAS - CNPT- 10.523.036/0001-03., HUIZ
PAULO DA SILVA LIMA, BRASILEIRO, MAIOR, CASADO
MINISTRO RELIGIOSO, RESIDENTE E DOMICILIADO NA

Ministério das Comunicações
Fis. 24

RUA MAURÍCIO CARDOSO GINO, EM SÃO FRANCISCO
DE ASSIS - RS, CPF-309.365.600-10, RG-101.154
5354 SSP/RS, PRESIDENTE DA IGREJA DO EVANGELHO
QUADRANGULAR DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS R
CMPT-62.955.505/002-00, COM SEDE NA RUA
MAURÍCIO CARDOSO SNº, NESTA CIDADE, EDERSON
ROBERTO FUNCK FAGUNDES, BRASILEIRO, MAIOR,
CASADO, RADIALISTA, RESIDENTE E DOMICILIADO NA
RUA TREZE DE JANEIRO Nº 1759, EM SÃO FRAN
CISCO DE ASSIS, RS, CPF-918.883.040-15, RG-206
9392881 SPTC/RS, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO
DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA QUEIRO-QUEIRO,
CMPT-02.732.987/0001-57, COM SEDE NA RUA
TREZE DE JANEIRO Nº 1759, SALA 02, NESTA CIDA
DE, MOACIR CHEOMAIR GARCIA, BRASILEIRO, MAIOR,
CASADO, MINISTRO PÉLUBICO, RESIDENTE E DOMICILI
ADO NA RUA CARLOS GOMES Nº 1994, EM SÃO
FRANCISCO DE ASSIS, RS, CPF-433.648.840-72 E RG
1033960814 SSP/RS, PRESIDENTE DA IGREJA
MISSÃO QUADRANGULAR INTERNACIONAL, CMPT-
09.599.257/0001-86, COM SEDE NA RUA CARLOS
GOMES Nº 1994, NESTA CIDADE. TAMBÉM FOI -
DELIBERADO QUE O MANDATO FINAL DA ATUAL DIRE
TORIA DA ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
SENTINELA PAMPÉANA SEJA ATÉ O FINAL DO
MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE,
TODOS OS ASSUNTOS AQUI TRATADOS FORAM LIDOS
E APROVADOS POR UNANIMIDADE, NADA MAIS HAVEN
DO PARA SER TRATADO ENCERRA A PRESENTE ATA
QUE VAI ASSINADA POR MIM E PELOS DEMAIS
PRESENTES, EM TEMPO PARA EFETUAR A DEMO
NINAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO QUE SE GUE: ASSOCIAÇÃO
DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPÉANA
CMPT-02.109.280/0001-11, COM SEDE NA RUA

JOÃO BASTOS DE ALENCAR Nº 1297, Bairro Assis Brasil
 Eng. São Francisco de Assis - RS, CEP. 97.640-000.

[Signature] Pizanda Boglietta *[Signature]* Edmundo *[Signature]*
[Signature] VER: MATEUS BATAGLIN

Luis Paulo da Silva Lima *[Signature]* Vanderlei Medeiros *[Signature]*

José Amilton Ereno Brum, Augusto *[Signature]* Rosilda S. de Fontoura

Marcin Cleonice Garcia *[Signature]* Paulo Ricardo Severo

Garcia *[Signature]*



JOCIMAR PEDROSO CORTES
 Tabelião Substituto
 CPF: 016.228.280-03



OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS
COMARCA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS



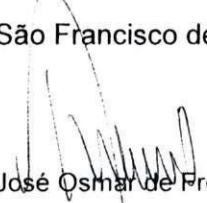
CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que foi averbada no Lº A-1, fls. 100v, sob nº AV.2-144 da Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, inscrita no CNPJ. Sob nº 02.409.280/0001-11 a alteração do Estatuto Social e a Ata nº 01/2013, que refere a Nova Diretoria e Criação do Conselho Comunitário, conforme exemplar arquivado neste Serviço Registral, no expediente nº 99.

Em anexo cópia da alteração da Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, assim como da averbação da ata acima mencionada, os quais passam a fazer parte integrante da presente certidão. -----

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

São Francisco de Assis, RS, 22.07.2013.-


José Osmar de Freitas

Registrador

Serviço Registral

José Osmar de Freitas

Registrador

São Francisco de Assis - RS

Selo Digital R\$ 0,50

Nº 0586.01.0800035.00540

José Osmar de Freitas - Registrador

Fones: (55) 3252.2724 e 3252.2661

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, 2 de agosto de 2013

Jocimar Pedroso Cortes - 2º Tabelião Substituto

Emc!: R\$ 3,10 + Selo digital: R\$ 0,30 - 0588.01.1300005.03173

[Handwritten signature]

JOCIMAR PEDROSO CORTES
Tabelião Substituto
CPF: 016.228.280-03



Ilmo Sr.

Titular do Cartório de Registro de títulos e Documentos
Comarca de São Francisco de Assis-RS.

ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA, brasileira, solteira, maior, Profissão Serviços Gerais, residente e domiciliada na Avenida Farroupilha nº 422, Bairro Italiano, em São Francisco de Assis, RS, inscrito no CPF sob nº 008.931.320-80, RG-1081980235 SJS/ RS, na condição de Presidente, vem respeitosamente à presença de vossa senhoria, solicitar o registro da ata nº 01/2009, referente a posse da diretoria da Associação. Registro da ata nº 01/2011 referente a criação do Conselho Comunitário, Registro da ata de Reratificação nº 01/2013, e a averbação da Alteração nº 003 do Estatuto Social, realizada em Dezenove de Junho do ano de dois mil e treze, junto ao registro nº 144, do livro A/1, Fls .100 e vº, referente a ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, da Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, CNPJ- 02.409.280/0001-11, sito na Rua João Bastos de Aguiar nº 1297, Bairro Assis Brasil, em São Francisco de Assis, RS, CEP 97.610-000, com atividade de Rádio Difusão Comunitária.

Para enquadramento do Estatuto Social de acordo com a norma 01/2011, foram efetuadas as seguintes alterações:

- Foram alterados todos os artigos do nº 01 ao 21. Para adequação ao novo código civil e as exigências contidas na norma 01/2011, bem como os poderes da Assembleia Geral.

Nestes termos
P. deferimento

São Francisco de Assis, RS, 19 de Junho de 2013.

São Francisco de Assis

.....
ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA
Presidente



JOCIMAR PEDROSO CORTES
Tabelião Substituto
CPF: 016.228.280-03

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Protocolado no livro: A-4, fls. 090, sob nº 6.881

Registrado no livro: A-1, fls. 100v, nº AV.2-144

São Fco de Assis-RS, 22.07.2013

Registrador:

Serviço Registral
José Osmar de Freitas
Registrador
São Francisco de Assis - RS

Selo Digital nº 0586.04.0800035.00196

DECLARAÇÃO



ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA, brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua João Bastos de Aguiar n° 1297, em São Francisco de Assis, RS, CEP. 97.610-000, inscrita no CPF sob n° 008.931.320-80, na condição de presidente da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA**, declaro para os devidos fins que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com o subitem 8.1, alínea “F.1”, da norma n° 01/2011.

São Francisco de Assis, RS, 28 de agosto de 2013.

Assinatura do representante legal

DECLARAÇÃO



ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA, brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua João Bastos de Aguiar n° 1297, em São Francisco de Assis, RS, CEP. 97.610-000, inscrita no CPF sob n° 008.931.320-80, na condição de presidente da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA**, atesto para os devidos fins que a emissora encontra-se com sua instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do ministério das comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

São Francisco de Assis, RS, 28 de agosto de 2013.

Assinatura do representante legal

DECLARAÇÃO



ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA, brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua João Bastos de Aguiar n° 1297, em São Francisco de Assis, RS, CEP. 97.610-000, inscrita no CPF sob n° 008.931.320-80, na condição de presidente **da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA**, declaro para os devidos fins que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados ; de acordo com o subitem 8.1, alínea “F.1”, da norma n° 01/2011.

São Francisco de Assis, RS, 28 de agosto de 2013.

Assinatura do representante legal

**DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**



Nós, na qualidade de dirigentes da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA**, , declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.



RICARDO FOGLIATO
CPF- 059.270.300-25

Endereço para correspondência: Rua João Bastos de Aguiar n° 1297, Bairro Assis Brasil São Francisco de Assis RS, CEP. 97-610-000. Telefone para contato: 055-3252-3445.


**DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Nós, na qualidade de dirigentes da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA**, , declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.



ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA
CPF- 008.931.320-80 PRESIDENTE


JOSÉ AMILTON ERENO BRUM
CPF-455.930.940-04 VICE-PRESIDENTE


HORTÊNCIO GONÇALVES CARVALHO
CPF- 929.242.980-91 SEGUNDO TESOUREIRO


AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA
CPF- 390.406.670-87 SECRETÁRIO


VASCO AGUIAR
CPF- 006.867.510-00 DIRETOR JURIDICO


MOACIR CLEOMAR GARCIA
CPF- 433.648.810-72 DIRETOR JURIDICO


AUGUSTO RAMIRO SOARES MARQUES
CPF- 340.350.950-87 CONSELHO COMUNITARIO


EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES
CPF- 918.835.040-15 CONSELHO COMUNITÁRIO


LUIZ PAULO DA SILVA LIMA
CPF-309.365.600-10 CONSELHO COMUNITÁRIO

Endereço para correspondência: Rua João Bastos de Aguiar nº 1297, Bairro Assis Brasil São Francisco de Assis RS, CEP. 97-610-000. Telefone para contato: 055-3252-3445.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA, Brasileiro, Casado, RG 2032306983 / SSP - RS, CPF 39040607087, filho de ORVANDIL MEIRA PEREIRA e MARIA MANOELA CORTES PEREIRA, nascido em 25/11/1962, Endereço - RUA CLAUDIO L L CIDADE 138.

28 de Agosto de 2013, às 09:51:51

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **ca158ae17bf3b4aca08580f87172b809**



A L V A R Á D E F O L H A C O R R I D A

À vista dos registros constantes no banco de dados estadual, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra:

Luiz Paulo da Silva Lima *****
sexo masculino, vivo, cor branca, solteiro, *****
RG 1012545354/RS, brasileiro nato, *****
nascido em 22/11/1958, *****
em Santo Angelo Rs, RS - Brasil, *****
filho de *****
Amalia de Jesus e Silva Lima, *****
Paulino Pereira de Lima *****

SÔNIA ZORAI EBLING DE SOUZA
DISTRIBUIDORA - CONTADORA

São Francisco de Assis, 02 de setembro de 2013, às
11h33min

OBSERVAÇÃO: Certidão expedida nos termos do §2º do art. 8º da Resolução 121/2010-CNJ. (Resolução disponível na internet no link: <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12239-resolucao-no-121-de-5-de-outubro-de-2010>)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA, Brasileira, Solteira, RG 1081980235 / SJS - RS, CPF 00893132080, filha de ANTONIO SANTOS DA FONTOURA e ANTONIETA SALBEGO DA FONTOURA, nascida em 08/12/1979, Endereço - RUA JOAO BASTOS DE AGUIAR 1297.

28 de Agosto de 2013, às 09:57:02

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **172766aa83ab283e4b976973ba12e139**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

MOACIR CLEOMAR GARCIA, Brasileira, Casada, RG 1033960814 / SSP - RS, CPF 43364881072, filha de MOACIR GARCIA e MARIA SUELI GARCIA, nascida em 05/10/1965, Endereço - RUA CARLOS GOMES.

28 de Agosto de 2013, às 10:07:30

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **bd1b3957f0350c12649da1559df28a68**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

HORTENCIO GONCALVES CARVALHO, Brasileira, Casada, RG 1059936946 / SJS - RS, CPF 92924298091, filha de ADELINA CARMEN GOCALVES CARVALHO, nascida em 23/03/1974, Endereço - RUA TREZE DE JANEIRO.

28 de Agosto de 2013, às 10:13:16

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **d88fe08cd69e5de94b029b31ed53f23a**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

AUGUSTO RAMIRO SOARES MARQUES, Brasileiro, Casado, RG 1041099688 / SSP - RS, CPF 34035095087, filho de OUTUBRINO DOS SANTOS MARQUES e NOEMI SOARES MARQUES, nascido em 24/10/1955, Endereço - SAO FRANCISCO DE ASSIS -RS.

28 de Agosto de 2013, às 10:16:56

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **2775c219a33d6c4da0d6b6ca18aa24f6**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

VASCO AGUIAR, Brasileiro, Outros, RG 9008605884 / SSP - RS, CPF 00686751000, filho de FRANCISCO MARIA DE AGUIAR e DORVALINA DA SILVA AGUIAR, nascido em 29/03/1942, Endereço - SAO FRANCISCO DE ASSIS -RS.

28 de Agosto de 2013, às 10:25:31

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **b1ecf9182d77a7921519387d1f103f89**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES, Brasileiro, Casado, RG 2069392881 / SSP - RS, CPF 2069392881, filho de CARMEM SUZANA FUNCK FAGUNDES, nascido em 17/11/1977, Endereço - SAO FRANCISCO DE ASSIS -RS.

28 de Agosto de 2013, às 10:29:15

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **241ad162d62db6d15e366a221a691f84**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

JOSE AMILTON ERENO BRUM, Brasileiro, Casado, RG 6023743112 / SSP - RS, CPF 45593094004, filho de **PLINIO BETIM BRUM** e **JORGINA ERENO BRUM**, nascido em 09/06/1961, Endereço - **SAO FRANCISCO DE ASSIS -RS**.

28 de Agosto de 2013, às 10:34:54

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **c133853c05ddf02caec908ed239f7b3c**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

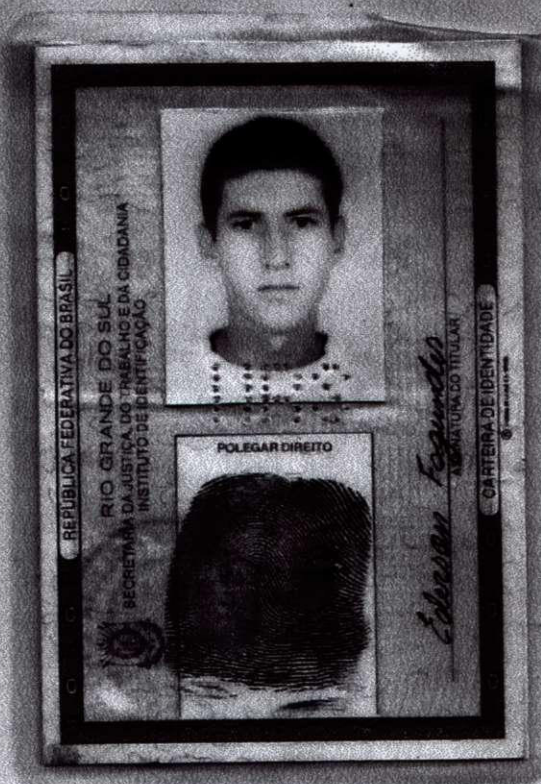
RICARDO FOGLIATO, Brasileiro, Casado, RG 4037608173 / SSP - RS, CPF 05927030025, filho de GEOVANI FOLGIATO e IRONDINA GUEDES FOLGIATO, nascido em 12/09/1936, Endereço - SAO FRANCISCO DE ASSIS -RS.

28 de Agosto de 2013, às 10:40:58

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **fd368ff289ec57f6e42df7554c00f644**

Ministério das Comunicações - SGC
Fls. 42
Rubrica



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2069392881 DATA DE EXPEDICAO 16/05/1995

NOME EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES

PLACAO

CARMEM SUZANA FUNCK FAGUNDES

NATURALIDADE SAO FRANCISCO DE ASSIS RS DATA DE NASCIMENTO 17/11/1977

DOC ORIGEM C NASC 3931 SAO FCO ASSIS RS

LV A10 FL 118

CPI *****/** *****/**

PORTO ALEGRE, RS

ASSINATURA DO DIRETOR

152381

LEI Nº 7.116 DE 29/09/83

N. DISTR. 080/009541109

FICHA CADASTRAL

CPF: 918835040-15
Nome: EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES

Nascimento: 17/11/77
Nome da Mãe: CARMEN SUZANA FUNCK FAGUNDES

Endereço: 97610-000 SAO FRANCISCO DE ASSIS - RS
VENÂNCIA A RES, 1686 CASA - CENTRO

97610-000 SAO FRANCISCO DE ASSIS - RS

ATENÇÃO: Para maior proteção do seu cartão, dobre
no local indicado, assine e plastifique.

97610-000 SAO FRANCISCO DE ASSIS - RS

Confira cuidadosamente seus dados cadastrais.
Mantenha seu endereço sempre atualizado.
Para qualquer alteração, compareça a uma
Agência de Correio munido deste Cartão, de
sua identidade e Título Eleitoral.
Isto não lhe trará qualquer despesa adicional.

Nome: EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES
CPF: 918835040-15

FICHA CADASTRAL

Emitido em: 18/03/98
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES
Ederson Fagundes

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE
PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo
nos casos previstos na legislação vigente.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES

Nº de inscrição: 918835040-15

Data de Nascimento: 17/11/77



**AES Sul****Conta de Energia Elétrica**

ZENILDA COELHO FAGUNDES
BC DALTO FILHO Nº 87
SÃO FRANCISCO DE ASSIS
CENTRO CEP-97610000
5103-03-0001-07559773

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 903.034

Reservado ao Fisco

7076.775F.C126.497A.0C17.4D2134EF.6281

70389

Ministério das Comunicações - SGE
Fis. 45
Rubrica 0

CÓDIGO DO CLIENTE

1515384-3

VENCIMENTO

27/06/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)

45,99**CANAL DE RELACIONAMENTO AES Sul**

Internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

www.aessul.com.br**0800 707 7272****0800 707 7281**Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para **28410**

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

ZENILDA COELHO FAGUNDES
BC DALTO FILHO Nº 87
SÃO FRANCISCO DE ASSIS
CNPJ / CPF: 000.674.240-82
Classe: Residencial
Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts
Inscrição Estadual:
Tarifa: BT Resid. Normal
Tensão Nominal: 220 Volts

DADOS DE LEITURA E FATURAMENTOFATURAMENTO
06/2013EMIÇÃO
18/06/2013APRESENTAÇÃO
20/06/2013ANTERIOR
17/05/2013ATUAL
18/06/2013PRÓXIMA
18/07/2013

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0

FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
07559773	4364	4486	122 kWh

HISTÓRICO DE CONSUMO						
Mº	NO	kWh	MES/ANO	kWh	MES/ANO	kWh
J	V2013	122	JANEIRO/2013	177	AGOSTO/2012	116
	Junho/2013	137	DEZEMBRO/2012	161	JULHO/2012	102
	ABRIL/2013	129	NOVEMBRO/2012	142	JUNHO/2012	117
	MARÇO/2013	131	OUTUBRO/2012	108		
	FEVEREIRO/2013	196	SETEMBRO/2012	108		

INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Francisco	BUSD(R\$): 18,77			
MES DE APURAÇÃO: ABRIL / 2013				
INDICADOR	MES	TRIM.	ANO	REALIZADO
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	8,85	17,70	35,40	1,63
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,92	7,85	15,70	1,00
DMC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	4,82			1,63
DICR: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.				Meta: 12,22
Realizado DICR (diária): 00-0,00				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
5,71	11,04	1,75	2,49	0,51	32,50

MENSAGENS**DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	122	0,266459	32,50
Total dos conceitos de energia			32,50
Multa Atraso de Pagamento	1		1,04
Juros de Mora	1		0,16
ICMS			10,83
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			1,46
TOTAL			45,99

PIS e COFINS (Incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)

0,51

ICMS
Base de Cálculo
Alíquota 25 %

43,33
10,83

NASCIMENTO
 22.11.58
 CONTRIBUINTE

INSCRIÇÃO NO CPF
 309 365 600 10

LUIZ PAULO DA SILVA LIMA

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL



Ministério das Comunicações
 46
 0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL

REGISTRO GERAL

1012545354

LUIZ PAULO DA SILVA LIMA

PAULINO PEREIRA DE LIMA
ANILIA DE JESUS E SILVA LIMA

SANTO ANGELO RS 22/11/1958

30/03/78

645

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Luiz Paulo da Silva Lima



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

Sistema Comercial Integrado - SCI

Data: 11/09/2013

Hora: 15:24

Página: 2

Relatório : SCI8730

MEDICÇÃO - LEITURAS E CONSUMOS DO IMÓVEL

Cód. Imóvel: 0001917035-1 LUIZ PAULO DA SILVA LIMA

Logradouro: 33 Rua AMARILIO RANGEL CACERES

Nº.: 1844

Localização: 192. 001. 160. 0391

Atendimento: Água

Classe: Normal

Tipo Cobrança: Normal

Cons. Estimado: 10

Grupo Faturamento: 11

Ligação: Ativa

Tarifa	Categorias	Econ. Água	Econ. Esgoto
Residencial	RB	1	0

Hidrômetro: A94S075390



Comp.	Dt. Leitura	Origem Leitura Hidrômetro	Leitura Medida Faturada	Cs. Medido	Cons. Fat.	Tp Cs Fat.	Ocor. Div.	Inf. Adic.	Md Mensal	Situação	Valor Vencido.	Pagmto.	Cons. M
08/2012	15/08/2012	A94S075390	111	111	10	10 Lido			10	Quitada	56,49	09/09/2012 03/12/2012	Sim

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CPF 390.406.070-87	RG 2052306983 - RS	Diplomação 31.12.1999
Título TECNICO EM CONTABILIDADE		
Título Expedido por (ou Decl. Providenciado) ESC. 352.1 e 2 GRU. SÃO VICENTE		

Esta carteira tem a validade como documento de identificação nos termos do artigo 18 do D.L. 9.295 de 27/05/96 e artigo 1º da Lei 5.206 de 07/06/75.

ASSINATURA DO CONTABILISTA

Ministério das Comunicações - SCS
 Fis. 48
 Rubrica 0

CARTERA DE IDENTIDADE DE CONTABILISTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE

CATEGORIA TECN. CONT.	RS Nº DO REGISTRO RS-068634/O-9
---------------------------------	--

NOME
AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA

FILIAÇÃO
ORVANDIL MEIRA PEREIRA
MARIA MANOELA CORTES PEREIRA

NASCIMENTO 28.11.1962	NACIONALIDADE BRASILEIRA	NATURALIDADE DE FRANCISCO DE ASSIS
---------------------------------	------------------------------------	--

EXPEDIÇÃO
04.06.2002

Téc. Cont. **LUCIANO**

Vice-Presidente de Registro



AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA
 AV TREZE DE JANEIRO Nº 1540
 SÃO FRANCISCO DE ASSIS
 CENTRO* B. ASSIS B BIT CEP-97610000
 5103-36-0002-2094881

6532

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA
 EST PASSO LEO QUATRO Nº 530

SÃO FRANCISCO DE ASSIS
 CNPJ / CPF: 390.406.070-87
 Classe: Residencial
 Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts
 Inscrição Estadual:
 Tarifa: BT Resid. Normal
 Tensão Nominal: 220 Volts

DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FA. JMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
07/2013	22/07/2013	24/07/2013
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
20/06/2013	22/07/2013	21/08/2013
FATOR MULTIPLICADOR: 1,0	FATOR POTÊNCIA:	

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
2094881	Estimada	Estimada	0 kWh

CANAL DE RELACIONAMENTO AES Sul
 Internet Central de Relacionamento Deficientes Auditivos
www.aessul.com.br 0800 707 7272 0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

FATURAS PENDENTES DE PAGAMENTO

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
------------	-------------	------------	-------------

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SP/SESA.

DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Custo de Disponibilidade do Sistema Elét			8,48
Total dos conceitos de energia			8,48
ICMS			1,15
Saldo Transferido Próx. Fatura			-10,63
Contribuição Hosp. Santo Antônio - São S			1,00
TOTAL			0,00

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)	0,62
ICMS	
Base de Cálculo	9,63
Alíquota 12 %	1,15

INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Francisco		BUSD(R\$):		3,96
M/	APURAÇÃO: MAIO / 2013	METAS		REALIZADO
IND. DOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	14,39	28,78	57,57	5,57
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	8,34	16,69	33,38	2,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	7,80			5,50
DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.				Meta: 16,60
Realizado DICRI (diário): 03=1,28 03=1,12				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
4,12	2,72	0,43	0,59	0,62	8,48

MENSAGENS

CODIGO PI DÉBITO AUTOMÁTICO

31187404

Nº PARA ARRECADAÇÃO

00031187401122072013

MÊS / ANO

JUL/2013

VENCIMENTO

30/08/2013

VALOR TOTAL (R\$)

0,00

AUTENTICAÇÃO NO VERSO.

PARA SUA COMODIDADE, O VALOR DESTA FATURA DE R\$ 10,63 SERÁ COBRADO JUNTAMENTE COM A PRÓXIMA POIS O VALOR FOI INFERIOR A R\$ 12,00

Ministério das Comunicações - SCS
 Fis. 50
 Rubrica

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1001900235 DATA DE EMISSÃO 11/05/2001

NOME ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA

FILIAÇÃO ANTONIO SANTOS DA FONTOURA ANTONIETA SALBEGO DA FONTOURA

NATURALIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS RS DATA DE NASCIMENTO 08/12/1979

DOC ORIGEM C NASC 2685 SÃO PEDRO DE ASSIS RS LV A7 FL 92V

CPF *****

PORTO ALEGRE, 01. PAULO L. F. SECRETÁRIO DO DIRETOR 152385

LEI Nº 7.116 DE 2008R3

CARTÃO DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

ROSENILDA S. FONTOURA

POLEGAR DIREITO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA

INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Secretaria da Receita Federal

CPF

008.931.320-80

ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA

08/12/1979

COMPASION



AES Sul

Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.
Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS
CNPJ: 02.016.449/0001-62
Inscrição Estadual: 096/2636525
NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 979.770
Reservado ao Fisco
B30C.8279.5270.2890.4796.C7D8.4867.C377

CODIGO DO CLIENTE

1516486-1

VENCIMENTO

28/06/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)

16,67



ROSENLDA SALGEO DA FONTOURA
R. BORGES DE MEDEIROS Nº 1830
SÃO FRANCISCO DE ASSIS
CENTRO - LARANJEIROS - RS - CEP 91000-000
5102-94-0000-00000000

05788

CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet

Central de Relacionamento

Delegacias Auditivas

www.aessul.com.br

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

ROSENLDA SALGEO DA FONTOURA
R. BORGES DE MEDEIROS Nº 1830
SÃO FRANCISCO DE ASSIS
CNPJ / CPF: 008.931.320-80
Classe: Residencial
Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts
Inscrição Estadual:
Tarifa: BT Resid. Normal
Tensão Nominal: 220 Volts

DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO		EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
06/2013		19/06/2013	21/06/2013
ANTERIOR		ATUAL	PRÓXIMA
20/05/2013		19/06/2013	19/07/2013
FATOR MULTIPLICADOR: 1,0		FATOR POTÊNCIA:	
MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
4090733	8057	8061	4 kWh

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SPC/SERASA.

HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh
JUNHO/2013	4	JANEIRO/2013	57	AGOSTO/2012	26
MAIO/2013	4	DEZEMBRO/2012	90	JULHO/2012	18
ABRIL/2013	21	NOVEMBRO/2012	30	JUNHO/2012	24
MARÇO/2013	16	OUTUBRO/2012	30		
FEVEREIRO/2013	43	SETEMBRO/2012	21		

INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Francisco		BUSD(%)		4,35
MÊS DE APURAÇÃO: ABRIL / 2013		METAS		REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MÊS
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	8,85	17,70	35,40	1,63
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,92	7,85	15,70	1,00
DNIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	4,82			1,63
DICR: Duração interrupção individual ocorrida em dia crítico.				Meta: 12,22
Realizado DICR (Mês): 00-0,00				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 108/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
---------	--------------	-------------	----------	----------	-------------

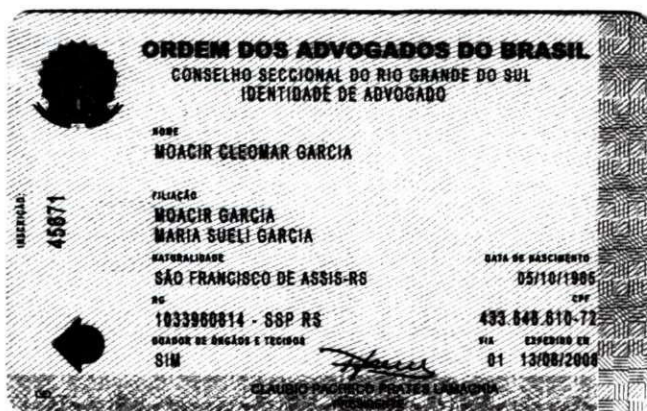
DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Custo de Disponibilidade do Sistema Elétrico			7,97
Total dos conceitos de energia			7,97
ICMS			1,08
Saldo da Fatura Anterior	1		7,62
TOTAL			16,67
PIS e COFINS (incluído no total de fatura-faz. ANEEL 93/2005)			0,09
ICMS			9,05
Base de Cálculo			1,08
Alíquota 12 %			

MENSAGENS

A partir de 2014 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras amarela ou vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de JUNHO...

de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 396/10





192-SAO FRANCISCO DE ASSIS
SILVA JARDIM, 1685
Bairro: CENTRO CEP: 97610000
Fone: 5532521229



100019202385201305 05/2013

MOACIR CLEOMAR GARCIA
Rua CARLOS GOMES, 1492 CENTRO

Código do Imóvel	170/1960	00019202385	CORSAN			
19202385						
	04/2013	03/2013	02/2013	01/2013	12/2012	11/2012
Consumo	25	25	30	35	26	26
Dados do Consumo do mês						
Hid. tro.	Leitura	Leitura	Consumo	Dias de	Mês	
A10m-9145	966	993	27	33	28	
CATEGORIA	ECO.AGUA	ECO.ESGOTO	CONSUMO	SERVIÇOS BÁSICOS	VALOR AGUA	VALOR ESGOTO
RB	2	0	27	R\$ 34,14	R\$ 97,47	R\$ 0,00

70,90

u34

SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS R\$ 131,61

SERVIÇO	Descrição dos Itens Faturados	VALOR
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ 131,61
FA - Juros de Mora		R\$ 1,41
FA - Multa de Mora		R\$ 2,65
SC - Reaviso de Débito 1/		R\$ 3,32

Lida e Emitida em:
21/05/2013 10:16:19

Pagamento após o vencimento
leia o verso

04/06/2013 R\$ 138,99

NOTIFICAÇÃO ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Leis Federais nº 11.445, Art. 40, inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, § 3º, II.

OPCAO-DEB-CONTA-PELO-CODIGO-00019202385-CONVENIO-CORSAN

Turbidez	0,0 a 5,0 UT	Qualidade	0,3 UT
Cor	0 a 15 UH		2 UH
Cloro Livre Residual	0,20 a 5,00 mg/L		1,32 mg/L
Coliformes Totais	Ausente em 100mL		Ausente
Escherichia coli	Ausente em 100mL		Ausente

192-SAO FRANCISCO DE ASSIS 19202385 05/2013

100019202385201305 04/06/2013 R\$ 138,99

82610000001-5 38990798000-4 01000192023-9 85201305000-4



Ministério das Comunicações - 54
 N.º _____
 Rubrica _____

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
JOSE AMILTON KREDO BRUM

DOC. IDENTIDADE / C.R.C. BRUM / UF
6023743112 SSP/RS RS

CPF
455.930.940-04

DATA NASCIMENTO
05/04/1961

PLACAO
PLINIO KREDO BRUM

CONJUGADO
JORGINA KREDO BRUM

PROFISSAO
AB

DATA EXPIRACAO
03/12/1987

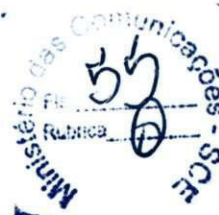
DATA VALIDACAO
29/12/2013

DATA EMISSAO
12/01/2009

LOCAL
SAO FRANCISCO DE ASSIS, RS

DETRAN - RS (RIO GRANDE DO SUL)

092870755



Companhia Riograndense de Saneamento
CNPJ 92.802.784/0001-90

U.S. 192-SAO FRANCISCO DE ASSIS
SILVA JARDIM, 1685
Bairro: CENTRO CEP: 97610000
Fone: 5532521229

Fatura de Serviços - Água e/ou Esgoto

Nº 100019167989201306 Mês/Ano 06/2013

Titular						
JOSE AMILTON ERENO BRUM						
Rua ANTONIO CARLOS VIDAL, 16 A.BRASIL						
Código do Imóvel		Código de Habitação		Conveniente		
19167989		131/2521		00019167989		CORSAN
05/2013		04/2013		03/2013		02/2013
12		8		9		11
11		11		11		9
A03N534990		1039		1049		10
29		10		29		10
CATEGORIA	ECO.AGUA	ECO.ESGOTO	CONSUMO	SERVICO BASICO	VALOR AGUA	VALOR ESGOTO
RB	1	0	10	R\$ 17,07	R\$ 36,10	R\$ 0,00
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS						R\$ 53,17
SERVIÇO						VALOR
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS						R\$ 53,17
Lida e Emitida em: 12/06/2013 11:00:33						
Pagamento após o vencimento leia o verso						
09/07/2013				R\$ 53,17		
NOTIFICAÇÃO						
ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Leis Federais nº 11.445, Art. 40, inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, § 3º, II.						
OPCAO DEB CONTA PELO CODIGO 00019167989 CONVENIO CORSAN						
Parâmetros		Faixa de Qualidade		Método		
Turbidez		0.0 a 5.0 UT		0.2 UT		
Cor		0 a 15 UH		2 UH		
Cloro Livre Residual		0.20 a 5.00 mg/L		1.33 mg/L		
Coliformes Totais		Ausente em 100mL		Ausente		
Escherichia coli		Ausente em 100mL		Ausente		

Ministério das Comunicações - SCF
Fls. 56
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
BORTENCIO GONCALVES CARVALHO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
1059936946 538/11 RS

CE
929.242.980-91

DATA NASCIMENTO
23/03/1974

RELACÃO
ADELINA CARMEN
GONCALVES CARVALHO

PROFISSÃO
ACC CAT. HAB. 5

NP REGISTRO
00793408841

VALIDADE
23/04/2014

1ª HABILITAÇÃO
31/08/1999

OBSERVAÇÕES

SIGNATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO FRANCISCO DE ASSIS, RS

DATA EMISSÃO
23/04/2009

24031883066
RS094889430

DETRAN - RS (RIO GRANDE DO SUL)
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

VÁLIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
137658355

PROBIBIDO PLASTIFICAR
137658355

Ministério das Comunicações
Fls. 57
Rubrica



Companhia Riograndense de Saneamento
CNPJ 92.802.784/0001-90
U.S. 192-SAO FRANCISCO DE ASSIS
SILVA JARDIM, 1685
Bairro: CENTRO CEP: 97610000
Fone: 5532521229

Fatura de Serviços - Água e/ou Esgoto
Nº 100019194013201305 Mês/Ano 05/2013

Titular HORTENCIO GONCALVES CARVALHO Rua MAURICIO CARDOSO, 947 CENTRO																										
Código do Imóvel 19194013	Localização 111/3920	Código Pólibito em Conta 00019194013		CORSAN																						
Histórico de Consumos em Metros Cúbicos (m³)																										
Mês/Ano	04/2013	03/2013	02/2013	01/2013	12/2012	11/2012																				
Consumo	29	10	15	9	13	9																				
Dados do Consumo do Mês																										
Hidrômetro	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo (m³)	Dias de Consumo	Média Mensal																					
A07F005892	778	797	19	30	14																					
Composição dos Serviços																										
CATEGORIA	ECO.AGUA	ECO.ESGOTO	CONSUMO	SERVIÇO BÁSICO	VALOR AGUA	VALOR ESGOTO																				
RB	1	0	19	R\$ 17,07	R\$ 68,59	R\$ 0,00																				
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS						R\$ 85,66																				
SERVIÇO Descrição dos Itens Faturados VALOR																										
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS						R\$ 85,66																				
FA - Juros de Mora						R\$ 0,16																				
FA - Multa de Mora						R\$ 2,44																				
Lida e Emitida em: 09/05/2013 14:45:25				VENCIMENTO																						
Pagamento após o vencimento leia o verso				TOTAL A PAGAR																						
				21/05/2013 R\$ 88,26																						
NOTIFICAÇÃO ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Leis Federais nº 11.445, Art. 40, inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, § 3º, II.																										
OPCAO DEB CONTA PELO CODIGO 00019194013 CONVENIO CORSAN																										
<table border="0"> <tr> <td>Parâmetros</td> <td>0,8 a 5,0 UI</td> <td>Qualidade</td> <td>0,9 UI</td> </tr> <tr> <td>Cor</td> <td>0 a 15 UI</td> <td></td> <td>2 UI</td> </tr> <tr> <td>Cloro Livre Residual</td> <td>0,20 a 5,00 mg/L</td> <td></td> <td>1,32 mg/L</td> </tr> <tr> <td>Coliformes Totais</td> <td>Ausente em 100mL</td> <td></td> <td>Ausente</td> </tr> <tr> <td>Escherichia coli</td> <td>Ausente em 100mL</td> <td></td> <td>Ausente</td> </tr> </table>							Parâmetros	0,8 a 5,0 UI	Qualidade	0,9 UI	Cor	0 a 15 UI		2 UI	Cloro Livre Residual	0,20 a 5,00 mg/L		1,32 mg/L	Coliformes Totais	Ausente em 100mL		Ausente	Escherichia coli	Ausente em 100mL		Ausente
Parâmetros	0,8 a 5,0 UI	Qualidade	0,9 UI																							
Cor	0 a 15 UI		2 UI																							
Cloro Livre Residual	0,20 a 5,00 mg/L		1,32 mg/L																							
Coliformes Totais	Ausente em 100mL		Ausente																							
Escherichia coli	Ausente em 100mL		Ausente																							

CIC

NASCIMENTO 24.11.55

INSCRIÇÃO NO CPF 340 350 950 87

CONTRIBUINTE

AUGUSTO RAMIRO SOARES MARQUES


 SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
 DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
 CADASTRO DE PESSOAS FISCAIS
 VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1041099688 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/07/1986

NOME **AUGUSTO RAMIRO SOARES MARQUES**

FILIAÇÃO

OTUBRINO DOS SANTOS MARQUES
NOEMI SOARES MARQUES

NATURALIDADE S F ASSIS RS DATA DE NASCIMENTO 24/10/1955

DOC ORIGEM C CAS 586 LV B3 FLS 76 S F AS

SIS RS

CPF *****/*

PORTO ALEGRE RS

0639

ASSINATURA DO DIRETOR
 11/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
 SSP - POLÍCIA CIVIL
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO




Augusto Ramiro Soares Marques
 ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ministério das
 Comunicações
 58

AES Sul

Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS
CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 958.555

Reservado ao Fisco

253E.BACA.16F6.D012.2FF1.94CE.D536.771D



CODIGO DO CLIENTE

1515548-0

VENCIMENTO

28/05/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)

42,17



AUGUSTO RAMIRO MARQUE
R. SILVA JARDIM Nº 2337
SÃO FRANCISCO DE ASSIS
R. SAO MATEUS "CENTRO" CEP-97610000
5103-03-0001-017761551

70562

CANAL DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

www.aessul.com.br

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Temporário Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

Caro Cliente,

Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SPC/SERASA, pagando o(s) débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
29/04/2013	44,59		

DADOS DE LETURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMISSÃO	APRESENTAÇÃO
05/2013	18/05/2013	21/05/2013
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
18/04/2013	17/05/2013	18/06/2013

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0

FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
017761551	28184	28303	119 kWh

Se o pagamento do débito acima já foi efetuado, desconsidere este reaviso. Conforme o art. 6º, § 3º, II da Lei Federal Nº 8.987/95 e o art. 172 da Resolução nº 414/10 da ANEEL, o inadimplemento do cliente poderá levar a suspensão do fornecimento da energia transcorridos 15 dias da data de apresentação deste aviso.

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora e multa.

Ocorrendo a suspensão do fornecimento de energia, será cobrada, no mínimo, o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Não ocorrendo a solicitação de religação pelo cliente, o contrato será rescindido decorridos dois ciclos completos de faturamento.

DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh
MAIO/2013	119	DEZEMBRO/2012	119	JULHO/2012	88
JUN/2013	121	NOVEMBRO/2012	132	JUNHO/2012	107
AGO/2013	116	OUTUBRO/2012	112	MAIO/2012	113
FEVEREIRO/2013	137	SETEMBRO/2012	87		
JANEIRO/2013	132	AGOSTO/2012	107		

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	119	0,285004	33,91
Total dos conceitos de energia			33,91
Juros de Mora	1		0,37
Multa Atraso de Pagamento	1		0,80
Atualização Monetária	1		0,08
ICMS			11,30
Bônus/TAIPU-Art.21 Lei nº10.438/2002	1		-7,81
Contribuição Hosp. São Antônio - São Fra			2,00
Rum. Públ. - Prefeitura Municipal			1,52
TOTAL			42,17

INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO	São Francisco	Índice (R\$)	15,87
MÊS DE APURAÇÃO	MARÇO / 2013	Índice	15,87
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	8,85	17,70	35,40
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,92	7,85	15,70
DMC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	4,82		0,00
DICR: Duração interrupção individual ocorrida em dia crítico			12,22
Realizado DICR (diária): 88-0,00			

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e sofrer a suspensão dos indicadores a qualquer tempo.

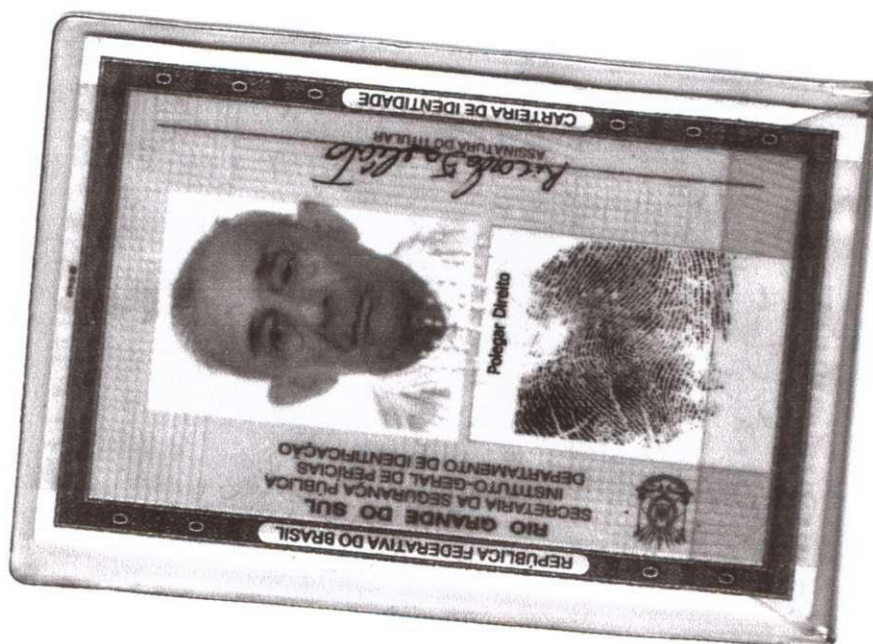
COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

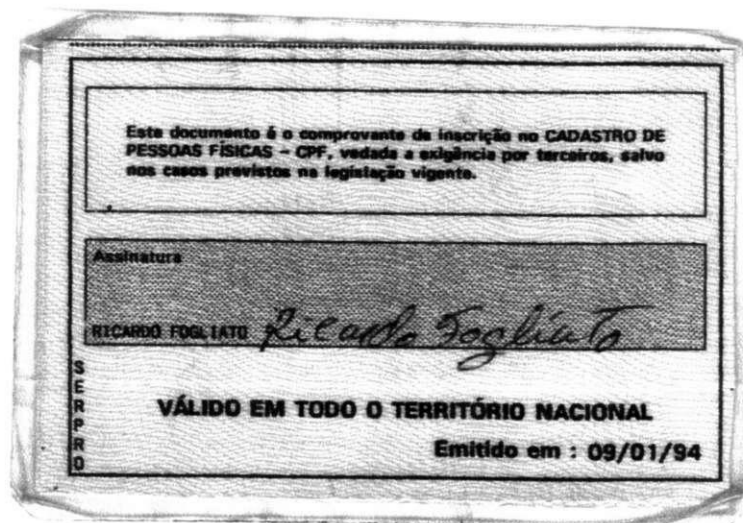
ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
16,40	10,84	1,72	2,25	2,70	33,91

MENSAGENS

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº396/10, informamos que as Demonstrações Contábeis Societária e Regulatória da AES Sul...

Ministério das Comunicações - SCS
Fls. 100
Rubrica





AES Sul

Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.
Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS
CNPJ: 02.016.440/0001-62
Inscrição Estadual: 096/2636525
NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 1.087.279
Reservado ao Fisco
4F6454EC AE94550A F9F4 B742 DD0F 097F

CODIGO DO CLIENTE

5209007-8

VENCIMENTO

07/09/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)

165,85



RICARDO FOGLIATO
R. SATURNINO MUNHOZ Nº 53
SÃO FRANCISCO DE ASSIS
B.ASSIS 8 BITENCURT CEP-97610000
5103-05-0001-4080336

56254

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

RICARDO FOGLIATO
R. SATURNINO MUNHOZ Nº 53
SÃO FRANCISCO DE ASSIS
NPJ / CPF: 059.270.300-25
Classe: Residencial
Tipo de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts
Inscrição Estadual:
Tarifa: BT Resid. Normal
Tensão Nominal: 220 Volts

DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

LEITURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
08/2013	22/08/2013	26/08/2013
INTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
3/07/2013	22/08/2013	23/09/2013

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0 FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
4080336	16844	17255	411 kWh

HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh
AGOSTO/2013	411	MARÇO/2013	204	OUTUBRO/2012	245
JULHO/2013	331	FEVEREIRO/2013	265	SETEMBRO/2012	288
JUNHO/2013	268	JANEIRO/2013	287	AGOSTO/2012	301
MAIO/2013	300	DEZEMBRO/2012	304		
ABRIL/2013	217	NOVEMBRO/2012	282		

INDICADORES DE CONTINUIDADE

LOCAL: São Francisco		US\$(R\$):		35,42
PERÍODO DE APURAÇÃO: JUNHO / 2013		METAS		REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
IC: Horas que o cliente ficou sem energia	8,85	17,70	35,40	0,00
IC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,92	7,85	15,70	0,00
IMC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	4,82			0,00
ICRI: Duração interrupção individual ocorrida em dia crítico				Meta: 12,22
Índice de Duração Interrupção Individual (IDII): 00-0,00				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a nota do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
56,65	37,45	5,95	7,74	9,39	117,18

MENSAGENS

A partir de 2014 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras amarela ou vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de agosto/13 vigorará a bandeira AMARELA, a qual implicaria 0,02 em R\$/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Mais informações em www.aneel.gov.br.

CANAL DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet Central de Relacionamento Deficientes Auditivos

www.aessul.com.br 0800 707 7272 0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	411	0,285129	117,18
Total dos conceitos de energia			117,18
ICMS			39,06
Contribuição Hosp. São Antônio - São Francisco			2,00
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			7,61
TOTAL			165,85

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SPC/SERASA.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	411	0,285129	117,18
Total dos conceitos de energia			117,18
ICMS			39,06
Contribuição Hosp. São Antônio - São Francisco			2,00
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			7,61
TOTAL			165,85

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)	9,39
ICMS	
Base de Cálculo	156,24
Alíquota 25 %	39,06

AES Sul
Conta de Energia Elétrica

CODIGO PI DÉBITO AUTOMÁTICO

52090078

Nº PARA ARRECADAÇÃO

00052090070122082013

MÊS / ANO

AGO/2013

VENCIMENTO

07/09/2013

VALOR TOTAL (R\$)

165,85

VALOR DE R\$ 165,85 SERÁ DEBITADO

AUTENTICAÇÃO NO VERSO.



TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 03653205

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.966/84)



ASSINATURA DO PORTADOR



OBSERVAÇÕES



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
IDENTIDADE DE ADVOGADO

USUÁRIO: 4043

NOME
VASCO AGUIAR

FILIAÇÃO
FRANCISCO MARIA DE AGUIAR
DORVALINA DA SILVA AGUIAR

NATURALIDADE
SÃO FRANCISCO DE ASSIS-RS

RG
9008605884 - SSP RS

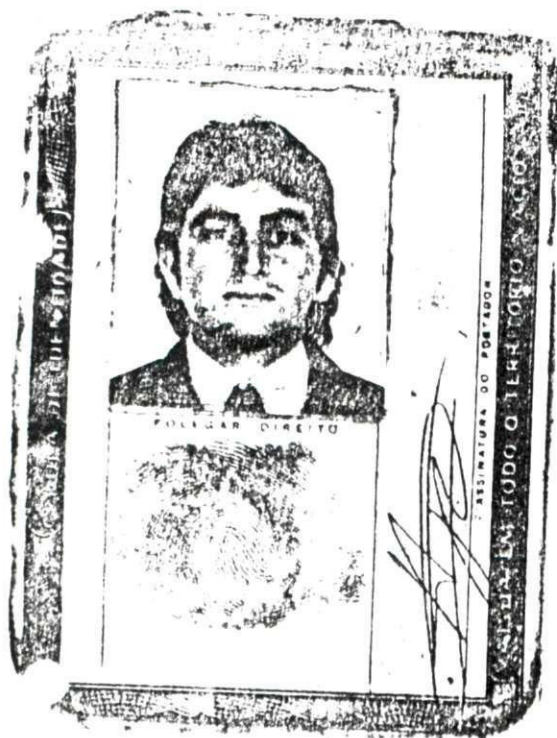
DATA DE NASCIMENTO
29/03/1942

CPF
008.867.510-00

QUADRO DE OSGS E TCCIOS
NÃO

VIA EXPEDIENTE EM
01 07/08/2008

CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA
PRESIDENTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL

REGISTRO GERAL
9008605884

FRANCISCO AGUIAR

FRANCISCO MARTIN DE AGUIAR
CORVALINA DA SILVA AGUIAR

NATURALIDADE: PORTO ALLEGRE RS DATA DO NASCIMENTO: 29/03/19

21/12/76

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

006 867 510-00

NASCIMENTO: 9.03.47

CONTRIBUINTE: VASCO AGUIAR

INSCRIÇÃO NO CPF: 006 867 510-00

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL



Ministério das Comunicações
Fis. (H)
Rubrica

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL
ESTADO DO RIO-GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL

REGISTRO GERAL
9008605884

FRANCISCO AGUIAR

FRANCISCO MARIA DE AGUIAR
ORVALINA DA SILVA AGUIAR

NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO
FRANCISCO ASSIS RS 29/03/19

PORTO ALIENAR 21/12/76

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO FISCAL

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

[Signature]

006.867.510-00

NASCIMENTO
29.03.42

INSCRIÇÃO NO CPF
006.867.510-00

CONTRIBUINTE
FRANCISCO AGUIAR

[Signature]
SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

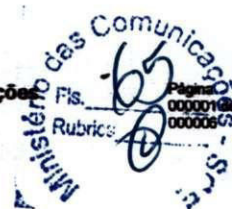


FIXO

Fatura de Serviços de Telecomunicações

Oi S.A.
Av. Borges de Medeiros, 512 - Centro
CEP 90020-902 - Porto Alegre - RS
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0002-24

I.E: 0962.845.833



Referência

AGOSTO/2013

Telefone

(55) 3252 1572

Vencimento

14/08/2013

Total a pagar

R\$ 277,07

Resumo da sua fatura

	OI FIXO	R\$ 63,09
	OI FIXO	63,09
	PACOTE DE MINUTOS FIXO-FIXO LOCAL	
	PACOTE DE MINUTOS FIXO-FIXO LONGA DISTANCIA 14	
	OI VELOX	R\$ 112,77
	OFERTA VELOX E SERVICOS DE BANDA LARGA	112,77
	ASSINATURA VELOX	
+	EXCEDENTES, OUTROS SERVICOS E TAXAS ...	R\$ 101,21
	LIGACOES FIXO-FIXO	0,00
	LIGACOES FIXO-MOVEL	72,13
	SERVICOS OUTRAS PRESTADORAS E TERCEIROS	29,08

TUDO DA SUA CONTA ESTÁ AQUI. MAIS FÁCIL DE ENCONTRAR, ENTENDER E CONFERIR.
Simplificamos a apresentação dos seus gastos com os serviços Oi para não deixar dúvidas pra você.

Sua conta está em débito automático?

Facilite a sua vida e não se preocupe mais com a data de vencimento. Acesse www.oi.com.br e saiba mais.



FIXO

Oi S.A.
Av. Borges de Medeiros, 512 - Centro
CEP 90020-902 - Porto Alegre - RS
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0002-24 I.E: 0962.845.833

VASCO AGUIAR

Número do Telefone: 55 3252 1572
Número da Fatura: 1308.000065714
Sequencial: 000808354 201308 01113
Contrato Agrupador: 000.808.354-1 - 1ª Via

84640000002 8 77070002000 9 80835420130 9 80111300000 5

DÉBITO AUTOMÁTICO EM CONTA CORRENTE

Caso sua fatura não tenha sido debitada, você poderá efetuar o pagamento em qualquer casa lotérica. Caso tenha dúvidas, fale conosco: 103 14

Data de Vencimento	14/08/2013
Valor a pagar:	277,07
Nº Identificador para Débito Automático: 000.808.354-1	

00275354 / 085585



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 4430 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 13 de agosto de 2013.

Ao (À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Representante Legal da Associação Comunitária Sentinela Pampeana

Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297

97.610-000 São Francisco de Assis / RS.

Assunto: Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.042889/2013.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.042889/2013, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Francisco de Assis / RS**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 2172/2013, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.
2. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária


Vilma de Fátima Alvarenga Fanis
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária
Substituta
Matrícula: 1366009



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 2172/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.042889/2013
Processo de Outorga nº 53790.001010/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **Associação Comunitária Sentinela Pampeana** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Francisco de Assis / RS**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, solicitamos os documentos explicitados abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

✓ I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

✓ III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;

IV. Cópia atualizada do Estatuto Social consolidado, constando todas as modificações que, por ventura, tenha sofrido durante o período de vigência da outorga;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no

Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VII. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "g", da Norma nº 01/2011;

VIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "f.1", da Norma nº 01/2011;

IX. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f.2", da Norma nº 01/2011;

X. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "k" da Norma nº 01/2011;

XI. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada.

c. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

XII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora;

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 13 de agosto



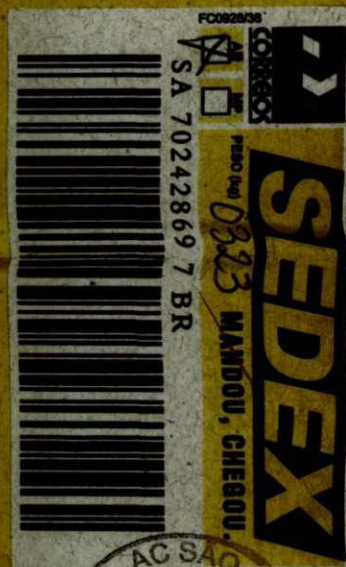
Eliane Rodrigues
ELIANE MARIA ALVES RODRIGUES
Administradora

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2172/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 13 de agosto de 2013.

Samir Amândio Granja Nobre Maia
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Vilma de Fátima Alvarenga Fanis
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenadora-Geral de Serviço Radiodifusão Comunitária
Substituta
Matrícula: 1366009



ETIQUETA
DE REGISTRO

DESTINATARIO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
SEC. SERVIÇO COMUNICAÇÕES ELETRÔNICAS

FONE

ENDEREÇO ESPANHA DOS MINISTERIOS BL R 30A

CIDADE

BRASILIA

UF

DF

CEP

700044900

REMETENTE

ASSOC. COMUNITARIA COMUNITARIO

FONE

ENDEREÇO

JOTA B. AGONAL 1294

CEP

91619000

CIDADE

S.F. ASSIS

UF

RS

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- ☐ Mandado
- ☐ Recado
- ☐ Decorado
- ☐ Não procurado
- ☐ Endereço inexistente
- ☐ Não existe o número indicado
- ☐ Outros (especificar)

TEMPO DE ENTREGA

1º / / às h

2º / / às h

3º / / às h

CARIMBO

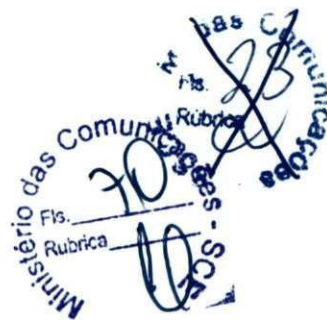
UNIDADE ENTREGADORA

Assinatura do responsável

Visto



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO E COMARCA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
JOSÉ OSMAR DE FREITAS
Registrador



53000.042889/13

CERTIDÃO

EXIREN

CERTIFICO, a pedido da parte interessada, que em data de 6 de março de 2014, foi registrado(a) **ATA DE ALTERAÇÃO DE DIRETORIA**, d(o)a **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA**, no Livro A-4, às folhas 23 verso, sob nº 144, deste Registro Civil das Pessoas Jurídicas de São Francisco de Assis/RS.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 012809/2014-54

O referido é verdade e dou fé.

SEAPASCE
26/03/2014-09:09

São Francisco de Assis, 6 de março de 2014.

Assinatura
José Osmar de Freitas
Registrador
Serviço Registral
José Osmar de Freitas
Registrador
São Francisco de Assis - RS

Emolumentos:

Total: R\$ 15,70 + R\$ 0,90 = R\$ 16,60

Certidão PJ (1 pgs): R\$ 6,30 (0586.01.0800035.00986 = R\$ 0,30)

Busca: R\$ 6,00 (0586.01.0800035.00987 = R\$ 0,30)

Processamento eletrônico: R\$ 3,40 (0586.01.0800035.00985 = R\$ 0,30)

ci

19

5/15



TABELIONATO SÃO FRANCISCO DE ASSIS / RS

Av. Farroupilha, 1727 - Centro - 97610-000 - F: (55) 3252-1312 - E-mail: maurizilli@hotmail.com

Tabelião: Mauri Zilli



AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014

Taciane Belmonte Serres Zilli - 1ª Tabeliã Substituta

Emol: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30-0588.01.1300006.08002

Taciane Belmonte Serres Zilli
Tabeliã Substituta
CPF: 05.430.20.13

Serviço Registral

José Osmar de Freitas

Registrador

São Francisco de Assis - RS



2032306983 SSP/RS, Vice-Presidente → ROBERT DINIS GANTOT BISCAINO, Brasileiro, maior, solteiro, radialista, residente e domiciliado na Rua João de Deus nº 550, Bairro João de Deus, em São Francisco de Assis, RS, CPF-014.334.590-07, RG-508262-2258 SSP/RS, Secretário → MARCOS FERREIRA MONTENEGRO, Brasileiro, maior, solteiro, funcionário radialista, residente e domiciliado na Rua Flávio Peixoto nº 211, Bairro Centro, em São Francisco de Assis, RS, Segundo Secretário → Cleci Ribeiro de Lima, Brasileira, maior, casada, do lar, residente e domiciliada na Rua Franklin Bastos de Carvalho nº 933, Bairro João XXIII, em São Francisco de Assis, RS, CPF-663.676.380-91, RG-9033833535 SSP/RS, Primeiro Teseoureiro → ROSEMARIA GALBEGO DA FONSECA, Brasileira, solteira, do lar, residente e domiciliada na Rua Dez de Novembro nº 1118, Bairro Italiano nº 1118, em São Francisco de Assis, RS, CPF-008.233.40058 RG-9088931861 SSP/RS, Segundo Teseoureiro RAFAEL VICENTE TOUREM, Brasileiro, maior, solteiro, estudante, residente e domiciliado na Rua Amâncio Rangel Caceres nº 2000, Bairro Getúlio Vargas, São Francisco de Assis, RS, CPF-030.307.670-26, RG-810428917 Vigário Jurídico → VASCO AGUIAR, Brasileiro, maior, advogado, divorciado, residente e domiciliado na Rua Gabriel Machado nº 1781, São Francisco de Assis, RS, CPF-006.867.510-00, RG-900860-5884, SSP/RS, Procurador Cheomaz Garcia, Brasileiro, maior, casado, advogado, residente e domiciliado na Rua Carlos Gomes, em



TABELIONATO SÃO FRANCISCO DE ASSIS / RS
Av. Farroupilha, 1727 - Centro - 97610-000 - F: (51) 3252-1112 - E-mail: maurizilli@hotmail.com
Tabelião: Mauri Zilli



AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014

Taciane Belmonte Serres Zilli - 1ª Tabeliã Substituta

Emol: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30-0588.01.1300006.08003

Zilli

Taciane Belmonte Serres Zilli
Tabeliã Substituta
CPF: 006.406.112-73

28
Comunicações
S.S. 28

28
Comunicações - S.S.
RUBRICAS

SÃO FRANCISCO DE ASSIS, RS, CPF-433.548.516-72,
RG-1033960814 SSP/RS, CONSELHEIRO COMUNITÁRIO
AUGUSTO RAMIRO SOARES MARQUES, BRASILEIRO,
MAIOR, CASADO, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA
SILVA YARDIM Nº 2337, BAIRO SÃO MATEUS, EM SÃO
FRANCISCO DE ASSIS, RS, CPF-340.350.950-82, RG-
1014099688, SSP/RS, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO
CENTRO COMUNITÁRIO GETULIO VARGAS, CNPJ-10.8
036/0001-03, LUIZ PAULO DA SILVA LIMA, BRA
SILEIRO, CASADO, MAIOR, MINISTRO RELIGIOSO, RESI
DENTE E DOMICILIADO NA RUA MAURICIO CANDOSO
Nº 1, EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS, RS, CPF-309
-365.600-10, RG-1012545354 SSP/RS, PRESIDENTE
DA IGREJA DO EVANGELISMO QUADRANGULAR DE SÃO
FRANCISCO DE ASSIS, RS, CNPJ-62.955.505/1002-00
COM SEDE NA RUA MAURICIO CANDOSO 510, EM SÃO
FRANCISCO DE ASSIS, RS, PROACIR CHEVINARZ GARCI
A BRASILEIRO, MAIOR, ADVOGADO, CASADO, RESIDENTE E
DOMICILIADO NA RUA CARLOS GOMES Nº 1999, EM
SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CENTRO, CPF-433.6488
872, RG-1033960814 SSP/RS, PRESIDENTE DA IGRE
JA MISSÃO QUADRANGULAR INTERNACIONAL, CNPJ
09.599.257/0001-86, COM SEDE NA RUA CARLOS -
GOMES Nº 1999, EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS - R
Ailton Pereira de Souza, BRASILEIRO, MAIOR,
CASADO, MINISTRO RELIGIOSO, RESIDENTE E DOMI
CILIADO NA RUA YULIUS MENITZ, Nº 613, BAIRO
JOÃO XXIII, EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS, RS
PRESIDENTE DA IGREJA EVANGÉLICA PENTECOSTA
DA FE, COM SEDE NA RUA GATIBALDI Nº 2274,
BAIRO JOÃO XXIII, EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS, RS
CER. 97640 000, EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS, RS
CNPJ-88.445.966/0001-68, A NOVA DIRETORIA
CHEITA FORMOU PORÉM NESTA DATA, O PRESIDENTE



TABELIONATO SÃO FRANCISCO DE ASSIS / RS

Av. Farroupilha, 1727 - Centro - 97810-000 - F: (51) 3252-1312 - E-mail: maurizilli@hotmail.com

Tabellião: Mauri Zilli



AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014

Taciane Belmonte Serres Zilli - 1ª Tabeliã Substituta

Emol: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30 - 0588.01.1300006.00004

Taciane Belmonte Serres Zilli

Taciane Belmonte Serres Zilli
Tabeliã Substituta
CPF: 005.438.120-73

Arquivo das Comunicações
2
15
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

Amarildo Jesus Cortes Pereira, Agradeceu a todos os associados pela confiança depositada em sua pessoa e prometeu compromisso e empenho em prol da Associação e da Comunidade Assisense, nada mais tendo para ser tratado exceto a presente Ata que foi lavrada por mim Chiqui Ribeiro de Lima Secretária Designada para presidir a presente Assembleia.

Assinaturas e Rubricas:
Eduardo Fernandes, Paulo Diniz, Gerson, Clemy R. de Lima, Renemara S. da Fontana, Vandenlei Medeiros dos Santos.



AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014

Taciane Belmonte Serres Zilli - 1ª Tabeliã Substituta

Emol: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30 - 0588.01.1300035.00005

Taciane Belmonte Serres Zilli
Tabeliã Substituta



OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS

São Francisco de Assis - RS

AV. FARRAPILHA, 1575

PROTOCOLO: N° 7163, no livro A-5, às fls 12, em 28/02/2014.

AVERBAÇÃO: N° 4/Reg. 144, no livro A-4, às fls 23 verso, em 08/03/2014. São Francisco de Assis, 8 de março de 2014.

José Osmar de Freitas - Registrador



OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS

São Francisco de Assis - RS

AV. FARRAPILHA, 1575

Total: R\$ 55,70 + R\$ 3,40 = R\$ 59,10

Averbação PJ: R\$ 43,50 (0588.04.0800035.00365 = R\$ 0,70)

Digitalização: R\$ 8,80 (0588.01.0800035.00977 a 984 = R\$ 2,40)

Processamento eletrônico: R\$ 3,40 (0588.01.0800035.00985 = R\$ 0,30)

Serviço Registral

José Osmar de Freitas

Registrador

São Francisco de Assis - RS

PROIBIDO PLASTIFICAR

733810844

COA
SÃO FRANCISCO DE ASSIS, RS
13/03/2018
COTRIBUÍDO
R\$ 1.000,00
ADELIRAN-MS RIO GRANDE DO SUL

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL

733810844

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO
CARTeira/NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO DEUS COOPER HABITA

CPF: 000.000.000-00
000.000.000-00
390.406.070-87 25/11/1987
GOMES, MARIA PEREIRA
MARIA MONTEIRA CORREIA
PEREIRA

13/03/2018 08/09/2081

Ministério das Comunicações - SC
Fs. Rector - SC

Ministério das Comunicações - SC

Oi S.A.
Av. Borges de Medeiros, 512 - Centro
CEP 90020-902 - Porto Alegre - RS
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0002-24 I.E: 096/2.845.833

Fatura de Serviços de Telecomunicações

AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA
R 13 DE JANEIRO 01540
CENTRO
97610-000 SAO FRANCISCO D - RS



Oi, AMARILDO.

Só na Oi você tem Móvel, Banda Larga, Fixo, DDD e muito mais.
E você só tem a ganhar: você aproveita todos os seus benefícios como
cliente Oi e, em breve, muitas novidades ainda vêm por aí.

Quer saber mais? Acesse www.oi.com.br ou ligue pra 103 14.

COMUNICADO IMPORTANTE: Agora você tem um site completo para
resolver sua vida online. Gráficos de consumo, 2ª via de contas, ofertas e
muito mais. Acesse www.oi.com.br e confira a Minha Oi!

Referência

FEVEREIRO/2014

Telefone

55 3252 1624

Vencimento

09/02/2014

Total a pagar

R\$ 143,76

Resumo da sua fatura



OI FIXO

R\$ 48,75

OI FIXO

48,75

PACOTE DE MINUTOS FIXO-FIXO LOCAL
SERVICOS DIGITAIS



OI VELOX

R\$ 64,09

OFERTA VELOX E SERVICOS DE BANDA LARGA
ASSINATURA VELOX

64,09



EXCEDENTES, OUTROS SERVICOS E TAXAS ...

R\$ 30,92

LIGACOES FIXO-FIXO
LIGACOES FIXO-MOVEL
OUTROS VALORES

26,54

1,96

2,42

TUDO DA SUA CONTA ESTÁ AQUI. MAIS FÁCIL DE ENCONTRAR, ENTENDER E CONFERIR.
Simplificamos a apresentação dos seus gastos com os serviços Oi para não deixar dúvidas pra
você.

Sua conta está em débito automático?

Facilite a sua vida e não se preocupe mais com a data de vencimento. Acesse www.oi.com.br e saiba mais.



Oi S.A.
Av. Borges de Medeiros, 512 - Centro
CEP 90020-902 - Porto Alegre - RS
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0002-24 I.E: 096/2.845.833

AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA
Número do Telefone: 55 3252 1624
Número da Fatura: 1402.001028533
Sequencial: 002259218 201402 01102
Contrato Agrupador: 002.259.218-0 - 1ª Via

84630000001 1 43760002002 2 25921820140 0 20110200000 1

Data de Vencimento: 09/02/2014
Valor a pagar: 143,76

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DO RIO-GRANDE DO SUL

CATEGORIA	Nº DO REGISTRO
CONTADOR	RS-069684/O-8
NOME	
MARCOS FERRADOR MONTEIRO	
RELACÃO	
VALDOMIRO RODRIGUES MONTEIRO	
SANTA MARLENA FERRADOR MONTEIRO	
 ASSINATURA DO PROFISSIONAL	
	

Ministério das Comunicações
 Fis. 47
 Rubrica

30
 16
 18
 19
 20
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100

NASCIMENTO NACIONALIDADE NATURALIDADE
 08/12/1983 BRASILEIRA S. FRANCISCO ASSIS - RS
 DIPLOMAÇÃO CPF RG
 13/08/2010 002.444.750-18 6080414812 SSP-RS
 TÍTULO TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROVISIONADO)
 SACRAMENTO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS UNIV. RS. INTEGRADA ALTO URUGUAI E DAS MISSOES

Esta carteira tem fe pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei nº 9.295/46, d/c art. 1º da Lei nº 8.206/75.

DATA DE EXPEDIÇÃO
 04/04/2011







 Zuhir Ivánio Breda
 PRESIDENTE DO CRO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



BANRISUL |041-8| BSJ

Recibo do Segurado

Local de Pagamento					VENCIMENTO	
PAGAVEL EM QUALQUER BANCO ATE' O VENCIMENTO.					10/03/2014	
Cedente					Agência/Código Cedente	
IPERGS - SERVICOS					*****	
Data Documento	Nº do Documento	Espécie DOC	Aceite	Data Processamento	Nosso Número	
02/2014	6696120227029			15/02/2014	04037094423.06	
	Espécie	Quantidade	Valor	Valor do Documento		
	Reais		X	= 104,33		
Instruções Não aceitar pagamento após 10/03/2014 PARA ATENDIMENTO APRESENTAR ULTIMO DOC Atenção: Os DOCs do PAC e PAMES podem ser gerados através do site (www.ipe.rs.gov.br) na opção (para o segurado).					Desconto/Abatimento	
					- 019/	
					Outras Deduções	
					-	
					Mora/Multa	
					+ 256/	
					Outros Acréscimos	
					+ 078/	
					Valor Cobrado	
					=	
Secado MARCOS F MONTEIRO					97610-000 SAO FRANCISCO DE ASSIS	
R:FLORIANO PEIXOTO,N:241					Código de Baixa	
Sacador/Avalista					Autenticação Mecânica	

Recortar Aqui



BANRISUL |041-8| BSJ

Ficha de Caixa

Local de Pagamento					VENCIMENTO	
PAGAVEL EM QUALQUER BANCO ATE' O VENCIMENTO.					10/03/2014	
Cedente					Agência/Código Cedente	
IPERGS - SERVICOS					*****	
Data Documento	Nº do Documento	Espécie DOC	Aceite	Data Processamento	Nosso Número	
02/2014	6696120227029			15/02/2014	04037094423.06	
	Espécie	Quantidade	Valor	Valor do Documento		
	Reais		X	= 104,33		
Instruções Não aceitar pagamento após 10/03/2014 PARA ATENDIMENTO APRESENTAR ULTIMO DOC Atenção: Os DOCs do PAC e PAMES podem ser gerados através do site (www.ipe.rs.gov.br) na opção (para o segurado).					Desconto/Abatimento	
					- 019/	
					Outras Deduções	
					-	
					Mora/Multa	
					+ 256/	
					Outros Acréscimos	
					+ 078/	
					Valor Cobrado	
					=	
Secado MARCOS F MONTEIRO					97610-000 SAO FRANCISCO DE ASSIS	
R:FLORIANO PEIXOTO,N:241					Código de Baixa	
Sacador/Avalista					Autenticação Mecânica	

FICHA CADASTRAL

CPF: 918635040-15
Nome: EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES

Nascimento: 17/11/77
Nome da Mãe: CARMEN SUZANA FUNCK FAGUNDES

Endereço: Rua Venâncio A. Tes, 1086 - Casa 40 - Centro - São Francisco de Assis - RS

97610-000 SAO FRANCISCO DE ASSIS - RS

ATENÇÃO: Para maior segurança, este cartão deve ser mantido no local indicado, assim é plástica.

97610-000 SAO FRANCISCO DE ASSIS - RS

Confira cuidadosamente seus dados cadastrais. Mantenha seu endereço sempre atualizado. Para qualquer alteração, compareça a uma Agência de Correio munido deste Cartão, de sua identidade e Título Eleitoral. Isto não lhe trará qualquer despesa adicional.

Nome: EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES
CPF: 918635040-15
Secretaria da Receita Federal

RECEITA FEDERAL

Emido em: 17/03/98

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Assinatura: *Ederson Fagundes*

Este documento é propriedade da Receita Federal. Não deve ser emprestado, vendido ou utilizado para fins não autorizados. A perda ou extravio deste documento deve ser comunicada imediatamente à Receita Federal.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

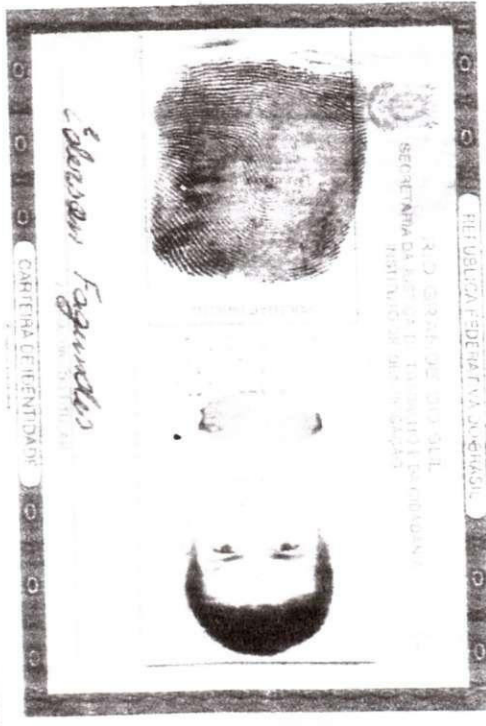
CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES

CPF: 918635040-15

Data de Nascimento: 17/11/77

Assinatura: *Ederson Fagundes*



Ministério das Comunicações - SCS
Rubens
75

Comunicações - SCS
75
75

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2069392881 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/05/1995

NOME EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES

RELACIONAMENTO

CARMEM SUZANA FUNCK FAGUNDES

NATURALIDADE SAO FRANCISCO DE ASSIS RS DATA DE NASCIMENTO 17/11/1977

DOC ORIGEM C NASC 3931 SAO FCO ASSIS RS

LV A10 FL 118

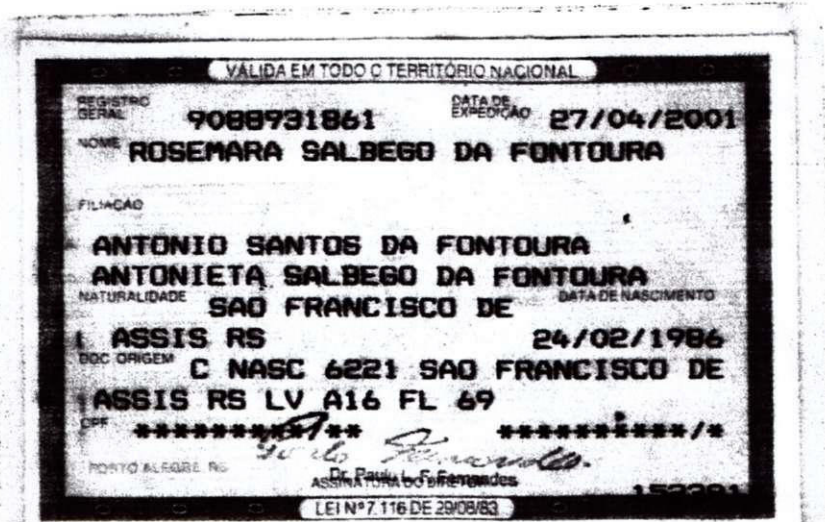
CPF *****/** *****/**

PORTO ALEGRE, RS *[Assinatura]* 152381

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83



Ministério das Comunicações - SCS
Fis. _____
Rubrica _____



AES Sul

Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.
 Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS
 CNPJ: 02.016.440/0001-62
 Inscrição Estadual: 096/2636525
 NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 986.123
 Reservado ao Fisco
 68F1A217.2970.9782.9207.8273.731E.F78D

SELO DE AUTENTICIDADE

CODIGO DO CLIENTE
5421540-4

VENCIMENTO
23/03/2014

TOTAL A PAGAR (R\$)
38,57

01200574

ROSEMARIA SALBEGO FONTOURA
 R. DEZ DE NOVEMBRO Nº 1118
 SÃO FRANCISCO DE ASSIS
 B.ITALIANO CEP-97610000
 5103-07-0002-4388189

64837

R: 574

CANAL DE RELACIONAMENTO AES Sul
 Internet: www.aessul.com.br
 Central de Relacionamento: 0800 707 7272
 Deficientes Auditivos: 0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento
 Ferragem Assisense - Av. Farroupilha nº 1556 - Bairro Centro

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

ROSEMARIA SALBEGO FONTOURA
 R. DEZ DE NOVEMBRO Nº 1118
 SÃO FRANCISCO DE ASSIS
 CNPJ/CPF: 008.233.400-58
 Tipo: Residencial
 Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts
 Inscrição Estadual:
 Tarifa: BT Resid.Normal
 Tensão Nominal: 220 Volts

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)

DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
02/2014	20/02/2014	24/02/2014
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
21/01/2014	20/02/2014	24/03/2014

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0 FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
4388189	5965	6067	102 kWh

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SCPC/SERASA.

DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	102	0,274462	27,99
Total dos conceitos de energia			27,99
ICMS			9,33
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			1,25
TOTAL			38,57

INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Francisco		EURO(R\$):		3,96
MÊS DE APURAÇÃO: DEZEMBRO /2013		METAS		REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	8,85	17,70	35,40	0,00
FC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,92	7,85	15,70	0,00
DMC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	4,82			0,00
DICR: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.			Meta:	12,22
Realizado DICR (diário): 00=0,00				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)


ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
13,99	9,25	1,46	2,05	1,24	27,99

PTS e COFINS (Incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)

ICMS	37,32
Base de Cálculo	
Alíquota 25 %	9,33

Assinatura: P12840-VCE.GDU R 574 8 573 - C5140220.008 (1/1)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 RIO GRANDE DO SUL
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS
 DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



Assinatura do Titular
Cleni Ribeiro de Lima
 ASSINATURA DO TITULAR
 CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 9033833535
 15/07/2013
 CLENI RIBEIRO DE LIMA
 ANTONIO RIBEIRO
 BRULLIA SILVA RIBEIRO
 SÃO FRANCISCO DE ASSIS RS
 CCAS 1261 SÃO FCO DE ASSIS RS
 LV 809 PL 17/17V
 663.676.380-91
 20/12/1942
 LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Ministério das Comunicações
 Fis.
 Rubrica

Ar. das Comunicações
 38

AES Sul

Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 872.309

Reservado ao Fisco

PIFF: 1096.92AF-4EAD-67B8-69-45-A66F-CACC



CODIGO DO CLIENTE

1517051-9

VENCIMENTO

07/01/2014

TOTAL A PAGAR (R\$)

49,17

CLIENTE RIBEIRO DE LIMA
R. FRANKLIN B. CARVALHO Nº 933
SÃO FRANCISCO DE ASSIS
BJOAO XXII CENTRO CEP-97610000
5103-03-0002-01735435

67999

CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet Central de Relacionamento Deficientes Audi
www.aessul.com.br 0800 707 7272 0800 707 7

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para **28410**

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

CLIENTE RIBEIRO DE LIMA
R. FRANKLIN B. CARVALHO Nº 933
SÃO FRANCISCO DE ASSIS
CNPJ / CPF: 663.676.380-91
Classe: Residencial
Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts
Inscrição Estadual:
Tarifa: BT Resid. Normal
Tensão Nominal: 220 Volts

DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
12/2013	17/12/2013	19/12/2013
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
19/11/2013	17/12/2013	17/01/2014

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0 FATOR POTENCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
01735435	44853	44874	121 kWh

Caro Cliente,

Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SPC/SERASA, pagando o débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR
07/12/2013	57,75		

Conforme o art. 6º, § 3º, II da Lei Federal Nº 8.987/95 e o art. 172 da Resolução Nº 414/10 da ANEEL, o inadimplimento do cliente poderá levar ao corte de energia transcorridos 15 dias da data de apresentação deste aviso.

Ocorrendo o corte de energia, será cobrado, no mínimo, o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Não ocorrendo a solicitação de religação pelo cliente, o contrato será rescindido decorridos dois ciclos completos de faturamento.

Atenção: Ocorrendo o corte de energia, para solicitar religação todas faturas vencidas devem ser quitadas.

DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (para ICMS)	VALC
Consumo	121	0,274726	
Total dos conceitos de energia			
Multa Atraso de Pagamento	1		
Juros de Mora	1		
Atualização Monetária	1		
ICMS			
Imp. Públ. - Prefeitura Municipal			
Contribuição Hosp. São Antônio - São Fra			
TOTAL			

INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Francisco		BASD(R\$):		14,53
MÊS DE APURAÇÃO: OUTUBRO / 2013		METAS		REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	8,85	17,70	35,40	0,00
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,82	7,85	15,70	0,00
DMC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	4,82			0,00
DICRI: Duração interrupção individual ocorrida em dia crítico				Mês: 12,22
Realizado DICRI (diária): 00h00,00				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
16,61	10,97	1,74	2,42	1,50	33,24

A partir de 2014 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras amarela ou vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de DEZEMBRO/13 vigorará a bandeira VERMELHA, a qual implicará 0,03 em R\$/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Mais informações em www.aneel.gov.br.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



Rober Dinis Garrot Biscaino
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5082622258 08/09/2009

ROBER DINIS GARROT BISCAINO

ERCINDO DINIS PERES BISCAINO
DIONE MARI GONCALVES GARROT
SAO FRANCISCO DE ASSIS RS

DATA DE NASCIMENTO: 05/11/1988

C NAC 1242 SAO FCO DE ASSIS RS
LV A3 PL 28V

014.331.590-07

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal

CPF

014.331.590-07

ROBER DINIS GARROT BISCAINO

05/11/1988



Ministério das Comunicações
Fls. 38
Rubrica

Ministério das Comunicações - SCS
Fls. 38
Rubrica

192-SAO FRANCISCO DE ASSIS
SILVA JARDIM, 1685
Bairro: CENTRO CEP: 97610000
Fone: 5532521229

100019189303201402

02/2014

DIRCEU MARQUES DE LIMA
Rua JOAO DE DEUS, 550 J. DE DEUS

Código do Imóvel	161/3780	00019189303	CORSAN		
19189303					
01/2014	12/2013	11/2013	10/2013	09/2013	08/2013
12	10	12	11	10	9

A02L602869 1070 1089 19 33 11

CATEGORIA	ECO.AGUA	ECO.ESGOTO	CONSUMO	SERVICO BASICO	VALOR AGUA	VALOR ESGOTO
EB	1	0	19	R\$ 18.25	R\$ 73.34	R\$ 0.00

SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS R\$ 91.59

SERVIÇO VALOR

SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS R\$ 91.55

Lida e Emitida em:
18/02/2014 14:53:39

Pagamento após vencimento
leia o verso

02/03/2014

R\$ 91,59

NOTIFICAÇÃO

ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Lei Federal nº 11.445, Art. 40, inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, § 3º, II.

OPCAO DEB CONTA PELO CODIGO 00019189303 CONVENIO CORSAN

Turbidez	0.0 a 5.0 UT	0.2 UT
Cor	0 a 15 UH	2 UH
Cloro Livre Residual	0.20 a 5.00 mg/L	0.80 mg/L
Coliformes Totais	Ausente em 100 mL	Ausente
Escherichia coli	Ausente em 100 mL	Ausente

Ministério das Comunicações
 Fis. [assinatura]
 Rubrica [assinatura]
 30/05/03

TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL 83662407

USO OBRIGATORIO
 IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
 (Art. 13 da Lei n.º 8.389/94)



AFIRMATIVA DO PROTECTOR

COLEÇÕES



ORDEN DOS ADVOCADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
IDENTIDADE DE ADVOCADO

46871

NOME
MOACIR CLEOMAR GARCIA

VISAGEM
MOACIR GARCIA
MARIA SUELI GARCIA

UNIVERSIDADE
SÃO FRANCISCO DE ASSIS-RS

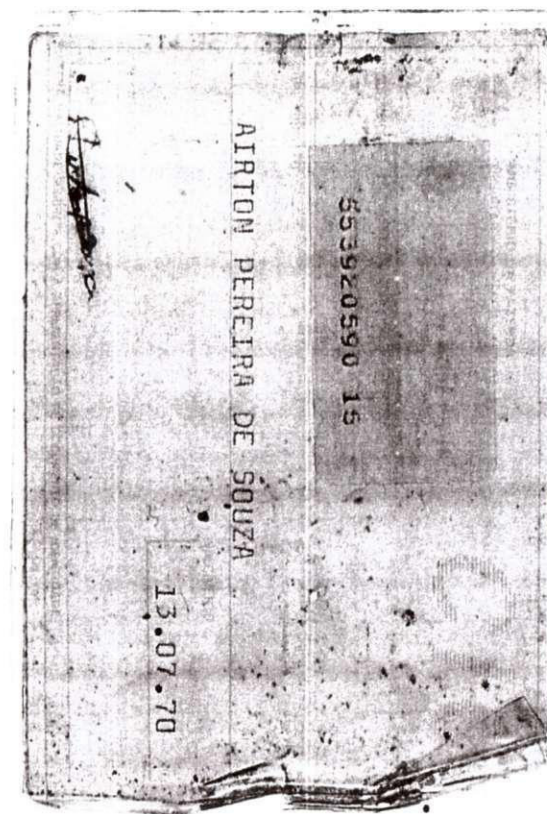
DATA DE NASCIMENTO
05/10/1985

CPF
435.645.870-72

NO
103380014 - SSP-RS

DATA DE EXPIRAÇÃO
01/13/08/2008

SIN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

 Polegar Direito




ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1055543209 DATA DE EMISSÃO 05/01/2009

AIRTON PEREIRA DE SOUZA

FILIAÇÃO
JOÃO LENCINA DE SOUZA
CLAIR PEREIRA DE SOUZA
NATURALIDADE
SAO FRANCISCO DE ASSIS RS DATA DE NASCIMENTO 13/07/1970

ENDEREÇO
C CAS 7067 SÃO FCO ASSIS RS
LV B18 FL 12

CPF
553.920.590-15

PORTO ALEGRE, RS


ASSINATURA DO DIRETOR

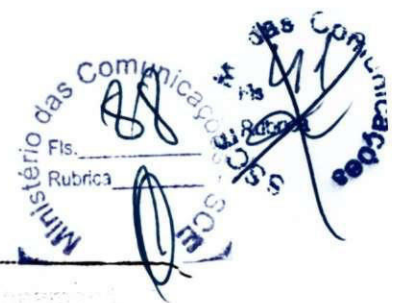
152381 / 152381

2 VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Ministério das Comunicações
Fls. 83
Rubrica

Ministério das Comunicações
Fls. 83
Rubrica



192-SAO FRANCISCO DE ASSIS
SILVA JARDIM, 1685
Bairro: CENTRO CEP: 97610000
Fone: 5532521229

100019184301201402

02/2014

AIRTON PEREIRA DE SOUZA
Rua JULIO NEMITZ, 613 JOAO XXIII

Código do Inscrit	191/3600	00019184301	CORSAN		
01/2014	12/2013	11/2013	10/2013	09/2013	08/2013
19	20	27	20	23	16

A09X355603	890	915	25	32	21
------------	-----	-----	----	----	----

CATEGORIA	ECO.AGUA	ECO.EGOTO	CONSUMO	SERVICO BASICO	VALOR AGUA	VALOR EGOTO
BB	1	0	25	R\$ 18.25	R\$ 113.35	R\$ 0.00

SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS R\$ 131.60

SERVIÇO VALOR

SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS R\$ 131.60
SC - Reaviso do Débito 1/ R\$ 3.54

Lida e Emitida em:
24/02/2014 15:21:12

Pagamento após vencimento
leia o verso

08/03/2014 R\$ 135,14

NOTIFICAÇÃO ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Leis Federais nº 11.445, Art. 40, inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, § 3º, II.

OPCAO DEB CONTA PELO CODIGO 00019184301 CONVENIO CORSAN

Turbidez	0.0 a 5.0 UT	0.2 UT
Cor	0 a 15 UN	2 UN
Cloro Livre Residual	0.20 a 5.00 mg/l	0.00 mg/l
Coliformes Totais	Ausente em 100mL	Ausente
Escherichia coli	Ausente em 100mL	Ausente

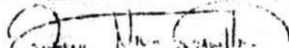
CIC

NASCIMENTO
24.11.55

INSCRIÇÃO NO CPI
340 350 950 87

CONTRIBUINTE

AUGUSTO RAMIRO SOARES MARQUES


SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES ECONOMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FISCAIS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1041099688 DATA DE EMISSÃO 07/07/1986

NOME AUGUSTO RAMIRO SOARES MARQUES

FILIAÇÃO OTUBRINO DOS SANTOS MARQUES
NOEMI SOARES MARQUES


NATURALIDADE S F ASSIS RS DATA DE NASCIMENTO 24/10/1955

SEC ORIGEM C CAS 586 LV B3 FLS 76 S F AS

SIS RS

CPI ***** / ** ***** / **

PORTO ALEGRE RS

SIGNATURA DO DIRETOR  0639

10/07/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SSP - POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

 POLÊGAR DIREITO



Ministério das Relações Exteriores - CO

Augusto Ramiro Soares Marques
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

AES Sul

Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 958.555

Reservado ao Fisco

253E.BACA.10F6.D012.2FF1.94C6.D598.771D



CODIGO DO CLIENTE

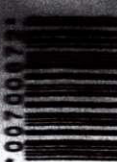
1515548-0

VENCIMENTO

28/05/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)

42,17



AUGUSTO RAMIRO MARQUE
R. SILVA JARDIM Nº 2337
SÃO FRANCISCO DE ASSIS
R. SAO MATEUS "CENTRO" CEP-97610000
5103-03-0001-01776155L

70562

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

AUGUSTO RAMIRO MARQUE

R. SILVA JARDIM Nº 2337

SÃO FRANCISCO DE ASSIS

CNPJ / CPF: 000.000.000-00

ve: Residencial

As Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid.Normal

Tensão Nominal: 220 Volts

DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
05/2013	18/05/2013	21/05/2013
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
18/04/2013	17/05/2013	18/06/2013

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0

FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
01776155L	28184	28303	119 kWh

CANAL DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

www.aessul.com.br

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Tópico Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

Caro Cliente,

Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SPC/SERASA, pagando o(s) débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
29/04/2013	44,59		

Se o pagamento do débito acima já foi efetuado, desconsidere este aviso. Conforme o art. 6º, § 3º, II da Lei Federal Nº 8.987/95 e o art. 172 da Resolução nº 414/10 da ANEEL, o inadimplimento do cliente poderá levar a suspensão do fornecimento da energia transcorridos 15 dias da data de apresentação deste aviso.

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora e multa.

Ocorrendo a suspensão do fornecimento de energia, será cobrada, no mínimo, o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Não ocorrendo a solicitação de religação pelo cliente, o contrato será rescindido decorridos dois ciclos completos de faturamento.

DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (nom ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	119	0,285004	33,91
Total dos conceitos de energia			33,91
Juros de Mora	1		0,37
Multa Atraso de Pagamento	1		0,80
Atualização Monetária	1		0,08
ICMS			11,30
Bônus TAMPU-Art.21 Lei nº10.438/2002	1		-7,81
Contribuição Hosp. São Antônio - São Fra			2,00
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			1,52
TOTAL			42,17

INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Francisco	INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	REALIZADO
MÊS DE APURAÇÃO: MARÇO / 2013	DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	8,85	17,70	35,40	0,00
	FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,92	7,85	15,70	0,00
	DNIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	4,82			0,00
	DICR: Duração interrupção individual ocorrida em dia crítico				12,22
	Realizado DICR (Máx): 60=0,00				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na futura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

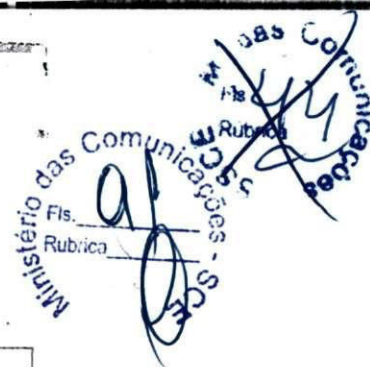
ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
16,40	10,84	1,72	2,25	2,70	33,91

MENSAGENS

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº396/10, informamos que as Demonstrações Contábeis Societária e Regulatória da AES Sul não se dispõem mais.



Companhia Riograndense de Saneamento
CNPJ 92.802.784/0001-90
U.S.: 192-SAO FRANCISCO DE ASSIS
SILVA JARDIM, 1685
Bairro: CENTRO CEP: 97610000
Fone: 5532521229



Fatura de Serviços - Água e/ou Esgoto
Nº 100019170726201311 Mês/Ano 11/2013

Titular GLADEMIR DA SILVA TOUREM Rua AMARILIO RANGEL CACERES, 2000 CENTRO						
Código do Imóvel 19170726	Localização 160/731	Código Débito em Conta 00019170726		Convênio CORSAN		
Histórico de Consumos em Metros Cúbicos (m³)						
Mês/Ano	10/2013	09/2013	08/2013	07/2013	06/2013	05/2013
Consumo	17	22	18	19	19	18
Dados do Consumo do Mês						
Hidrômetro	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo (m³)	Dias de Consumo	Média Mensal	
A08F307254	1036	1055	19	32	19	
Composição dos Serviços						
CATEGORIA	ECO.ÁGUA	ECO.ESGOTO	CONSUMO	SERVIÇO BÁSICO	VALOR ÁGUA	VALOR ESGOTO
RB	1	0	9	R\$ 18,25	R\$ 34,74	R\$ 0,00
CI	1	0	10	R\$ 32,56	R\$ 43,80	R\$ 0,00
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 129,35	
SERVIÇO Descrição dos Itens Faturados VALOR						
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 129,35	
FA - Desconto Social CI					-R\$ 19,51	
Lida e Emitida em: 18/11/2013 09:21:51						
Pagamento após o vencimento leia o verso						
VENCIMENTO 02/12/2013 R\$ 109,84						
NOTIFICAÇÃO ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Leis Federais nº 11.445, Art. 40, inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, § 3º, II.						
OPCAO DEB CONTA PELO CODIGO 00019170726 CONVENIO CORSAN						
Parâmetros						
Turbidez	Padrão de Qualidade		Média			
Cor	0,0 a 5,0 UT		0,3 UT			
Cloro Livre Residual	0 a 15 UH		2 UH			
Coliformes Totais	0,20 a 5,00 mg/L		0,92 mg/L			
Escherichia coli	Ausente em 100mL		Ausente			

Ministério das Comunicações - SCE
Fis. 93
Rubrica

Ministério das Comunicações - SCE
Fis. 93
Rubrica

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, validade a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura
Hortêncio G. Gonçalves
HORTÊNCIO GONÇALVES GONÇALVES

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/09/95

S
E
R
P
R
O




MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria de Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
HORTENCIO GONCALVES CARVALHO

Nº de Inscrição **929242989-01** Data de Nascimento **23/03/74**



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **1059936946** DATA DE EMISSÃO **26/05/1992**

NOME **HORTENCIO GONCALVES CARVALHO**

ADELINA CARMEN GONCALVES CARVALHO DATA DE NASCIMENTO **23/03/1974**

S. FRANCISCO ASSIS RS
DEC. ORDEM D. NASC. 2437 SAO FRANCISCO DE
ASSIS RS LV. A6 FL. 167V

PORTO ALEGRE, RS **152881**

ASSINATURA DO DIRETOR **29/08/83**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

AMARILDO JSUS CORTES PEREIRA, Brasileiro, Casado, RG 2032306983 / SSP - RS, CPF 39040607087, filho de ORVANDIL MEIRA PEREIRA e MARIA MANOELA CORTES PEREIRA, nascido em 25/11/1962, Endereço - RUA CLAUDIO LEITAO CIDADE 138 SAO FRANCISCO DE ASSIS RS CEP 97610000.

7 de Março de 2014, às 10:33:06

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **46fbaac313d735b530a67da32da161c8**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

ROBER DINIS GARROT BISCAINO, Brasileiro, Solteiro, RG 5082622258 / SSP - RS, CPF 01433159007, filho de ERCINDO DINIS PIRES BISCAINO e DIONI MARI GONCALVES GARROT, nascido em 05/11/1988, Endereço - RUA JOAO DE DEUS 550 BAIRRO JOAO DE DEUS SAO FRANCISCO DE ASSIS RS CEP 97610000.

7 de Março de 2014, às 13:30:26

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **40ea4b6fa2e907300d24381015065442**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

CLENI RIBEIRO DE LIMA, Brasileira, Casada, RG 9033833535 / SSP - RS, CPF 66367638091, filha de ANTONIO RIBEIRO e BRASILIA SILVA RIBEIRO, nascida em 20/12/1942, Endereço - RRUA FRANKLIN BASTOS DE CAVALHO, BAIRRO JOAO XXIII SAO FRANCISCO DE ASSIS RS CEP 97610000.

7 de Março de 2014, às 13:38:03

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **8614ccf2dc6ef684b6ed76e921f235de**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

ROSEMARA SALBEGO DA FONTOURA, Brasileira, Solteira, RG 9088931861 / SJS - RS, CPF 00823340058, filha de ANTONIO SANTOS DA FONTOURA e ANTPONIETA SALBEGO DA FONTOURA, nascida em 24/02/1986, Endereço - SAO FRANCISCO DE ASSIS RS CEP 97610000.

7 de Março de 2014, às 14:10:18

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **b4d58200fdf4b2e2ec91561baa5f592e**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

HORTENCIO GONCALVES CARVALHO, Brasileiro, Casado, RG 1059936946 / SSP - RS, CPF 92924298091, filho de **ADELINA CARMEN GONCALVES CARVALHO**, nascido em 23/03/1974, Endereço - **SAO FRANCISCO DE ASSIS RS CEP 97610000**.

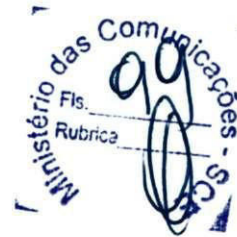
7 de Março de 2014, às 13:55:04

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **26c0b204ac6394eb6048f331032934d1**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

VASCO AGUIAR, Brasileiro, Casado, RG 9008605884 / SSP - RS, CPF 00686751000, filho de **FRANCISCO MARIA DE AGUIAR e DORVALINA DA SILVA AGUIAR**, nascido em 29/03/1942, Endereço - **SAO FRANCISCO DE ASSIS RS CEP 97610000**.

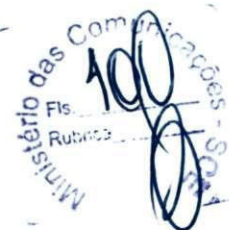
7 de Março de 2014, às 14:05:03

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **8568a66bb47a3d820a336472f255996b**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

MOACIR CLEOMAR GARCIA, Brasileiro, Casado, RG 1033960814 / SSP - RS, CPF 43364861072, filho de MOACIR GARCIA e MARIA SUELI GARCIA, nascido em 05/10/1985, Endereço - RUA CARLOS GOMES CENTRO SAO FRANCISCO DE ASSIS RS CEP 97610000.

7 de Março de 2014, às 13:25:28

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **384f9593eaf3cb80b32460d2d4082e18**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

AUGUSTO RAMIRO SOARES MARQUES, Brasileiro, Casado, RG 1041099688 / SSP - RS, CPF 34035095087, filho de OTUBRINO DOS SANTOS MARQUES e NOEMI SOARES MARQUES, nascido em 24/10/1955, Endereço - RUA SILVA JARDIM 2337 SAO FRANCISCO DE ASSIS RS CEP 97610000.

7 de Março de 2014, às 13:20:14

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **e7c3a742450cb344a214a2b161047f8b**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

AIRTON PEREIRA DE SAOUZA, Brasileiro, Casado, RG 1055543209 / SSP - RS, CPF 55392059015, filho de JOAO LENCINA DE SOUZA e CLAIR PEREIRA DE SOUZA, nascido em 13/07/1970, Endereço - RUA JULIO NEMITZ 613 SAO FRANCISCO DE ASSIS RS CEP 97610000.

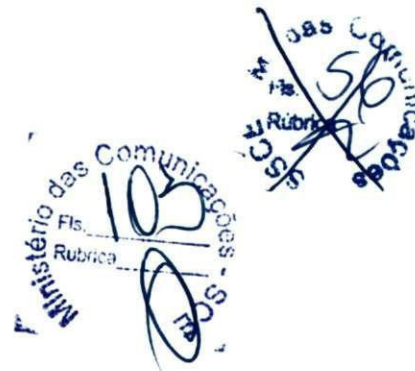
7 de Março de 2014, às 11:20:49

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **a897dae76ec910483a1ae704747805fd**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES, Brasileiro, Casado, RG 2069392881 / SJS - RS, CPF 91883504015, filho de CARMEM SUZANA FUNCK FAGUNDES, nascido em 17/11/1977, Endereço - SAO FRANCISCO DE ASSIS RS CEP 97610000.

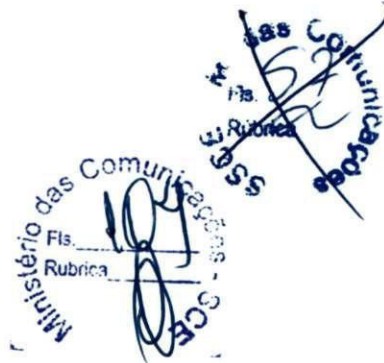
7 de Março de 2014, às 13:49:28

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **1b4f64f3bea8c76064e698ed490d2b45**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

RAFAEL VIERO TOUREM, Brasileiro, Solteiro, RG 8104289817 / SJS - RS, CPF 02030767026, filho de GLADEMIR DA SILVA TOUREM e ELIANDRA SUDATI VIERO, nascido em 05/12/1990, Endereço - SAO FRANCISCO DE ASSIS RS CEP 97610000.

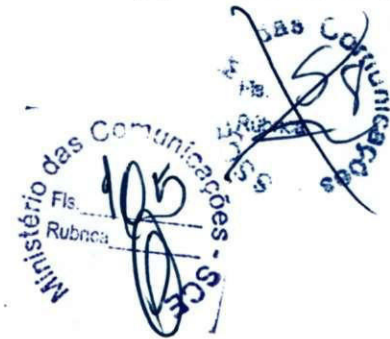
7 de Março de 2014, às 14:50:30

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **ed437a55948f8fde13d398202ab85490**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ALVARÁ DE FOLHA CORRIDA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedido o presente alvará de folha corrida por não constar condenação criminal com trânsito em julgado ou pena ativa contra a seguinte parte interessada:

MARCOS FERRADOR MONTEIRO, Brasileiro, Solteiro, RG 6080414912 / SSP - RS, CPF 00823340058, filho de VALDOMIRO RODRIGUES MONTEIRO e SANTA MARLENA FERRADOR MONTEIRO, nascido em 08/12/1982, Endereço - SAO FRANCISCO DE ASSIS RS CEP 97610000.

7 de Março de 2014, às 14:47:31

OBSERVAÇÕES:

A aceitação deste alvará está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **242b306fc01c9593da12f0dd7938e8d8**

06/13



7 65000830

CORREIOS



SF.06991679 4 BR

SEDEX
 PESO (kg) 0,190
 MANDOU, CHEGOU.

DESTINATÁRIO

Ministério das Comunicações

FONE

01-3311-6281

ENDEREÇO

Secretaria de Serviços de Comunicações & Eletrocomunicações - Govt de Radiodifusão
Esplanada do Ministério, Bloco R, 3º Andar

CIDADE

Brasília

UF

DF

CEP

70044-900

REMETENTE

ASSOCIAÇÃO DE LOCA. SEUTINHA RANDEAU

FONE

96564848

ENDEREÇO

RUA BASÍLIOS DE AGUIAR, 1297

CIDADE

São João do Assis

UF

RS

CEP 91610-000

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- ☐ Mandado
☐ Precatório
☐ Desembolso
☐ Pólo procurado
☐ Boleto bancário
☐ Boleto de crédito
☐ Outros (especificar)

TEMPO DE ENTREGA

 1º - / / de h
 2º - / / de h
 3º - / / de h

CÓDIGO

UNIDADE ENVIADORA

Rubrica do remetente

Visto



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

São Paulo, 08 de setembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 08/09/2014, às 15:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0126042** e o código CRC **DB4AF8E3**.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA
PAMPEANA

CNPJ: 02.409.280/0001-11

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:59:40 do dia 11/09/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 11/10/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **MOACIR CLEOMAR GARCIA (Título Eleitoral: 037459140477)** é **PRESIDENTE - Comissão Provisória (exercício 19/04/2007 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Orgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - SÃO FRANCISCO DE ASSIS/RS**
Vigência: **Início: 19/04/2007 Final: Indeterminada**
Código: **YP9F.DQBG.WA52.T99I.**
Certidão emitida às: **03/11/2014 16:05:13**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 15342/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.042889/2013-91**

Processo de Outorga nº: 53790.001010/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Francisco de Assis/RS**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo após resposta da entidade ao Ofício nº 4430/2013/CGRC-SCE-MC, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação dos artigos 8º e 12, ao disposto no item 8.2, alínea h.3, para que contenha, expressamente, a limitação do mandato dos membros da diretoria a uma única recondução, e item 8.3, alíneas "c" e "d" da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

"8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

(...)

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

(...)

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4

(quatro) anos, sendo admitida **uma** recondução;

(...)

8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

(...)

c) assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

(...)"

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

III. Prova de que seu dirigente RAFAEL VIERO TOUREM é brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

IV. Comprovante autenticado e registrado quanto à adequação da composição do Conselho Comunitário ao disposto no item 21.4 da Norma nº 1/2011, que exige **mínimo de 05 (cinco) representantes** de entidades da comunidade local, já que o ato apresentado pela entidade, que instituiu o Conselho em dezembro de 2013, lista somente 04 (quatro) representantes;

V. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído **nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011**, contendo a descrição da grade de programação da emissora, bem como a avaliação que dela fazem os membros do Conselho.

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

I. A ata nº 01/2014, que trata de eleição de diretoria ocorrida em janeiro de 2014, diverge em relação ao número de cargos e suas denominações com o descrito no artigo 12 do Estatuto Social da entidade, diante de que, solicita-se que a divergência apontada seja esclarecida e a devida correção registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com envio da respectiva certidão comprobatória.

II. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em infringência ao disposto no **art. 11 da Lei 9612/98**, vez que seu dirigente MOACIR CLEOMAR GARCIA, qualifica-se, simultaneamente, como membro de órgão partidário da localidade da prestação do serviço conforme certidão obtida junto ao Tribunal Superior Eleitoral (Anexo I), motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e **esclarecer** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do art. 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 06/11/2014, às 09:51, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline de Almeida Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 06/11/2014, às 10:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0213412** e o código CRC **5E3F3DFC**.

Minutas e Anexos

Anexo I 0218265



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 17792/2014/SEI-MC

São Paulo, 03 de novembro de 2014

Ao Senhor

AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA

Representante Legal da Associação de Comunicação Comunitária Sentinela
Pampeana

Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297

97610-000 / São Francisco de Assis – RS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.042889/2013-91.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 15342/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 06/11/2014, às 09:52, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0218235** e o código CRC **05458E56**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA		AR	
Ofício nº 17792/2014/SEL-MC		São Paulo, 03 de novembro de 2014	
Ao Senhor		ATAIRE	
AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA		ATAIRE	
Representante Legal da Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana			
Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297			
97610-000 / São Francisco de Assis - RS		UF PAÍS / PAYS	
Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.042889/2013-91.		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
		<input type="checkbox"/> EMS	
		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
		24 / 11 / 14	24 NOV 2014
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
		Wildebrando Mala 8.776.752-0 Carteiro III	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			
75240203-0 FC0463 / 16 114 x 166 mm			



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JH 32654555 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE POUR LE RETOUR

NO CASAS DE SÃO PAULO
RUA MERGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA
FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8680
CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Ao Ministério das Comunicações

Delegacia regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

53900.033752/2014-83

08/12/14

Resposta ao Ofício nº 17792/2014

Processo nº 53000.042889/2013-91

Em resposta ao referido ofício , vimos pela presente informar a Vossa senhoria, que as devidas alterações foram efetuadas e registradas no órgão competente, ficando assim as modificações efetuadas.

1º - Alteração do Estatuto Social conforme solicitação. 8.2 letra (h) e (h.3), 8.3 Letra (c) (d)

2º - Rg de RAFAEL VIEOR TOUREM, comprovando sua nacionalidade e naturalidade.

3º - Ata 08/2014 onde foram efetuadas as alterações referente ao conselho comunitário com 05 representantes.

4º - Também na ata 01/2014 foi efetuada a correção da relação dos cargos da diretoria.

5º - Saída do componente da diretoria MOACIR CLEOMAR GARCIA, por exercer cargo político

Sendo o que tínhamos para o presente momento subscrevemo-nos.

São Francisco de Assis, RS, 02 de Dezembro de 2014.



ASSINATURA DO PRESIDENTE



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 17792/2014/SEI-MC

São Paulo, 03 de novembro de 2014

Ao Senhor

AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA

Representante Legal da Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana

Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297

97610-000 / São Francisco de Assis - RS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.042889/2013-91.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 15342/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 06/11/2014, às 09:52, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1217060

1

**ALTERAÇÃO Nº 04 DO ESTATUTO SOCIAL DE ACORDO COM A LEI 9612/98, NORMA
COMPLEMENTAR 01/2011 E ATUAL CÓDIGO CIVIL.**

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA

ESTATUTO SOCIAL

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, doravante denominada RADIO SENTINELA PAMPEANA FM, inscrita no CNPJ nº 02.409.280/0001-11, com sua sede na Rua Joao Bastos de Aguiar nº 1297, Bairro Assis Brasil, em São Francisco de Assis, RS, CEP 97.610-000, com atividades de Radio Difusão Comunitaria, é uma associação na forma de Pessoa Jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, legalmente registrada no cartório de títulos e documentos da comarca do Município de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul, no livro- A-1, Fl. 100, Registro nº 144, datado de 09 de Fevereiro de 1998 e alteração registrada no Livro A-02, Fl-06, Registro nº 155, datado de 03 de Fevereiro de 1999,

Parágrafo Único - A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º- A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:


I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II -- respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;





AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, terça-feira, 2 de dezembro de 2014.

Luciele Cortelini de Matos - 2ª Tabeliã Substituta
Emal: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30 - 0588.01.1300006.27956


LUCIELE CORTELINI DE MATOS
Escritoriente Autorizada
CPF: 010.053.470-85

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária .

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A receita da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA, será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, os quais poderão, a qualquer momento e uma vez estando quites com a entidade, deixar de fazer parte de seu quadro de associados.

Art. 6º - A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I - Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II - Contribuintes ou Efetivos;
- III - Honorários;

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) Fica Assegurado a todos os associados Pessoas físicas em dia com as suas obrigações estatutárias tem direito de votar e ser votado, para todos cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12;
- b) Fica assegurado o ingresso gratuito, como associados, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações existentes.
- c) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.



AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma
reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, terça-feira, 2 de dezembro de 2014

Luciele Cortelini de Matos - 2ª Tabeliã Substituta

Emol: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30- 0588.01.1300006.27857


LUCIELE CORTELINI DE MATOS
Escrevente Autorizada
CPF: 010.053.470-85

III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria ;
- c) Conselho Comunitário

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia quinze do mês de janeiro, para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada quatro anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§ 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos conselheiros ou, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no parágrafo anterior.

Art. 12 - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, órgão executivo e administrativo, será composta por da seguinte forma:

Um Presidente;

Um Vice-Presidente;

Um Primeiro Secretário;

Um Segundo Secretário;

Um Primeiro Tesoureiro;

Um Segundo Tesoureiro;

Um Diretor Jurídico;

Um Conselho Comunitário; composto por cinco representantes de entidades da comunidade local

Um Diretor Geral de operações,

Todos eleitos em Assembléia Geral para um mandato de quatro anos, sendo admitida uma recondução para novo mandato, tendo como forma de constituição e funcionamento o descrito nas normas estatutárias contidas neste estatuto de acordo com a norma nº 1/2011.

§1º - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º.




AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, terça-feira, 2 de dezembro de 2014.

Luciele Cortelini de Matos - 2º Tabeliã Substituta
Tabela: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30- 0588.01.1300006.27859


LUCIELE CORTELINI DE MATOS
Escritorã Autorizada
CPF: 010.053.470-85

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA .
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

- a) Ao Presidente compete: representar a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA , passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA , secretariar as reuniões da diretoria, lavrar às atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma
reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, terça-feira, 2 de dezembro de 2014

Luciele Cortelini de Matos - 2ª Tabeliã Substituta

Emol: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30- 0588.01.1300006.27859


LUCIELE CORTELINI DE MATOS
Escrevente Autorizada
CPF: 010.053.470-85

27

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendun de, no mínimo , um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17 - O Patrimônio e Receita da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim.

Art. 19º - A dissolução da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

§ ÚNICO - Os artigos não mencionados nesta alteração estatutária, permanecem em pleno vigor.





TABELIONATO SÃO FRANCISCO DE ASSIS / RS

Av. Farroupilha, 1727 - Centro - 97610-080 - F:(55) 3252-1312 - E-mail: mzurizilli@hotmail.com

Tabelião: Mauri Zilli



AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, terça-feira, 2 de dezembro de 2014

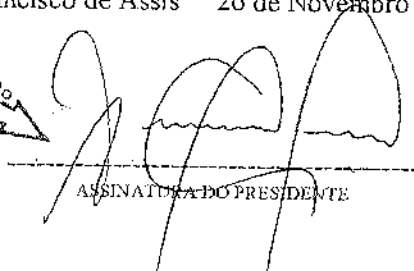
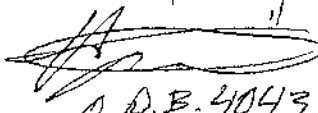
Luciele Cortelini de Matos - 2ª Tabeliã Substituta


Emol: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30- 0588.01.1300006.27860


LUCIELE CORTELINI DE MATOS
Escritorante Autorizada
CPF: 010.053.470-85

Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na AG de 19 de junho de 2013, e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

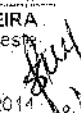
São Francisco de Assis 26 de Novembro de 2014.


Tabelionato
São Francisco de Assis
ASSINATURA DO PRESIDENTE

O.D.B. 4043

 TABELIONATO SÃO FRANCISCO DE ASSIS / RS
Av. Farrapilha, 1727 - Centro - CEP: 97515-000 - Fone: (51) 3352-3312 - E-mail: mayerjma@tabelosil.com.br
Tabelião: Mauri Zilli

Reconheço a firma de AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA
por SEMELHANÇA com a existente no arquivo deste
Tabelionato. Dou fé.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE
São Francisco de Assis, segunda-feira, 1 de dezembro de 2014.
Suzieli Mayer de Moura - 3ª Tabeliã Substituta
Emol: R\$ 5,10 + Selo digital: R\$ 0,30-0588.01.1300006.27852


Suzieli Mayer de Moura
Escrivente Autorizada
CPF: 032.062.170-75

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS
São Francisco de Assis - RS
AV. FARROUPILHA, 1526

PROTOCOLO: Nº 7536, no livro A-5, às fls 64, em
02/12/2014. AVERBAÇÃO: Nº 5/Reg. 144, no livro A-4, às
fls 121 verso, em 02/12/2014, São Francisco de Assis, 2
de dezembro de 2014.

Luís Eduardo Kerber de Freitas
Luís Eduardo Kerber de Freitas - Registrador Substituto

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS
São Francisco de Assis - RS
AV. FARROUPILHA, 1526

Total: R\$ 53,50 + R\$ 2,80 = R\$ 56,30
Averbação PJ: R\$ 43,50 (0586.04.1400009.00118 = R\$
0,70)
Digitalização: R\$ 6,60 (0586.01.1400008.01134 a 1139 =
R\$ 1,80)
Processamento eletrônico: R\$ 3,40
(0586.01.1400008.01132 = R\$ 0,30)
Luís Eduardo Kerber de Freitas

Serviço Registral
Luís Eduardo Kerber de Freitas
Registrador Substituto
São Francisco de Assis-RS

TABELIONATO SÃO FRANCISCO DE ASSIS / RS
Av. Farroupilha, 1727 - Centro - 97810-000 - F: (55) 3252-1312 - E-mail: maurizilli@hotmail.com
Tabelião: Mauri Zilli

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO o verso e anverso da presente cópia reprográfica
por ser uma reprodução fiel do documento que me fo
apresentado.

São Francisco de Assis, terça-feira, 2 de dezembro de 2014.

Luciele Cortelini de Matos - 2ª Tabeliã Substituta

Emo: R\$ 6,80 + Selo digital: R\$ 0,60 - 0588.01.1300006.27861 a 27862

Luciele Cortelini de Matos
LUCIELE CORTELINI DE MATOS
Escritor Autorizada
CPF: 010.053.470-85

28

10. Todos os presentes Assinada. "Realua"
do também nesta ocasião foi efetuada a troca
e do Cartão de Resgate, sendo a titular de
em Cartão A 500 Rosemaria Galvão da Fátima
foi e entregue como novo Resgate A 500
também Rosemaria Galvão da Fátima, mas
o Cartão A 500 Declarado Guernu A presente
Assinada A+.

Ata 08/804. Aos vinte e seis dias do mês de Novembro

da Bahia do Arto de dois mil e quatrocentos, na sessão

Associação de Comunidade Comunitária Gráfica

no Ampara, na Rua Novo Brasil de Abreu no 129

o Bateria Assis Brasil, em São Francisco de Assis

RS, CEP: 97.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº

02.409.880/0001-11, registrada no Cartório de Registro

de Títulos e Documentos sob o nº 141, livro A-141

folias 23 e verso. O Presidente da Associação

Assinada seus Cartões, por Cartão

da Associação Geral, Assinada com os seus

em dia com a Associação e membros que

Compõem a Diretoria da Associação para

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma
reprodução fiel do documento que me foi apresentado.
São Francisco de Assis, segunda-feira, 1 de dezembro de 2014

Suzieli Mayer de Moura - 3ª Tabeliã Substituta
Inici: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30-0588.01.1300016.27636


Suzieli Mayer de Moura
Escrevente Autorizada
CPF: 032.062.170-75

O direito de votar e ser votado para todos os
cartões que compõem os órgãos administrativos
e deliberativos, bem como o direito de voz e
voto nas deliberações sobre a vida social da
oc, mas instituições deliberativas existentes. 1º -
Assigura o ingresso gratuito, como associados, a
pessoas físicas sem fins lucrativos, e, ainda, a
área de execução do serviço, conferido-lhes o
voto, por intermédio de seus representantes
exclusivos, o direito de escalar, previamente
voto, os representantes dos órgãos deliberativos
e administrativos, bem como o direito de voz
e voto nas deliberações sobre a vida social
e administrativa, bem como o direito de voz e
voto nas instituições deliberativas existentes.
Também foi efetuada a concessão de
ao Conselho na Alta Colônia, referente ao
Conselho Comunitário que existe em número
de cinco membros, e o Alto que constitui o
Atual Conselho (Atualmente 01/Quatro) e, ainda,
sendo que esta data foi instituída para
uma entidade para compor o referido con-
selho, com a inclusão da Igreja Evangélica
deus e a sua fe denominada "Templo de Deus
Proveniente) com sede na Rua Rivas Pereira
Ribeiro nº 188, Bairro Matheus, em São -
Francisco de Assis - RS, CPF: 97.640.000, Representa
tada pelo presidente - Milton Fernandes Soares
Sabido, Brasileiro, Casado, Autônomo, Residente
e domiciliado na Rua Rivas Pereira nº 188
Bairro Matheus, São Francisco de Assis - RS
CPF: 97.640.000, CPF: 482.790.240/68, RG 703.4081
85 SSP/RS, ficando assim efetuada a concessão
de acordo com a norma 112011, Resolva dos
Ativos 8º e 12º, disposto 8.2. Alameda "h.3" e "d"

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma
reprodução fiel do documento que me foi apresentado.
São Francisco de Assis, segunda-feira, 1 de dezembro de 2014
Suzieli Mayer de Moura - 3ª Tabeliã Substituta
Emol: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30-0588.01.1300006.27636


Suzieli Mayer de Moura
Escrevente Autorizada
CPF: 032.062.170-75

67

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, segunda-feira, 1 de dezembro de 2014

Suzieli Mayer de Moura - 3º Tabeliã Substituta

#mcl: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30-0588.01.1300006.27527


Suzieli Mayer de Moura
Escrevente Autorizada
CPF: 032.062.170-75

[Handwritten signature]

rep. to *[illegible]* - *[illegible]*
Eduarda Figueira *[illegible]*

[Faint, illegible text]

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, segunda-feira, 1 de dezembro de 2014

Suzieli Mayer de Moura - 3º Tabeliã Substituta

Emol: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30-0588.01.1300006.27536

Suzieli Mayer de Moura
Escritoriente Autorizada
CPF: 032.062.170-75

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS

São Francisco de Assis - RS
AV. FARROUPILHA, 1575

PROTOCOLO: N° 7536, no livro A-5, às fls 64, em 02/12/2014. AVERBAÇÃO: N°5/Reg. 144, no livro A-4, às fls 121 verso, em 02/12/2014. São Francisco de Assis, 2 de dezembro de 2014

Luís Eduardo Kerber de Freitas
Luís Eduardo Kerber de Freitas - Registrador Substituto

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS

São Francisco de Assis - RS
AV. FARROUPILHA, 1575

Total: R\$ 53,50 + R\$ 2,80 = R\$ 56,30
Averbação PJ: R\$ 43,50 (0586.04.1400009.00118 = R\$ 0,70)
Digitalização: R\$ 6,60 (0586.01.1400008.01134 a 1139 = R\$ 1,80)
Processamento eletrônico: R\$ 3,40
(0586.01.1400008.01132 = R\$ 0,30)

Serviço Registral
Luís Eduardo Kerber de Freitas
Registrador Substituto
São Francisco de Assis-RS

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.650.979/0001-22 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 28/09/2010
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE APOSENTADOS PENCIONISTAS E IDOSOS DE SAO FRANCISCO DE ASSIS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R SATURNINO MUNHOZ	NÚMERO 053	COMPLEMENTO	
CEP 97.610-000	BARRO/DISTRITO ASSIS BRASIL	MUNICÍPIO SAO FRANCISCO DE ASSIS	UF RS
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/09/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **27/11/2014** às **15:30:41** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

Ata nº 03 - Reunião Ordinária

4

Aos dias dezessete de novembro de 2015, realizou-se na Sede da AMRS - Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de São Francisco do Assis, para prestação de contas e eleições da chapa nº 01 composta por Presidente Sr. Agostinho Alves Soares, RG 60.878.0153, CPF. 221.445.834-04, Vice Presidente Sr. Luiz Garbo, RG 101.631.0638 e CPF. 130.914.090-15, Tesoureiro Sr. Pedro Nelsi de Joima, RG. 206.447.995 e CPF. 177.168.290-68, Secretário Adão Gregório Ribeiro Serra, RG. 606.534.1848 e CPF. 201.299.200-53, Conselho Fiscal: Sr. Teodoro Flores Martins, RG. 101.997.6721, CPF. 317.987.890-49, Maria Erendi Tolfo, RG. 804.622.1151, CPF nº 594.166.480-49, Homero Corrêa, RG. 205.449.2315 e CPF nº 540.416.440-84, em fuga dos móveis e documentações da Associação. A chapa apresentada, foi aclamada por unanimidade.

Chapa anterior:

Presidente
Rui do Fagundes

Vice Presidente
Sérgio Roberto da Silva

Chapa vencedora:

Presidente: Agostinho Alves Soares, *Agostinho Soares*

Vice Presidente: *Agostinho Soares*

Tesoureiro:

Secretário: Adão Gregório G. R. Serra.
Adão G. R. Serra

Conselho Fiscal.

1. Frederico Flores Martins

2.

3.



LUCIELE CORTELINI DE MATOS
Escraventa Autorizada
CPF: 010.053.470-85

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

 Polegar Direito



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 6108780153 DATA DE EXPEDIÇÃO: 26/01/2007

NOME: AGOSTINHO ALVES SOARES

FILIAÇÃO:

MARIA JULIA ALVES SOARES

NATURALIDADE: SÃO FRANCISCO DE ASSIS RS DATA DE NASCIMENTO: 26/05/1941

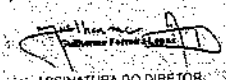
DOC. ORIGEM: C CAS 16851 PORTO ALEGRE RS

1ª ZONA LV B30 GL 17

CPF: 221.745.837-04

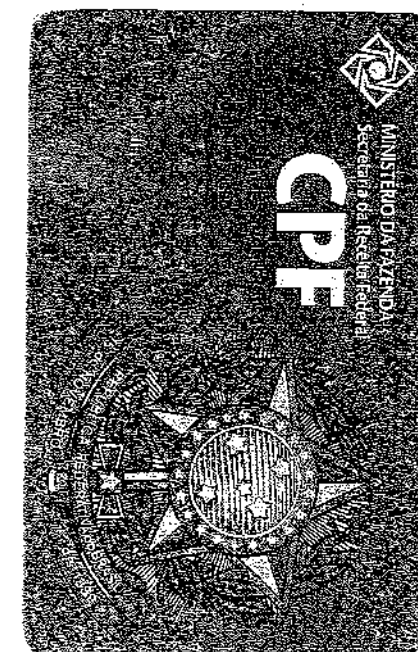
PORTO ALEGRE, RS

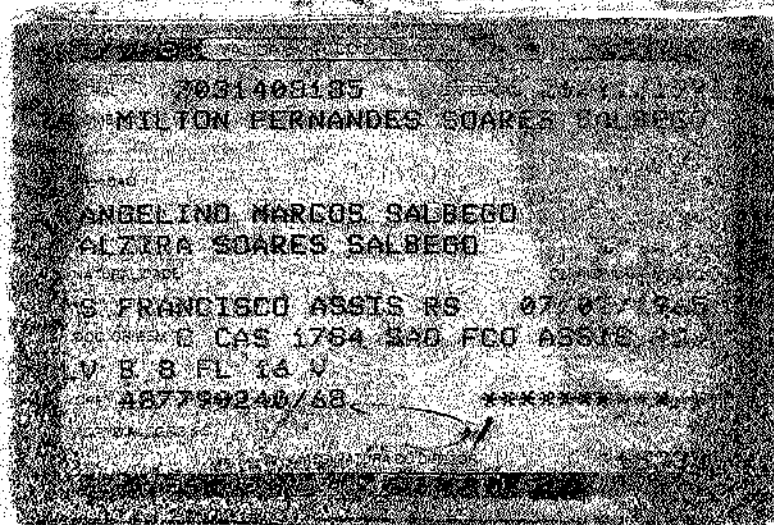
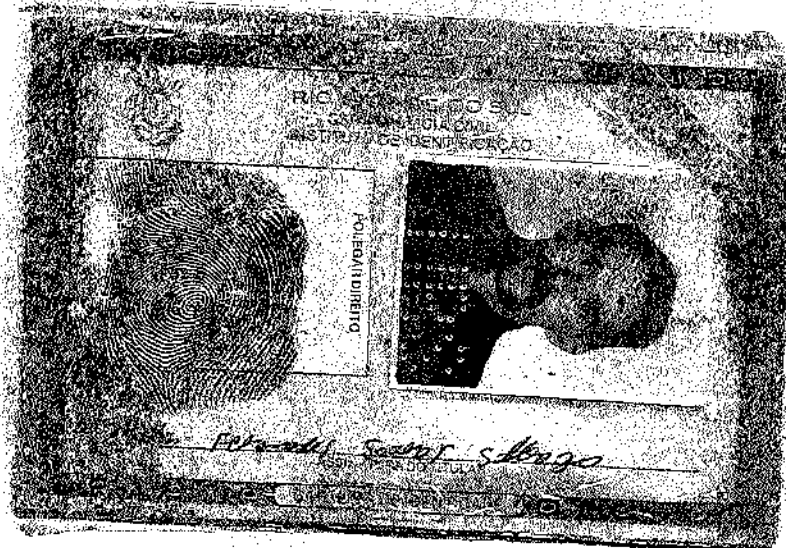
1ª VIA

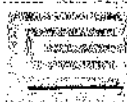
ASSINATURA DO DIRETOR: 

152381

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83







Companhia Riograndense de Saneamento

CNPJ: 02.892.784/0001-90

U.S.: 192-SAO FRANCISCO DE ASSIS

SILVA JARDIM, 1685

Bairro: CENTRO CEP: 97610000

Fone: 5532521229

Fatura de Serviços - Água e/ou Esgoto

Nº 100020490780201109 Ass/Aco 09/2011

BRUNA BOLZAN RAMOS

Rua RIVAS PEREIRA RIBEIRO, 188

Código do Imóvel	Localização	Código Debito em Conta	Cobrador
20490780	130/1627	00020490780	CORSAN

Histórico de Consumos em Metros Cúbicos (m³)

Mês/Ano	08-2011	07-2011	06-2011	05-2011	04-2011	03-2011
Consumo	6	6	9	6	0	0

Dados do Consumo do Mês

Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo (m³)	Dias de Consumo	Média Mensal
A10N230354	28	35	7	33	5

Composição dos Serviços

CATEGORIA	EXT. ÁGUA	EXT. ESGOTO	CONSUMO	SERVIÇO BÁSICO	VALOR ÁGUA	VALOR ESGOTO
RD	1	0	7	R\$ 16,23	R\$ 24,01	R\$ 0,00

SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS R\$ 40,24

Descrição dos Itens Faturados

SERVIÇO	VALOR
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS	R\$ 40,24
FA - Parc. dívida 6/6	R\$ 13,27

Lida e Emitida em:
13/09/2011 10:30:25

Pagamento após o vencimento
leia o verso

25/09/2011

R\$ 53,51

NOTIFICAÇÃO

ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Leis Federais nº 11.445, Art. 40, inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, §3º, II.

FALE COM A CORSAN, 24 HORAS POR DIA, ATRAVES DO TELEFONE 0300 646 6444. PARA FACILITAR O ATENDIMENTO, TENHA EM MAOS A SUA FATURA.

Parâmetros	Padrão de Qualidade	Média
Turbidez	0,0 a 5,0 UT	0,1 UT
Cor	0 a 15 UI	2 UI
pH	6,0 a 9,5	5,7
Cloro Livre Residual	0,20 a 5,00 mg/L	1,15 mg/L
Fluoretos	0,6 a 0,9 mg/L	0,7 mg/L
Coliformes Totais	Ausente em 100mL	Ausente
Coliformes Termotolerantes	Ausente em 100mL	Ausente



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
		CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.334.358/0001-65 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 05/09/2011
NOME EMPRESARIAL IGREJA EVANGELICA DEUS E A SUA FE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TEMPLO DEUS PROVERA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 322-0 - ORGANIZACAO RELIGIOSA			
LOGRADOURO R RIVAS PEREIRA	NÚMERO 188	COMPLEMENTO	
CEP 97.610-000	BAIRRO/DISTRITO MANDARINO	MUNICÍPIO SAO FRANCISCO DE ASSIS	UF RS
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/09/2011	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia 22/09/2011 às 14:03:38 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

ATA DE FUNDAÇÃO

IGREJA EVANGÉLICA DEUS É A SUA FÉ

Denominação "Templo Deus proverá"

Às dezoito horas do dia 14 Junho do ano de 2011, na rua Rivas Pereira, nº.188, na cidade de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul, estando presentes os seguintes cristãos: Milton Fernandes Soares Salbego, Bruna Bolzan Ramos, Fátima Lenise de Lima Rodrigues, Aristides Irajá Ramos da Silva, Matilde Rejane Lopes da Silva, Eva Neli Correa da Silva, Ceciliano Carriço, Cristiano Garcia Contessa, Carlos Eli Witt Izaguirres, reuniram-se com a finalidade de fundar Uma Igreja Evangélica, baseada nos princípios Bíblicos, instituídos por DEUS, com a fé e crença no Senhor Jesus Cristo; Iniciaram-se então os atos necessários para a fundação da Igreja, sendo decidido por unanimidade que a denominação seria IGREJA EVANGÉLICA DEUS É A SUA FÉ, ficando determinado que a sigla seria a seguinte: "TEMPLO DEUS PROVERÁ", e sua sede Provisória seria na Rua Rivas Pereira nº 188, Bairro Mandarino, em São Francisco de Assis, RS; Para iniciar os trabalhos, foram indicados pelos presentes para assumir a coordenação e a secretaria da assembléia de fundação da entidade **FATIMA LENISE DE LIMA RODRIGUES**, deram por aberta a assembléia iniciando pela leitura da pauta para os presentes, constando a discussão e aprovação dos estatutos, a eleição e posse da diretoria do conselho e os primeiros encaminhamentos relacionados à existência da nova Igreja. Em seguida, buscou-se o artigo dos estatutos que regulamenta as decisões da assembléia. No mesmo consta que as decisões da assembléia somente serão válidas se obtiverem metade mais um dos votos dos associados da entidade. Estando todos de acordo, o artigo foi aprovado por unanimidade. Logo, a coordenadora dos trabalhos encaminhou o processo de leitura, discussão e aprovação dos estatutos do Conselho. A leitura foi feita artigo por artigo, sendo cada um debatido e em seguida aprovado. Ao final, foi feita votação em bloco, sendo que os estatutos foram aprovados unanimemente. Com os estatutos aprovados, a coordenadora abriu os debates a respeito da eleição da nova diretoria do Conselho ficando assim eleita: Presidente- **MILTON FERNANDES SOARES SALBEGO**, Vice Presidente – **BRUNA BOLZAN RAMOS**, secretária- **FÁTIMA LENISE DE LIMA RODRIGUES**; O Tesoureiro- **ARISTIDES IRAJÁ RAMOS DA SILVA**, não faz parte da diretoria, só participa das reuniões do Conselho a convite sem direito de votar e ser votado, ficou decidido que as pessoas que estavam presente no ato da fundação da igreja, cujos nomes estão relacionados em ata, passam desde já a pertencerem ao quadro de sócios fundadores. Após apresentação dos nomes, foi feita a eleição por escrito. A coordenadora e a secretária Após a eleição da assembléia declarou-os empossados. Os novos diretores tomaram posse agradecendo a confiança de todos e se comprometeram a trabalhar para atingir os objetivos traçados para a , encaminhou debate sobre as providências necessárias ao futuro da entidade. Nada mais havendo a tratar declarou, às 21 horas, encerrados os trabalhos da assembléia, da qual eu, **FATIMA LENISE DE LIMA RODRIGUES**, que a secretariei, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais associados presentes.

São Francisco de Assis, RS, 14 de Junho de 2011.

Secretário da assembléia: **FÁTIMA LENISE DE LIMA RODRIGUES**

Presidente da assembléia: **MILTON FERNANDES SOARES SALBEGO**

Milton Fernandes Soares Salbego

Fátima Lenise de Lima Rodrigues

BRUNA BOLZAN RAMOS



Bzl. João Inácio Paz
OAB-RS 34.341

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Protocolado nº 46 FI nº 5943
Registrado nº 254
São Francisco de Assis - RS, 05/09/2014
João Cláudio Faria
0276129

Serviço Registral
Luis Eduardo Kerber de Freitas
Registrador Substituto
São Francisco de Assis - RS

CERTIDÃO

CERTIFICO, usando a faculdade que me confere a Lei, que revendo neste Ofício o Lº A-3, Registro de Sociedade Civil, às fls.037, sob nº 254, datado de 05/setembro/2011, deles verifiquei constar o seguinte Registro: Registro do Extrato do Estatuto Social da **IGREJA EVANGÉLICA DEUS É A SUA FÉ- TEMPLO DEUS PROVERÁ**: Aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e onze (05.09.2011), nesta cidade e Comarca de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul, em Cartório, pelo Sr. Milton Fernandes Soares Salbego, na qualidade de Presidente, foram apresentados os documentos necessários para o registro da entidade social denominada "**IGREJA EVANGÉLICA DEUS É A SUA FÉ- TEMPLO DEUS PROVERÁ**", o que ora é feito, declarando o seguinte: **EXTRATO DO ESTATUTO DA IGREJA EVANGÉLICA DEUS É A SUA FÉ- TEMPLO DEUS PROVERÁ**. Da Denominação, Sede, Constituição, Duração e Fins. A **IGREJA EVANGÉLICA DEUS É A SUA FÉ**, denominada "**TEMPLO DEUS PROVERÁ**" é uma instituição civil e religiosa, evangélica, sem fins lucrativos, com sustento, propagação e governo próprios, tendo sua sede e foro na Rua Rivas Pereira nº 188, no bairro Mandarin, em São Francisco de Assis, RS e é composta de número ilimitado de membros, sem distinção de nacionalidade, cor, sexo ou condição social, crentes em Nosso Senhor Jesus Cristo, que aceitam como única regra de fé e prática a Bíblia Sagrada, e funcionará por tempo indeterminado. A data de fundação no dia 14 de junho de 2011, na Comarca de São Francisco de Assis, RS "e qualquer outra igreja que usar esta denominação estará subordinada a esta, devendo solicitar autorização para ser filiada e deverá seguir rigidamente seus estatutos. A Igreja adota a forma de governo estabelecida neste Estatuto e tem como princípios doutrinários os expostos na Confissão de Fé em Nosso Senhor Jesus Cristo. A Diretoria do Conselho tem mandato bienal e compõe-se de presidente, vice-presidente e secretário. Os membros da Diretoria do Conselho não serão remunerados pelo exercício de seus cargos. Por não integrar a Diretoria, o tesoureiro da igreja só participa das reuniões do Conselho a convite, sem direito de votar e de ser votado, exceto se for Obreiro. Ao presidente compete: representar a Igreja, ativa e passivamente, em juízo e fora dele; A Assembléia é o órgão deliberativo da Igreja que se compõe de todos os membros arrolados, sendo sua Diretoria a mesma do Conselho. São Francisco de Assis, RS, 14 de junho de 2011. Assina: Fatima Lenise Lima Rodrigues, Secretário e Milton Fernandes Soares Salbego, Presidente.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ
São Francisco de Assis-RS, 05.09.2011.

Luís Eduardo Kerber de Freitas
Luís Eduardo Kerber de Freitas
Registrador Substituto

Selo Digital nº
0586.01.0800035.00352

Serviço Registral
Luís Eduardo Kerber de Freitas
Registrador Substituto
São Francisco de Assis-RS



TABELIONATO SÃO FRANCISCO DE ASSIS / RS

Av. Farrupilha, 1727 - Centro - 97610-000 - Fone: (55) 3252-1312 - E-mail: maurizilli@hotmail.com
Tabelião: Mauri Zilli



AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, segunda-feira, 1 de dezembro de 2014

Suzieli Mayer de Moura - 3ª Tabeliã Substituta

#mof: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30 - 0588.01.1300006.27547

Suzieli Mayer de Moura
Escrevente Autorizada
CPF: 032.062.170-75

10

Outros (origem externa) (0276129) SEI 53900.0083752/2014-68 / pg. 35



AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

São Francisco de Assis, segunda-feira, 1 de dezembro de 2014

Suzieli Mayer de Moura - 3º Tabeliã Substituta

#mot: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30 - 0588.01.1300006.27645

Suzieli Mayer de Moura
Escrivente Autorizada
CPF: 032.062.170-75



OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS

São Francisco de Assis - RS
AV. FARROUPILHA, 1575

PROTOCOLO: Nº 7536, no livro A-5, às fls 64, em 02/12/2014. AVERBAÇÃO: Nº 5/Reg. 144, no livro A-4, às fls 121 verso, em 02/12/2014. São Francisco de Assis, 2 de dezembro de 2014

Luís Eduardo Kerber de Freitas
Luís Eduardo Kerber de Freitas - Registrador Substituto



OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS

São Francisco de Assis - RS
AV. FARROUPILHA, 1575

Total: R\$ 53,50 + R\$ 2,80 = R\$ 56,30
Averbação PJ: R\$ 43,50 (0586.04.1400009.00118 = R\$ 0,70)
Digitalização: R\$ 6,60 (0586.01.1400008.01134 a 1139 = R\$ 1,80)
Processamento eletrônico: R\$ 3,40
(0586.01.1400008.01132 = R\$ 0,30)

Serviço Registral
Luís Eduardo Kerber de Freitas
Registrador Substituto
São Francisco de Assis-RS

Ministério das Comunicações
Delegacia Regional do Min. das Comunicações
em São Paulo
Rua Intergerencial, 592, Bloco 1, Mezanino
(ect) - Vila Leopoldina CEP. 05311-900
São Paulo - SP.



Associação de Comunicações Comun.
Sertão de Pampelona -
Rua João Batista de Almeida nº 1297
cep: 192-640.000
São Francisco de Assis - RS. (RS)

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Assunto: A.R. postal São Francisco de Assis/RS

De: Jaqueline de Almeida Oliveira <jaqueline.almeida@comunicacoes.gov.br>

Data: 21/10/2015 14:43

Para: Natalia Froemming <natalia.froemming@comunicacoes.gov.br>

CC: "Iglezias, Ronaldo" <ronaldo.iglezias@comunicacoes.gov.br>

Natália,

Boa tarde.

Gostaria que enviassem A.R. postal digitalizado comprobatório da entrega do Ofício 4430/2013 /CGRC/SEC-MC (Ofício assinado em 13 de agosto de 2013), p/ instrução dos autos de renovação nº 53000.042889/2013-91, localidade São Francisco de Assis/RS - Associação Comunitária Sentinela Pampeana.

Obrigada.

Jaqueline de Almeida Oliveira

Analista Técnico Administrativo

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

Tel: (11) 3831-3254 | Fax: (11) 3101-8680

jaqueline.almeida@comunicacoes.gov.br

NOTA TÉCNICA Nº 23817/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.042889/2013-91**

Assunto: **Não renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Francisco de Assis/RS**, por meio da Portaria nº **73**, publicada no DOU de 06/02/2002, e Decreto Legislativo nº **395**, publicado no DOU de 31/07/2003.

ANÁLISE

2. O pedido de renovação de outorga da entidade foi apresentado em 08/07/2013 (pedido de prorrogação de prazo). O pleito é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

I. A requerente foi regularmente notificada para cumprimento de exigências, dentre as quais, apresentação de último relatório do Conselho Comunitário, com fundamento na Norma 1/2011 (então vigente), documento que continua sendo indispensável à renovação da outorga nos termos do artigo 131, V da Portaria 4334, de 17 de setembro de 2015.

3. Cumpre-nos salientar que entidade teve a oportunidade de exercer o seu direito de contraditório e ampla defesa, conferida pelas **NOTAS TÉCNICAS Nº 2172/2013/CGRCSCE-MC e Nº 15342/2014/SEI-MC**, encaminhadas respectivamente pelos Ofícios nº 4430/2013/CGRC/SCE-MC, A.R. postal em 21/08/2013 e nº 17792/2014/SEI-MC, A.R. postal em 24/11/2014; tendo encaminhado os seus esclarecimentos por meio dos expedientes nº 53000.054536/2013-34, 53000.012809/2014-54 e nº 53900.033752/2014-83. Em ambas as oportunidades, a entidade deixou de apresentar o relatório do Conselho Comunitário, fazendo jus então à aplicação do disposto no artigo 132, II, da Portaria 4334, de 17 de setembro de 2015, segundo o qual:

"Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações; (...)"

4. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pela **não renovação** da outorga da entidade. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline de Almeida Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 28/10/2015, às 09:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 28/10/2015, às 10:07, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 04/03/2016, às 15:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunic. Eletrônica, Substituto**, em 22/04/2016, às 14:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 26/04/2016, às 18:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0781791** e o código CRC **6F30B8EB**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 36 do Decreto no 2.615, de 03 de junho de 1998, comum com o artigo 132, II, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.042889/2013-91

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, por meio da Portaria no nº 73/2002, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul, em razão da ausência de atendimento satisfatório de exigências desse Ministério referentes à renovação da referida outorga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME OU RAZÃO SOCIAL C

Of. 4430 /2013/CGRC/SCE-MC
53000.042889/13

ENDEREÇO / ADDRESS

REPRESENTANTE LEGAL
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA
RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR, Nº 1297
97.610-000 SÃO FRANCISCO DE ASSIS / RS.

CEP / CODE POSTAL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATON

Rosângela S. de F. Torres
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / CRGÃO EXPEDIDOR

10819802.35

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Francisco Antônio da Silva
Mat. 8.777.559-4

CONTO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Memorando nº 1532/2016/SEI-MC

São Paulo, 29 de abril de 2016.

À Consultoria Jurídica - CONJUR

Assunto: **Encaminhamento de processo com posicionamento pela não renovação da outorga.**

1. Encaminhamos o processo de número **53000.042889/2013-91**, da entidade **Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana**, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Francisco de Assis/RS**, instruído com posicionamento pela não renovação da respectiva outorga, conforme se detalha na **NOTA TÉCNICA Nº 23817/2015/SEI-MC** (evento SEI 0781791), já assinada no âmbito da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de São Paulo**, em 09/05/2016, às 14:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1100599** e o código CRC **3F68F08C**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA - COREC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01541/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.042889/2013-91

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA.

ASSUNTO: Renovação de autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul.

- I – Procedimento em fase de possível renovação de autorização para explorar Serviço de Radiodifusão Comunitária.
- II – Tempestividade do requerimento em razão da incidência da Portaria 197/2013-MC, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária, em casos que tais, até 30/11/2013.
- III – Não apresentação da documentação necessária, reiteradamente solicitada;
- IV – Impossibilidade jurídica de deferimento do pedido, *ex vi* do disposto no art. 132, inciso II, da Portaria nº 4.334, de 2015.
- V – Encaminhamento dos autos à Secretaria de Radiodifusão para adoção das providências alvitadas.

1. A Secretaria de Radiodifusão (SERAD), nova designação da então Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (SCE), por conduto da Nota Técnica nº 23817/2015/SEI-MC (doc. 0781791), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo de interesse da Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, cuja outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária encontra-se em fase de renovação.

I – RELATÓRIO

2. De acordo com o que consta da citada Nota Técnica nº 23817/2015/SEI-MC, a entidade acima qualificada recebeu a outorga do serviço de RadCom por intermédio da Portaria nº 73, publicada no D.O.U. de 06/02/2002, e Decreto Legislativo nº 395, publicado no D.O.U. de 31/07/2003, consignando a SERAD que o pedido de renovação *in casu* é tempestivo, posto que postado em 08/07/2013 e o prazo para tanto teria exaurimento em 30/11/2013, considerando a edição da Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviços de radiofusão comunitária, em casos que tais, até 30/11/2013.

3. Não tendo a Associação requerente apresentado a documentação técnico-jurídica exigida para a renovação de outorga, a Secretaria de Radiodifusão manifestou-se por intermédio da Nota Técnica nº 2172/2013/CGRC/SCE-MC, elencando os documentos que se faziam necessários, nos termos da norma de regência, para o exame do pedido *in casu* (fls. 05 *usque* 07 dos autos do Processo digitalizado).

4. A outorgada foi intimada da indigitada diligência da Administração via do Ofício nº 4430/2013/CGRC/SCE-MC, de 13/08/2013, acostado por cópia a fl. 08 dos autos do Processo digitalizado, recebido em 21/08/2014 (doc. 0785251), sendo consignado o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contado do seu recebimento, para

cumprimento da exigência, sob pena de extinção da outorga.

5. Protocolados em 16/09/2013, a entidade apresentou os documentos acostados as fls. 08 *usque* 79 dos autos do Processo digitalizado, complementados pela documentação juntada as fl. 85 *usque* 126 do mesmo volume, que, devidamente analisados pela SERAD, ensejou a elaboração da Nota Técnica nº 15342/2014/SEI-MC (doc. 0213412), na qual restaram apontadas, novamente, pendências documentais, bem como a existência de indícios de materialização de vínculo vedado pela Lei nº 9.612, de 1998, segundo a seguinte narrativa:

“II. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9612/98, vez que seu dirigente MOACIR CLEOMAR GARCIA, qualifica-se, simultaneamente, como membro de órgão partidário da localidade da prestação do serviço conforme certidão obtida junto ao Tribunal Superior Eleitoral (Anexo I), motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar”.

6. Observe-se, por necessário, que a Área Técnica, naquela assentada, exigiu, com destaque, a apresentação do *"último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, contendo a descrição da grade de programação da emissora, bem como a avaliação que dela fazem os membros do Conselho"*, como condição outra para o prosseguimento da análise do pleito.

7. A mencionada manifestação administrativa foi encaminhada à requerente por intermédio do Ofício nº 17792/2014/SEI-MC, de 03/11/2014 (doc. 0218235), recebido em 24/11/2014, consoante registro apostado no Aviso de Recebimento carreado aos autos (doc. 0454518), sendo consignado o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contado do seu recebimento, para cumprimento da diligência, sob pena de extinção da outorga.

8. Postados em 02/12/2014 e protocolados em 05/12/2014, a entidade apresentou a petição e os documentos juntados ao autos do processo nº 53900.033752/2014-83, trazendo a alteração do Estatuto Social, a comprovação da nacionalidade e naturalidade do dirigente Rafael Vieor Tourem, a alteração da composição do Conselho Comunitário, a correção da relação dos cargos da diretoria e a saída do membro da diretoria Moacir Cleomar Garcia, por exercer cargo político, sendo objeto da manifestação da Secretaria de Radiodifusão consubstanciada na multicitada Nota Técnica nº 23817/2017/SEI-MC, opinando pela não renovação da outorga, com fundamento no art. 132, inciso II, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, arguindo para tanto as seguintes razões:

"2. (...)

I. A requerente foi regularmente notificada para cumprimento de exigências, dentre as quais, apresentação de último relatório do Conselho Comunitário, com fundamento na Norma 1/2011 (então vigente), documento que continua sendo indispensável à renovação da outorga nos termos do artigo 131, V da Portaria 4334, de 17 de setembro de 2015..

3. Cumpre-nos salientar que entidade teve a oportunidade de exercer o seu direito de contraditório e ampla defesa, conferida pelas NOTAS TÉCNICAS Nº 2172/2013/CGRCSCE-MC e Nº 15342/2014/SEI-MC, encaminhadas respectivamente pelos Ofícios nº 4430/2013/CGRC/SCE-MC, A.R. postal em 21/08/2013 e nº 17792/2014/SEI-MC, A.R. postal em 24/11/2014; tendo encaminhado os seus esclarecimentos por meio dos expedientes nº 53000.054536/2013-34, 53000.012809/2014-54 e nº 53900.033752/2014-83 . Em ambas as oportunidades, a entidade deixou de apresentar o relatório do Conselho Comunitário, fazendo jus então à aplicação do disposto no artigo 132, II, da Portaria 4334, de 17 de setembro de 2015, segundo o qual:

'Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações; (...)'

(...)"

9. É o sucinto relatório.

II – DA ANÁLISE DO PEDIDO DA ENTIDADE

10. *Ab initio*, cumpre ressaltar que a renovação da outorga, nos termos previstos no artigo 6º, parágrafo único, da Lei 9.612/98, com a redação dada pela Lei 10.567/2002, é permitida por igual período de 10 (dez) anos, desde que atendidas as exigências e disposições legais incidentes. Porém, pelo que se depreende do inteiro teor da Nota Técnica nº 23817/2015/SEI-MC e dos demais documentos carreados aos autos, é possível concluir que, efetivamente, a entidade não atendeu as exigências legais que se faziam necessárias para a concessão da renovação almejada.

11. Em vista de tal circunstância, é de ser assentado para logo que correta se mostra a proposição da Secretaria de Radiodifusão, posto que o relatório do Conselho Comunitário constitui documento obrigatório para instrução de pedido de renovação de outorga, como assim determina o art. 131 da Portaria nº 4.334, de 2015, e a sua não apresentação, mormente quando reiteradamente exigida pela Administração, como no caso *sub examine*, constitui razão para o indeferimento do pleito.

12. Em face dessa constatação, o pedido de renovação da outorga *in casu* encontra óbice intransponível para o seu deferimento, considerando que, para estas situações, a citada Portaria nº 4.334, de 2015, determina de forma cogente:

"Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – (...)

II – não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;

(...)".

13. Destarte, o indeferimento do pedido é medida que se impõe à Administração, em *stricta* observância ao princípio da legalidade do ato administrativo, insculpido no art. 37, *caput*, da Constituição da República, já tendo sido oportunizado o contraditório e a ampla defesa, nos termos asseverados pela SERAD.

III - CONCLUSÃO

14. *Ex positis*, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, em face do que restou consignado na Nota Técnica nº 15343/2014/SEI-MC, na Nota Técnica nº 23817/2015/SEI-MC e nos demais documentos carreados aos autos, posiciona-se, acorde com a manifestação da Área Técnica, pelo indeferimento do pedido de renovação da outorga conferida à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana para execução de serviço de radiodifusão comunitária na localidade de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul, devendo a Secretaria de Radiodifusão promover a atualização da minuta de portaria anexa à Nota Técnica nº 23817/2015, nos termos utilizados para casos que tais, com a inclusão da motivação do ato.

15. Encaminhem-se os autos à sobredita Secretaria para conhecimento e providências decorrentes, como alvitrado.

Brasília, 05 de abril de 2017.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação[1]

[1] Delegação de competência atribuída pela Portaria nº 5.279, de 17 de novembro de 2016, do Consultor Jurídico, publicada no D.O.U. de 23/11/2016.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000042889201391 e da chave de acesso b846aefb

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18394501 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 05-04-2017 16:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:				CNPJ:	
Endereço de Sede:					
Município:				UF:	CEP:
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:				UF:	CEP:

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	

		Emissor:			
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.409.280/0001-11 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 05/02/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R TREZE DE JANEIRO	NÚMERO 1759	COMPLEMENTO CASA	
CEP 97.610-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO FRANCISCO DE ASSIS	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **09/01/2019** às **08:58:34** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA

CNPJ: 02.409.280/0001-11

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:03:07 do dia 09/01/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/02/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02409280/0001-11
Razão Social: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNT SENT PAMEPANA
Endereço: RUA TREZE DE JANEIRO 1759 / CENTRO / SAO FRANCISCO DE ASSIS / RS / 97610-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/01/2019 a 07/02/2019

Certificação Número: 2019010903481205634943

Informação obtida em 09/01/2019, às 09:37:49.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.409.280/0001-11

Certidão nº: 165940600/2019

Expedição: 09/01/2019, às 09:38:56

Validade: 07/07/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.409.280/0001-11**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

53000.042889/2013-91

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA (CNPJ: 02.409.280/0001-11)

SÃO FRANCISCO DE ASSIS/RS

1) Requerimento: Pág. 2 do Evento SEI 0123161 - postagem: pág. 4

Data apresentação: 08/07/2013

Endereço de correspondência:

Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297

97610-000 / São Francisco de Assis – RS

Dados da Outorga









Processo Outorga: 53790.001010/1998

Portaria Autorização: 73 - DOU 06/02/2002

Decreto Legislativo: 395 - DOU 31/07/2003

2) Ata de Eleição da Diretoria: Ata de 31/01/2014 (pags. 86 a 93 do Evento SEI 0123161) e Ata de 26/11/2014 - alterações no quadro diretivo (págs. 15 a 22 do Evento SEI 0276129 - protocolo 53900.033752/2014-83)Tempo do mandato: 4 anos - Período: 31/01/2014 a **31/01/2018****❶ Pendência: # Ata vencida #**

Localização do registro: Pág. 22 do Evento SEI 0276129 - protocolo 53900.033752/2014-83

Cargo	Nome do Diretor	Nasc.	CPF	RG	Filiação	Título Eleitoral	Documentos
Presidente	 AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA	25/11/1962	390.406.070-87	20323006983 - SSP - RS	Orvandil Meira Pereira e Maria Manoela Cortes Pereira	037458580426	Pág. 61 do Evento SEI 0123161
Vice-Presidente	 ROBER DINIS GARROT BISCAINO	05/11/1988	014.331.590-07	5082622258 SSP - RS	Ercindo Dinis Pires Biscaino e Dioni Mari Gonçalves Garrot	# (n/c) #	Pág. 104 do Evento SEI 0123161
Secretário	 MARCOS FERRADOR MONTEIRO	06/12/1982	002.444.750-16	6080414912 SSP - RS	Valdomiro Rodrigues Monteiro e Santa Marlena Ferrador Monteiro	080659170493	Pág. 96 do Evento SEI 0123161
Segundo Secretário	 CLENI RIBEIRO DE LIMA	20/12/1942	663.676.380-91	9033833535 SSP - RS	Antonio Ribeiro e Braulia Silva Ribeiro	# (n/c) #	Pág. 102 do Evento SEI 0123161
Tesoureira	 ROSEMARA SALBEGO DA FONTOURA	24/02/1986	008.233.400-58	9088931861 SJS - RS	Antonio Santos da Fontoura e Antonieta Salbego da Fontoura	085953690450	Pág. 100 do Evento SEI 0123161
Segundo Tesoureiro	 RAFAEL VIERO TOUREM	05/12/1990	020.307.670-26	8104289817 SJS - RS	Glademir da Silva Tourem e Eliandra Sudati Viero	100395570400	Págs. 112 e 125 do Evento SEI 0123161
Diretor Jurídico	 VASCO AGUIAR	29/03/1942	006.867.510-00	9008605884 - SSP RS	Francisco Maria de Aguiar e Dorvalina da Silva Aguiar	045064730434	Pág. 76 do Evento SEI 0123161
Diretor Geral de Operações	 VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA	# (n/c) #	# (n/c) #	# (n/c) #	# (n/c) #	# (n/c) #	# (n/c) #

3) Estatuto Social: Págs. 3 a 14 do Evento SEI 0276129 - protocolo 53900.033752/2014-83**3.1)** Comprovante do registro do Estatuto no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas: Pág. 14**3.2)** Indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: Art. 2º**3.3)** Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Arts. 5º e 8º, "b"**3.4)** Garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 8º, "a"**3.5)** Garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votados para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 8º, "a"**3.6)** Especificação do órgão administrativo da entidade: Art. 12**3.7)** Especificação do Conselho Comunitário: Art. 14**3.8)** Cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições: Arts. 12 e 13**3.9)** Tempo de mandato dos membros da diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual é vedada a permanência dos mesmos dirigentes mesmo que em cargos diversos: Art. 12**3.10)** Texto estatutário deve conter, em conformidade com o art. 54 do Código Civil: I - a denominação, os fins e a sede da associação; II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; III - os direitos e deveres dos associados; IV - as fontes de recursos para sua manutenção; V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; VI - as condições para a alteração das disposições

estatutárias e para a dissolução; e VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): I (Arts. 1º e 2º); II (Arts. 5º e 9º); III (Art. 8º); IV (Art. 17); V (Art. 11); VI (Arts. 11, §4º e 18); VII (Art. 13, "e" e "f")

3.11) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto (art. 57 do Código Civil) (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 9º

3.12) Competências privativas da Assembleia Geral, a saber: (Art. 59 do CC) I - destituição dos administradores; II - alteração do estatuto; III - o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos e os critérios de eleição dos administradores. (Art. 60 do CC) A garantia do direito de convocação dos órgãos deliberativos a 1/5 (um quinto) dos associados. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 11

3.13) Observância aos arts. 66 e 67 do Código Civil, quanto à alteração do estatuto: I - deliberação por 2/3 dos componentes para gerir e representar a fundação; II - a alteração não deve contrariar ou desvirtuar o fim da fundação; III - a alteração deve ser aprovada pelo órgão do Ministério Público do Estado onde a fundação estiver situada (APENAS PARA FUNDAÇÕES): [não se aplica]

3.14) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio (arts. 61 e 69 do Código Civil - ASSOCIAÇÕES e FUNDAÇÕES, respectivamente): Art. 19

3.15) O estatuto social não poderá conter cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realiza ou realizará proselitismo e deverá observar as finalidades e princípios dispostos, respectivamente, nos arts. 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998: ok

4) Requerimento e respectivas declarações (Anexo 5) assinados por todos os dirigentes:

❶ Pendência: **# Requisito não atendido #**

5) Prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição do CPF de todos os dirigentes: Ata Vencida

❶ Pendência: **# Solicitar o documento do dirigente da diretoria anterior que não foi apresentado e os documentos dos dirigentes da diretoria vigente. #**

6) Último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116:

❶ Pendência: **# Requisito não atendido #**

7) Declaração de conformidade das instalações e equipamentos: Pág. 40 do Evento SEI 0123161

8) Comprovante de Inscrição no CNPJ: Pág. 1 do Evento SEI 3677417

9) Certidão Negativa de Débitos da Anatel (SIGEC): Pág. 2 do Evento SEI 3677417

10) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: Pág. 3 do Evento SEI 3677417

11) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: Não foi possível a emissão

❶ Pendência: **# As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 02.409.280/0001-11 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet. #**

12) Certidão negativa de débitos perante à Justiça do Trabalho: Pág. 4 do Evento SEI 3677417

13) Verificações sobre a manutenção ou o estabelecimento de vínculos: Inconclusivo

❶ Pendência: **# Sem ata vigente #**

14) Conclusão da Análise:

Deverá ser elaborada NT de Exigências, conforme as pendências acima detalhadas.

NOTA TÉCNICA Nº 376/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.042889/2013-91.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 3 (TRÊS).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. **A Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Francisco de Assis**, estado do **Rio Grande do Sul**, apresentou requerimento de renovação da autorização em 08/07/2013 (evento SEI 0123161, págs. 2 e 4), e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 31/06/2013. No entanto, o pedido de renovação da outorga foi considerado tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, **e considerando-se o art. 6º, inciso III da Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 9/4/2018, que alterou a Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015**, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes.
	Art. 130, § 1º, inciso III	Ata de eleição.	A Ata de eleição da diretoria encaminhada está <u>vencida</u> desde 31/01/2018. Assim, para prosseguimento do Processo, é necessário que a Radiodifusora encaminhe a Ata correspondente à diretoria em exercício.

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.			Observação: o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.
	Art. 130, § 1º, inciso IV	Comprovante de maioridade/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre que todos os diretores eleitos são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de 10 anos, bem como que são maiores de 18 anos.</p> <p>Deverá ser enviado também o documento referente ao ex-diretor VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA, eleito Diretor Geral de Operações na Ata de 26/11/2014.</p> <p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioridade e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p>Não serão aceitos como comprovantes de maioridade/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>
	Art. 130, § 1º, inciso IV	CPF dos dirigentes.	<p>A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF dos membros da Diretoria.</p> <p>Deverá ser enviado também o documento referente ao ex-diretor VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA, eleito Diretor Geral de Operações na Ata de 26/11/2014.</p>
	Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>A Entidade deverá apresentar o relatório do Conselho Comunitário, que deverá conter a grade de programação da emissora e a descrição e avaliação dos programas veiculados. O relatório deverá conter ainda os nomes e as assinaturas dos cinco membros representantes, além das denominações e respectivos comprovantes de inscrição CNPJ de cada uma das entidades por eles representadas.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre</p>

		<p>outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p>
	Art. 130, § 6º, inciso VI	<p>Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.</p> <p>Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.</p>

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

3.2 Ressalte-se que a Entidade já se valeu da única oportunidade de saneamento de vínculo permitida durante o curso do processo, conforme determina o art. 7º A da Portaria 4334/2015, fato ocorrido diante da exclusão do membro MOACIR CLEOMAR GARCIA do quadro diretivo, Ata de 26/11/2014, razão pela qual uma nova constatação de vício dessa natureza acarretará o indeferimento do pedido de renovação.

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

3.4 Além dessas vedações, a Radiodifusora deve se atentar para o inciso I do mesmo art. 7º, segundo o qual não é permitido, como membro da diretoria, aquele que, "individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990". Sobre o assunto, informa-se que serão realizadas pesquisas nas Justiças Federal e Estadual para que seja verificado se os dirigentes estão em conformidade com esse dispositivo.

4. Salienta-se que esta solicitação será a **última** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, a o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico Administrativo**, em 10/01/2019, às 14:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/01/2019, às 11:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3752518** e o código CRC **7B200B78**.

Minutas e Anexos

(3752512) - Modelo de Requerimento - Anexo 5 da Portaria 4334/2015, alterada pela Portaria 1909/2018.

Referência: Processo nº 53000.042889/2013-91

SEI nº 3752518



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 715/2019/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da Associação de Comunicação Comunitária Sentinela
Pampeana (CNPJ nº 02.409.280/0001-11)
Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297
CEP: 97610-000 / São Francisco de Assis – RS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.042889/2013-91.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 376/2019/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.
6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/01/2019, às 11:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3754185** e o código CRC **47F63299**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 715/2019/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.042889/2013-91 - Nº SEI: 3754185

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME COMPLETO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM DU RUAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 715/2019/SEI-MCTIC, 16/01/2019

53000.042889/2013-91

**ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
SENTINELA PAMPEANA**

Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297.

97610-000 São Francisco de Assis / RS

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITARIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE L'ÉMISSION

CARIMBO DE ENTREGA

29/01/19

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Robert Garnot

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREENHADOR
SIGNATURE DU PROPRIÉTAIREMarta Paula
86934376

ENTREGUE PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO 54088254 DE RETORNO 18800000 89/2019 139 28



After

1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26

JT 85421709 5 BR

DATA ON PLACEMENT / DATE DE DEPOT

22 JAN 2019

BUREAU DE POSTES / BUREAU DE DEPOT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

1

4

2

f

10

1

FRENCHER COM LETRA DE FORMA

NAME ON INFLATED SOCIAL SECURITY CHECKS - JOHN C. JACOBSON, JR. (PHOTO)

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.

70.044-900 Brasília, DF.

ENGENHEIRO PARA DESENVOLVIMENTO / ADMIS

CENAGE / LOCALITE

BRASIL
BRASIL

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO

Assunto: A.R. postal São Francisco de Assis/RS

De: Jaqueline de Almeida Oliveira <jaqueline.almeida@comunicacoes.gov.br>

Data: 21/10/2015 14:43

Para: Natalia Froemming <natalia.froemming@comunicacoes.gov.br>

CC: "Iglezias, Ronaldo" <ronaldo.iglezias@comunicacoes.gov.br>

Natália,

Boa tarde.

Gostaria que enviassem A.R. postal digitalizado comprobatório da entrega do Ofício 4430/2013 /CGRC/SEC-MC (Ofício assinado em 13 de agosto de 2013), p/ instrução dos autos de renovação nº 53000.042889/2013-91, localidade São Francisco de Assis/RS - Associação Comunitária Sentinela Pampeana.

Obrigada.

Jaqueline de Almeida Oliveira

Analista Técnico Administrativo

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

Tel: (11) 3831-3254 | Fax: (11) 3101-8680

jaqueline.almeida@comunicacoes.gov.br

NOTA TÉCNICA Nº 23817/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.042889/2013-91**

Assunto: **Não renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Francisco de Assis/RS**, por meio da Portaria nº **73**, publicada no DOU de 06/02/2002, e Decreto Legislativo nº **395**, publicado no DOU de 31/07/2003.

ANÁLISE

2. O pedido de renovação de outorga da entidade foi apresentado em 08/07/2013 (pedido de prorrogação de prazo). O pleito é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

I. A requerente foi regularmente notificada para cumprimento de exigências, dentre as quais, apresentação de último relatório do Conselho Comunitário, com fundamento na Norma 1/2011 (então vigente), documento que continua sendo indispensável à renovação da outorga nos termos do artigo 131, V da Portaria 4334, de 17 de setembro de 2015.

3. Cumpre-nos salientar que entidade teve a oportunidade de exercer o seu direito de contraditório e ampla defesa, conferida pelas **NOTAS TÉCNICAS Nº 2172/2013/CGRCSCE-MC e Nº 15342/2014/SEI-MC**, encaminhadas respectivamente pelos Ofícios nº 4430/2013/CGRC/SCE-MC, A.R. postal em 21/08/2013 e nº 17792/2014/SEI-MC, A.R. postal em 24/11/2014; tendo encaminhado os seus esclarecimentos por meio dos expedientes nº 53000.054536/2013-34, 53000.012809/2014-54 e nº 53900.033752/2014-83. Em ambas as oportunidades, a entidade deixou de apresentar o relatório do Conselho Comunitário, fazendo jus então à aplicação do disposto no artigo 132, II, da Portaria 4334, de 17 de setembro de 2015, segundo o qual:

"Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações; (...)"

4. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pela **não renovação** da outorga da entidade. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline de Almeida Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 28/10/2015, às 09:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 28/10/2015, às 10:07, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 04/03/2016, às 15:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunic. Eletrônica, Substituto**, em 22/04/2016, às 14:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 26/04/2016, às 18:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0781791** e o código CRC **6F30B8EB**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 36 do Decreto no 2.615, de 03 de junho de 1998, comum com o artigo 132, II, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.042889/2013-91

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, por meio da Portaria no nº 73/2002, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul, em razão da ausência de atendimento satisfatório de exigências desse Ministério referentes à renovação da referida outorga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME OU RAZÃO SOCIAL C

Of. 4430 /2013/CGRC/SCE-MC
53000.042889/13

ENDEREÇO / ADDRESS

REPRESENTANTE LEGAL
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA
RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR, Nº 1297
97.610-000 SÃO FRANCISCO DE ASSIS / RS.

CEP / CODE POSTAL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATON

Rosângela S. de F. Torres
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / CRGÃO EXPEDIDOR

10819802.35

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Francisco Antônio da Silva
Mat. 8.777.559-4

CONTO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Memorando nº 1532/2016/SEI-MC

São Paulo, 29 de abril de 2016.

À Consultoria Jurídica - CONJUR

Assunto: **Encaminhamento de processo com posicionamento pela não renovação da outorga.**

1. Encaminhamos o processo de número **53000.042889/2013-91**, da entidade **Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana**, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Francisco de Assis/RS**, instruído com posicionamento pela não renovação da respectiva outorga, conforme se detalha na **NOTA TÉCNICA Nº 23817/2015/SEI-MC** (evento SEI 0781791), já assinada no âmbito da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de São Paulo**, em 09/05/2016, às 14:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1100599** e o código CRC **3F68F08C**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA - COREC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01541/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.042889/2013-91

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA.

ASSUNTO: Renovação de autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul.

- I – Procedimento em fase de possível renovação de autorização para explorar Serviço de Radiodifusão Comunitária.
- II – Tempestividade do requerimento em razão da incidência da Portaria 197/2013-MC, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária, em casos que tais, até 30/11/2013.
- III – Não apresentação da documentação necessária, reiteradamente solicitada;
- IV – Impossibilidade jurídica de deferimento do pedido, *ex vi* do disposto no art. 132, inciso II, da Portaria nº 4.334, de 2015.
- V – Encaminhamento dos autos à Secretaria de Radiodifusão para adoção das providências alvitadas.

1. A Secretaria de Radiodifusão (SERAD), nova designação da então Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (SCE), por conduto da Nota Técnica nº 23817/2015/SEI-MC (doc. 0781791), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo de interesse da Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, cuja outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária encontra-se em fase de renovação.

I – RELATÓRIO

2. De acordo com o que consta da citada Nota Técnica nº 23817/2015/SEI-MC, a entidade acima qualificada recebeu a outorga do serviço de RadCom por intermédio da Portaria nº 73, publicada no D.O.U. de 06/02/2002, e Decreto Legislativo nº 395, publicado no D.O.U. de 31/07/2003, consignando a SERAD que o pedido de renovação *in casu* é tempestivo, posto que postado em 08/07/2013 e o prazo para tanto teria exaurimento em 30/11/2013, considerando a edição da Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviços de radiofusão comunitária, em casos que tais, até 30/11/2013.

3. Não tendo a Associação requerente apresentado a documentação técnico-jurídica exigida para a renovação de outorga, a Secretaria de Radiodifusão manifestou-se por intermédio da Nota Técnica nº 2172/2013/CGRC/SCE-MC, elencando os documentos que se faziam necessários, nos termos da norma de regência, para o exame do pedido *in casu* (fls. 05 *usque* 07 dos autos do Processo digitalizado).

4. A outorgada foi intimada da indigitada diligência da Administração via do Ofício nº 4430/2013/CGRC/SCE-MC, de 13/08/2013, acostado por cópia a fl. 08 dos autos do Processo digitalizado, recebido em 21/08/2014 (doc. 0785251), sendo consignado o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contado do seu recebimento, para

cumprimento da exigência, sob pena de extinção da outorga.

5. Protocolados em 16/09/2013, a entidade apresentou os documentos acostados as fls. 08 *usque* 79 dos autos do Processo digitalizado, complementados pela documentação juntada as fl. 85 *usque* 126 do mesmo volume, que, devidamente analisados pela SERAD, ensejou a elaboração da Nota Técnica nº 15342/2014/SEI-MC (doc. 0213412), na qual restaram apontadas, novamente, pendências documentais, bem como a existência de indícios de materialização de vínculo vedado pela Lei nº 9.612, de 1998, segundo a seguinte narrativa:

“II. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9612/98, vez que seu dirigente MOACIR CLEOMAR GARCIA, qualifica-se, simultaneamente, como membro de órgão partidário da localidade da prestação do serviço conforme certidão obtida junto ao Tribunal Superior Eleitoral (Anexo I), motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar”.

6. Observe-se, por necessário, que a Área Técnica, naquela assentada, exigiu, com destaque, a apresentação do *"último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, contendo a descrição da grade de programação da emissora, bem como a avaliação que dela fazem os membros do Conselho"*, como condição outra para o prosseguimento da análise do pleito.

7. A mencionada manifestação administrativa foi encaminhada à requerente por intermédio do Ofício nº 17792/2014/SEI-MC, de 03/11/2014 (doc. 0218235), recebido em 24/11/2014, consoante registro apostado no Aviso de Recebimento carreado aos autos (doc. 0454518), sendo consignado o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contado do seu recebimento, para cumprimento da diligência, sob pena de extinção da outorga.

8. Postados em 02/12/2014 e protocolados em 05/12/2014, a entidade apresentou a petição e os documentos juntados ao autos do processo nº 53900.033752/2014-83, trazendo a alteração do Estatuto Social, a comprovação da nacionalidade e naturalidade do dirigente Rafael Vieor Tourem, a alteração da composição do Conselho Comunitário, a correção da relação dos cargos da diretoria e a saída do membro da diretoria Moacir Cleomar Garcia, por exercer cargo político, sendo objeto da manifestação da Secretaria de Radiodifusão consubstanciada na multicitada Nota Técnica nº 23817/2017/SEI-MC, opinando pela não renovação da outorga, com fundamento no art. 132, inciso II, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, arguindo para tanto as seguintes razões:

"2. (...)

I. A requerente foi regularmente notificada para cumprimento de exigências, dentre as quais, apresentação de último relatório do Conselho Comunitário, com fundamento na Norma 1/2011 (então vigente), documento que continua sendo indispensável à renovação da outorga nos termos do artigo 131, V da Portaria 4334, de 17 de setembro de 2015..

3. Cumpre-nos salientar que entidade teve a oportunidade de exercer o seu direito de contraditório e ampla defesa, conferida pelas NOTAS TÉCNICAS Nº 2172/2013/CGRCSCE-MC e Nº 15342/2014/SEI-MC, encaminhadas respectivamente pelos Ofícios nº 4430/2013/CGRC/SCE-MC, A.R. postal em 21/08/2013 e nº 17792/2014/SEI-MC, A.R. postal em 24/11/2014; tendo encaminhado os seus esclarecimentos por meio dos expedientes nº 53000.054536/2013-34, 53000.012809/2014-54 e nº 53900.033752/2014-83 . Em ambas as oportunidades, a entidade deixou de apresentar o relatório do Conselho Comunitário, fazendo jus então à aplicação do disposto no artigo 132, II, da Portaria 4334, de 17 de setembro de 2015, segundo o qual:

'Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações; (...)'

(...)"

9. É o sucinto relatório.

II – DA ANÁLISE DO PEDIDO DA ENTIDADE

10. *Ab initio*, cumpre ressaltar que a renovação da outorga, nos termos previstos no artigo 6º, parágrafo único, da Lei 9.612/98, com a redação dada pela Lei 10.567/2002, é permitida por igual período de 10 (dez) anos, desde que atendidas as exigências e disposições legais incidentes. Porém, pelo que se depreende do inteiro teor da Nota Técnica nº 23817/2015/SEI-MC e dos demais documentos carreados aos autos, é possível concluir que, efetivamente, a entidade não atendeu as exigências legais que se faziam necessárias para a concessão da renovação almejada.

11. Em vista de tal circunstância, é de ser assentado para logo que correta se mostra a proposição da Secretaria de Radiodifusão, posto que o relatório do Conselho Comunitário constitui documento obrigatório para instrução de pedido de renovação de outorga, como assim determina o art. 131 da Portaria nº 4.334, de 2015, e a sua não apresentação, mormente quando reiteradamente exigida pela Administração, como no caso *sub exame*, constitui razão para o indeferimento do pleito.

12. Em face dessa constatação, o pedido de renovação da outorga *in casu* encontra óbice intransponível para o seu deferimento, considerando que, para estas situações, a citada Portaria nº 4.334, de 2015, determina de forma cogente:

"Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – (...)

II – não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;

(...)".

13. Destarte, o indeferimento do pedido é medida que se impõe à Administração, em *stricta* observância ao princípio da legalidade do ato administrativo, insculpido no art. 37, *caput*, da Constituição da República, já tendo sido oportunizado o contraditório e a ampla defesa, nos termos asseverados pela SERAD.

III - CONCLUSÃO

14. *Ex positis*, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, em face do que restou consignado na Nota Técnica nº 15343/2014/SEI-MC, na Nota Técnica nº 23817/2015/SEI-MC e nos demais documentos carreados aos autos, posiciona-se, acorde com a manifestação da Área Técnica, pelo indeferimento do pedido de renovação da outorga conferida à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana para execução de serviço de radiodifusão comunitária na localidade de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul, devendo a Secretaria de Radiodifusão promover a atualização da minuta de portaria anexa à Nota Técnica nº 23817/2015, nos termos utilizados para casos que tais, com a inclusão da motivação do ato.

15. Encaminhem-se os autos à sobredita Secretaria para conhecimento e providências decorrentes, como alvitrado.

Brasília, 05 de abril de 2017.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação[1]

[1] Delegação de competência atribuída pela Portaria nº 5.279, de 17 de novembro de 2016, do Consultor Jurídico, publicada no D.O.U. de 23/11/2016.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000042889201391 e da chave de acesso b846aefb

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18394501 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 05-04-2017 16:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:				CNPJ:	
Endereço de Sede:					
Município:				UF:	CEP:
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:				UF:	CEP:

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão		CPF:	

		Emissor:			
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.409.280/0001-11 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 05/02/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R TREZE DE JANEIRO	NÚMERO 1759	COMPLEMENTO CASA	
CEP 97.610-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO FRANCISCO DE ASSIS	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **09/01/2019** às **08:58:34** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA

CNPJ: 02.409.280/0001-11

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:03:07 do dia 09/01/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/02/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02409280/0001-11
Razão Social: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNT SENT PAMEPANA
Endereço: RUA TREZE DE JANEIRO 1759 / CENTRO / SAO FRANCISCO DE ASSIS / RS / 97610-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/01/2019 a 07/02/2019

Certificação Número: 2019010903481205634943

Informação obtida em 09/01/2019, às 09:37:49.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.409.280/0001-11

Certidão nº: 165940600/2019

Expedição: 09/01/2019, às 09:38:56

Validade: 07/07/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.409.280/0001-11**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

53000.042889/2013-91ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA (CNPJ: 02.409.280/0001-11)
SÃO FRANCISCO DE ASSIS/RS**1) Requerimento:** Pág. 2 do Evento SEI 0123161 - postagem: pág. 4
Data apresentação: 08/07/2013









Endereço de correspondência:

Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297
97610-000 / São Francisco de Assis – RS

Dados da Outorga

Processo Outorga: 53790.001010/1998
Portaria Autorização: 73 - DOU 06/02/2002
Decreto Legislativo: 395 - DOU 31/07/2003**2) Ata de Eleição da Diretoria:** Ata de 31/01/2014 (pags. 86 a 93 do Evento SEI 0123161) e Ata de 26/11/2014 - alterações no quadro diretivo (págs. 15 a 22 do Evento SEI 0276129 - protocolo 53900.033752/2014-83)Tempo do mandato: 4 anos - Período: 31/01/2014 a **31/01/2018****❶ Pendência: # Ata vencida #**

Localização do registro: Pág. 22 do Evento SEI 0276129 - protocolo 53900.033752/2014-83

Cargo	Nome do Diretor	Nasc.	CPF	RG	Filiação	Título Eleitoral	Documentos
Presidente	 AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA	25/11/1962	390.406.070-87	20323006983 - SSP - RS	Orvandil Meira Pereira e Maria Manoela Cortes Pereira	037458580426	Pág. 61 do Evento SEI 0123161
Vice-Presidente	 ROBER DINIS GARROT BISCAINO	05/11/1988	014.331.590-07	5082622258 SSP - RS	Ercindo Dinis Pires Biscaino e Dioni Mari Gonçalves Garrot	# (n/c) #	Pág. 104 do Evento SEI 0123161
Secretário	 MARCOS FERRADOR MONTEIRO	06/12/1982	002.444.750-16	6080414912 SSP - RS	Valdomiro Rodrigues Monteiro e Santa Marlena Ferrador Monteiro	080659170493	Pág. 96 do Evento SEI 0123161
Segundo Secretário	 CLENI RIBEIRO DE LIMA	20/12/1942	663.676.380-91	9033833535 SSP - RS	Antonio Ribeiro e Braulia Silva Ribeiro	# (n/c) #	Pág. 102 do Evento SEI 0123161
Tesoureira	 ROSEMARA SALBEGO DA FONTOURA	24/02/1986	008.233.400-58	9088931861 SJS - RS	Antonio Santos da Fontoura e Antonieta Salbego da Fontoura	085953690450	Pág. 100 do Evento SEI 0123161
Segundo Tesoureiro	 RAFAEL VIERO TOUREM	05/12/1990	020.307.670-26	8104289817 SJS - RS	Glademir da Silva Tourem e Eliandra Sudati Viero	100395570400	Págs. 112 e 125 do Evento SEI 0123161
Diretor Jurídico	 VASCO AGUIAR	29/03/1942	006.867.510-00	9008605884 - SSP RS	Francisco Maria de Aguiar e Dorvalina da Silva Aguiar	045064730434	Pág. 76 do Evento SEI 0123161
Diretor Geral de Operações	 VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA	# (n/c) #	# (n/c) #	# (n/c) #	# (n/c) #	# (n/c) #	# (n/c) #

3) Estatuto Social: Págs. 3 a 14 do Evento SEI 0276129 - protocolo 53900.033752/2014-83**3.1)** Comprovante do registro do Estatuto no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas: Pág. 14**3.2)** Indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: Art. 2º**3.3)** Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Arts. 5º e 8º, "b"**3.4)** Garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 8º, "a"**3.5)** Garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votados para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 8º, "a"**3.6)** Especificação do órgão administrativo da entidade: Art. 12**3.7)** Especificação do Conselho Comunitário: Art. 14**3.8)** Cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições: Arts. 12 e 13**3.9)** Tempo de mandato dos membros da diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual é vedada a permanência dos mesmos dirigentes mesmo que em cargos diversos: Art. 12**3.10)** Texto estatutário deve conter, em conformidade com o art. 54 do Código Civil: I - a denominação, os fins e a sede da associação; II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; III - os direitos e deveres dos associados; IV - as fontes de recursos para sua manutenção; V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; VI - as condições para a alteração das disposições

estatutárias e para a dissolução; e VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): I (Arts. 1º e 2º); II (Arts. 5º e 9º); III (Art. 8º); IV (Art. 17); V (Art. 11); VI (Arts. 11, §4º e 18); VII (Art. 13, "e" e "f")

3.11) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto (art. 57 do Código Civil) (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 9º

3.12) Competências privativas da Assembleia Geral, a saber: (Art. 59 do CC) I - destituição dos administradores; II - alteração do estatuto; III - o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos e os critérios de eleição dos administradores. (Art. 60 do CC) A garantia do direito de convocação dos órgãos deliberativos a 1/5 (um quinto) dos associados. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 11

3.13) Observância aos arts. 66 e 67 do Código Civil, quanto à alteração do estatuto: I - deliberação por 2/3 dos componentes para gerir e representar a fundação; II - a alteração não deve contrariar ou desvirtuar o fim da fundação; III - a alteração deve ser aprovada pelo órgão do Ministério Público do Estado onde a fundação estiver situada (APENAS PARA FUNDAÇÕES): [não se aplica]

3.14) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio (arts. 61 e 69 do Código Civil - ASSOCIAÇÕES e FUNDAÇÕES, respectivamente): Art. 19

3.15) O estatuto social não poderá conter cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realiza ou realizará proselitismo e deverá observar as finalidades e princípios dispostos, respectivamente, nos arts. 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998: ok

4) Requerimento e respectivas declarações (Anexo 5) assinados por todos os dirigentes:

❶ Pendência: **# Requisito não atendido #**

5) Prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição do CPF de todos os dirigentes: Ata Vencida

❶ Pendência: **# Solicitar o documento do dirigente da diretoria anterior que não foi apresentado e os documentos dos dirigentes da diretoria vigente. #**

6) Último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116:

❶ Pendência: **# Requisito não atendido #**

7) Declaração de conformidade das instalações e equipamentos: Pág. 40 do Evento SEI 0123161

8) Comprovante de Inscrição no CNPJ: Pág. 1 do Evento SEI 3677417

9) Certidão Negativa de Débitos da Anatel (SIGEC): Pág. 2 do Evento SEI 3677417

10) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: Pág. 3 do Evento SEI 3677417

11) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: Não foi possível a emissão

❶ Pendência: **# As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 02.409.280/0001-11 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet. #**

12) Certidão negativa de débitos perante à Justiça do Trabalho: Pág. 4 do Evento SEI 3677417

13) Verificações sobre a manutenção ou o estabelecimento de vínculos: Inconclusivo

❶ Pendência: **# Sem ata vigente #**

14) Conclusão da Análise:

Deverá ser elaborada NT de Exigências, conforme as pendências acima detalhadas.

NOTA TÉCNICA Nº 376/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.042889/2013-91.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 3 (TRÊS).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. **A Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Francisco de Assis**, estado do **Rio Grande do Sul**, apresentou requerimento de renovação da autorização em 08/07/2013 (evento SEI 0123161, págs. 2 e 4), e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 31/06/2013. No entanto, o pedido de renovação da outorga foi considerado tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, **e considerando-se o art. 6º, inciso III da Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 9/4/2018, que alterou a Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015**, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes.
	Art. 130, § 1º, inciso III	Ata de eleição.	A Ata de eleição da diretoria encaminhada está <u>vencida</u> desde 31/01/2018. Assim, para prosseguimento do Processo, é necessário que a Radiodifusora encaminhe a Ata correspondente à diretoria em exercício.

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.			Observação: o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.
	Art. 130, § 1º, inciso IV	Comprovante de maioridade/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre que todos os diretores eleitos são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de 10 anos, bem como que são maiores de 18 anos.</p> <p>Deverá ser enviado também o documento referente ao ex-diretor VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA, eleito Diretor Geral de Operações na Ata de 26/11/2014.</p> <p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioridade e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p>Não serão aceitos como comprovantes de maioridade/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>
	Art. 130, § 1º, inciso IV	CPF dos dirigentes.	<p>A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF dos membros da Diretoria.</p> <p>Deverá ser enviado também o documento referente ao ex-diretor VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA, eleito Diretor Geral de Operações na Ata de 26/11/2014.</p>
	Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>A Entidade deverá apresentar o relatório do Conselho Comunitário, que deverá conter a grade de programação da emissora e a descrição e avaliação dos programas veiculados. O relatório deverá conter ainda os nomes e as assinaturas dos cinco membros representantes, além das denominações e respectivos comprovantes de inscrição CNPJ de cada uma das entidades por eles representadas.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre</p>

		outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.
		Observação 2: os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.
	Art. 130, § 6º, inciso VI	<p>Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.</p> <p>Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.</p>

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

3.2 Ressalte-se que a Entidade já se valeu da única oportunidade de saneamento de vínculo permitida durante o curso do processo, conforme determina o art. 7º A da Portaria 4334/2015, fato ocorrido diante da exclusão do membro MOACIR CLEOMAR GARCIA do quadro diretivo, Ata de 26/11/2014, razão pela qual uma nova constatação de vício dessa natureza acarretará o indeferimento do pedido de renovação.

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

3.4 Além dessas vedações, a Radiodifusora deve se atentar para o inciso I do mesmo art. 7º, segundo o qual não é permitido, como membro da diretoria, aquele que, "individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990". Sobre o assunto, informa-se que serão realizadas pesquisas nas Justiças Federal e Estadual para que seja verificado se os dirigentes estão em conformidade com esse dispositivo.

4. Salienta-se que esta solicitação será a **última** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, a o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico Administrativo**, em 10/01/2019, às 14:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/01/2019, às 11:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3752518** e o código CRC **7B200B78**.

Minutas e Anexos

(3752512) - Modelo de Requerimento - Anexo 5 da Portaria 4334/2015, alterada pela Portaria 1909/2018.

Referência: Processo nº 53000.042889/2013-91

SEI nº 3752518



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 715/2019/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da Associação de Comunicação Comunitária Sentinela
Pampeana (CNPJ nº 02.409.280/0001-11)
Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297
CEP: 97610-000 / São Francisco de Assis – RS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.042889/2013-91.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 376/2019/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.
6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/01/2019, às 11:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3754185** e o código CRC **47F63299**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 715/2019/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.042889/2013-91 - Nº SEI: 3754185

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME COMPLETO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM DU RUAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 715/2019/SEI-MCTIC, 16/01/2019

53000.042889/2013-91

**ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
SENTINELA PAMPEANA**

Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297.

97610-000 São Francisco de Assis / RS

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE L'ÉMISSION

CARIMBO DE ENTREGA

29/01/19

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Robert Garnot

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MATRÍCULA
SIGNATUREMatrícula
86934376

ENTREGUE PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO 54088254 DE RETORNO 1880000 VERS 89/2019/RS Pg. 28



After

1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26

JT 85421709 5 BR

DATA ON PLACEMENT / DATE DE DEPOT

22 JAN 2019

BUREAU DE POSTES / BUREAU DE DEPOT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

1

4

2

f

10

1

FRENCHER COM LETRA DE FORMA

NAME ON INFLATED SOCIAL SECURITY CHECK: JOHN C. JACOBSON, JR. (FBI FILE # 100-361100)

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste

70.044-900 Brasília, DF.

ENGENHEIRO PARA DESENVOLVIMENTO / ADMIS

CENAGE / LOCALITE

BRASIL
BRASIL

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO

01250.008353/2019-97

ANEXO 5
REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE				
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA			
Nome Fantasia:	SENTINELA PAMPEANA FM	CNPJ:	02.409.280/0001-11	
Endereço de Sede:	RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR Nº 1297, BAIRRO ASSIS BRASIL			
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UF:	RS	CEP: 97610000
Nome do representante legal:	EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES			
Endereço eletrônico (e-mail):	r.sentinelapampeanafm@bol.com.br			

Endereço de Correspondência:	RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR Nº 1297			
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UF:	RS	CEP: 97.610-000

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE				
Endereço:	RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR Nº 1297			
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UF:	RS	CEP: 97.610-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	29 ° (N/S)	33 ' 34 83 " S	
	Longitude:	55 ° W	07 ' 30 16 " O	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;
- X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 20/02/19 às 11:30 horas

Assinatura:

[Assinatura manuscrita]

dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.


Nome do dirigente:	EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES				
Cargo:	PRESIDENTE			Tit. Eleitor:	066218410418
RG:2069392881		Órgão Emissor:	SJTC/RS	CPF:	918.835.040-45
Endereço:	RUA BARROS CASSAL 1033				
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS		UF:	RS	CEP: 97.610-000
Assinatura: X	<i>Ederson Fagundes</i>				


Nome do dirigente:	ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA				
Cargo:	VICE- PRESIDENTE			Tit. Eleitor:	070837360485
RG:	1081980235	Órgão Emissor:	SJS/RS	CPF:	008.931.320-80
Endereço:	RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR N° 1297				
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS		UF:	RS	CEP: 97.610-000
Assinatura:	X <i>Rosilda S. de Fontoura</i>				

Nome do dirigente:	JENIFER MAIER MANENTE				
Cargo:	PRIMEIRA SECRETARIA			Tit. Eleitor:	
RG:	8102938118	Órgão Emissor:	SJS/RS	CPF:	024.814.980-62
Endereço:					
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS		UF:	RS	CEP: 97.610-000
Assinatura:	X <i>Jenifer Maier Manente</i>				

Nome do dirigente:	ROBER DINIS GARROT BISCAINO				
Cargo:	SEGUNDO SECRETARIO			Tit. Eleitor:	085955140400
RG 5082622258		Órgão Emissor:	SSP/RS	CPF:	014.331.590-07
Endereço:	RUA PINHEIROP MACHADO 2131				
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS		UF:	RS	CEP: 97.610-000
Assinatura:	X <i>Roberto Dinis Garrot Biscaino</i>				

Nome do dirigente:	AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA				
--------------------	-------------------------------	--	--	--	--

Cargo:	PRIMEIRO TESOUREIRO			Tit. Eleitor:	037458580426	
RG:	2032306983	Órgão Emissor:	SSP/RS	CPF:	390.406.070-87	
Endereço:	RUA CLAUDIO LEOPOLDINO LEITÃO CIDADE Nº 138					
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS			UF:	RS	CEP: 97.610-000
Assinatura:						

Nome do dirigente:	VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA					
Cargo:	SEGUNDO TESOUREIRO			Tit. Eleitor:	009673230477	
RG:	60036238113	Órgão Emissor:	SSP/RS	CPF:	304.338.000-20	
Endereço:	RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR Nº 1297					
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS			UF:	RS	CEP: 97.610-000
Assinatura:						

Nome do dirigente:						
Cargo:				Tit. Eleitor:		
RG:		Órgão Emissor:		CPF:		
Endereço:						
Município:				UF:		CEP:
Assinatura:						

Nome do dirigente:						
Cargo:				Tit. Eleitor:		
RG:		Órgão Emissor:		CPF:		
Endereço:						
Município:				UF:		CEP:
Assinatura:						

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	Código do Recolhimento	12672
	Número (NRO) de Referência - FISTEL	500119342710035
Nome do Contribuinte/Recolhedor: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA Endereço: RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR 1297 ASSIS BRASIL - 97610000 - São Francisco de Assis/RS AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-SEDE	Competência	-
1. Informações - Multa: R\$ 2,00 - Juros: R\$ 0,62 - Não conceder desconto/abatimento/dedução Outro boleto poderá ser obtido no site: http://sistemas.anatel.gov.br/boleto	Vencimento	31/03/2018
	CNPJ/CPF Contribuinte	02409280000111
	Unidade Favorecida	413001/41231
	(=) Valor do Principal	10,00
	(-) Descontos/Abatimento	*****
	(-) Outras deduções	*****
	(+) Mora/Multa	2,00
GRU - Simples	(+) Juros/Encargos	0,62
	(+) Outros Acréscimos	

1 of 2

16/02/2019 11

ANATEL - Impressão de Boletos

https://sistemas.anatel.gov.br/Boleto/Internet/Monta_Boleto.asp?

Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A	(+) Valor Total	12,62
---	-----------------	-------


858700000006 126203631269 720492650011 193427100352



18/02/2019 - BANCO DO BRASIL - 10:48:52
056110781 0047

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOL.UNIAO(REF)
 Codigo de Barras 85870000000-6 12620363126-9
 72049265001-1 19342710035-2
 Data do pagamento 18/02/2019
 Valor em Dinheiro 12,62
 Valor em Cheque 0,00
 Valor Total 12,62
 NR.AUTENTICACAO 0.7BE.37F.05F.2DF.B31

	MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	Código do Recolhimento	12672
		Número (NRO) de Referência - FISTEL	500119342710033
Nome do Contribuinte/Recolhedor: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA		Competência	-
Endereço: RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR 1297		Vencimento	31/03/2017
ASSIS BRASIL - 97610000 - São Francisco de Assis/RS		CNPJ/CPF Contribuinte	02409280000111
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-SEDE		Unidade Favorecida	413001/41231
1. Informações - Multa: R\$ 2,00 - Juros: R\$ 1,43 - Não conceder desconto/abatimento/dedução Outro boleto poderá ser obtido no site: http://sistemas.anatel.gov.br/boleto		(=) Valor do Principal	10,00
		(-) Descontos/Abatimento	*****
		(-) Outras deduções	*****
		(+) Mora/Multa	2,00
		(+) Juros/Encargos	1,43
GRU - Simples		(+) Outros Acréscimos	

1 of 2

16/02/2019

18/02/2019 - BANCO DO BRASIL - 10:47:52
056110781 0045

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOL UNIAO(REF) 13430363126-1
Codigo de Barras 85800000000-3 19342710033-6
72049265001-1 18/02/2019
Data do pagamento 13,43
Valor em Dinheiro 0,00
Valor em Cheque 13,43
Valor Total
NR.AUTENTICACAO 0,439.F63.204.B77.173



00190.00009 02941.466001 00087.890174 9 78070000008864
Pagador

Recibo do

Beneficiário Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL CNPJ: 02.772.704/0001-08		Data do Processamento 16/02/2019 -	Vencimento 21/02/2019
SAUS, Quadra 06, Bloco H, Ala Norte, 4º Andar, Brasília - DF CEP: 70.070-940		Nosso Número 29414660000087890	
1. Informações Radiodifusão Comunitária - Código= 231 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Código= 1329 - ano = 2017: Quantidade de estações: A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1 Estações(s)/Indicativo(s): - 665648146			
2. Mensagem Nº Fistel: 50011934271 Sequencial: 32 Nº Documento: 910.1.5.9993 Data de Vencimento: 31/03/2017			
3. Regras - Após vencimento cobrar: Multa + Juros (SELIC) - Multa: 0,33% ao dia até o máximo de 20% - Juros (SELIC): Somar mês a mês, a partir do mês subsequente ao vencimento, sendo 1% no mês de pagamento.			
(=)Valor do Documento 66,00		(+)Mora/Multa/Juros 22,64	(=)Valor Cobrado 88,64
Pagador: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA - 02409280000111 RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR 1297 ASSIS BRASIL - 97610000 - São Francisco /RS			

TESOURO NACIONAL

Autenticação Mecânica

CENTRAL DE COPIAS CAMPO-LAR-SCOPUS
CENTRAL DE COPIAS CA
RUA 13 DE ABRIL 987
CENTRO S. F. DE ASSIS RS

V19.1 18/02/2019 10:32
TERM 000001 L.O.A 000008280300001
AUT 533023
CORRESPONDENTE DO BANCO BRADESCO S.A.
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE CORRANCA
DATA: 18/02/2019 HORA DE BRASLIA: 10:32
CODIGO DE BARRAS: 00190.00009 02941.466001 00087.890174 9 78070000008864
BANCO DESTINATARIO: 001-BANCO DO BRASIL S.A.
RAZAO SOCIAL BENEFICIARIO: FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES
NOME BENEFICIARIO: FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES
CPF/CNPJ BENEFICIARIO: 02.772.704/0001-08
INSTITUICAO RECEBEDORA: 237
NOME PAGADOR : ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SE
CPF/CNPJ PAGADOR: 02.409.280/0001-11
DT VENCIMENTO: 21/02/2019
VALOR : 88.64
DESCONTO : 0.00
ABATIMENTO : 0.00
BONIFICACAO : 0.00
MUTA : 0.00
JURIS : 0.00
VALOR PAGO : 88.64
PAGAMENTO REALIZADO EM ESPECIE: S
AG. BRADESCO: 5919 - CACEQUI
PACB : 066 - CENTRAL DE COPIAS
CAMPO-LAR
NSU: 002521150923 AUTENTICACAO: 019325
QUALQUER OCORRENCIA MOTIVADA POR DIVERGENCIA ENTRE OS REGISTROS CONSTANTES NO BOLETO DE CORRANCA, ENCANTADA PELO BANCO DESTINATARIO E OS DADOS ALIMENTADOS NESTE PAGAMENTO (INCLUSIVE VALOR PAGO), E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO CLIENTE, O QUAL RESPONDERA PESSOALMENTE POR ESTES FATOS PERANTE A LEI.

OUVIDORIA BRADESCO
0800 727 9533

Ajuda Imprimir

**BANCO DO BRASIL**

00190.00009 02941.466001 00087.891172 1 78070000008330

Recibo do

Pagador

Beneficiário

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
CNPJ: 02.772.704/0001-08Data do Processamento
16/02/2019 -Nosso Número
29414660000087891**Vencimento**
21/02/2019**SAUS, Quadra 06, Bloco H, Ala Norte, 4º Andar, Brasília - DF**
CEP: 70.070-940**1. Informações**Radiodifusão Comunitária - Código= 231
Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Código= 1329 - ano = 2018:
Quantidade de estações:
A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1
Estações(s)/Indicativo(s): - 665648146**2. Mensagem**

Nº Fistel:50011934271 Sequencial:34 Nº Documento: 910.1.5.9993

Possui débito(s) de TFF em ano(s) anterior(es):2017 e de outra(s) receita(s)
Data de Vencimento: 31/03/2018**3. Regras**- Após vencimento cobrar: Multa + Juros (SELIC)
- Multa: 0,33% ao dia até o máximo de 20%
- Juros (SELIC): Somar mes a mes, a partir do mês subsequente
- ao vencimento, sendo 1% no mês de pagamento.(=)Valor do Documento
66,00(+)Mora/Multa/Juros
17,30

(+)Outros Acréscimos

(=)Valor Cobrado
83,30Pagador: **ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA - 02409280000111**
RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR 1297
ASSIS BRASIL - 97610000 - São Francisco /RS **TESOURO NACIONAL**

Autenticação Mecânica

CENTRAL DE COPIAS CAMPO-LAR/SC/US
CENTRAL DE COPIAS CA
RUA 13 DE JANEIRO 987
CENTRO S. F. DE ASSIS RS

V19.1 * 18/02/2019 10:31
TERM 000001 LOJA 000008283000001

AUTE 533019
CORRESPONDENTE DO BANCO BRADESCO S.A.

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE CORRANCA

DATA:18/02/2019 HORA DE BRASILIA:10:31

CODIGO DE BARRAS: 00190.00009 02941.
466001 00087.891172 1 78070000008330

BANCO DESTINATARIO: 001-BANCO DO
BRASIL S.A.

RAZAO SOCIAL BENEFICIARIO:FUNDO DE
FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACO
NOME BENEFICIARIO: FUNDO DE
FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACO
CPF/CNPJ BENEFICIARIO:
02.772.704/0001-08

INSTITUCAO RECEBEDORA: 237

NOME PAGADOR : ASSOCIACAO DE
COMUNICACAO COMUNITARIA SE
CPF/CNPJ PAGADOR: 02.409.280/0001-11

DT VENCIMENTO: 21/02/2019

VALOR : 83,30

DESCONTO : 0,00

ABATIMENTO : 0,00

BONIFICACAO : 0,00

MULTA : 0,00

JUROS : 0,00

VALOR PAGO : 83,30

PAGAMENTO REALIZADO EM ESPECIE: \$

AG. BRADESCO: 5919 - CAIXEU
PACS : 066 - CENTRAL DE COPIAS
CAMPO-LAR
NSU:002521138395 AUTENTICACAO:339250

QUALQUER OCORRENCIA MOTIVADA POR
DIVERGENCIA ENTRE OS REGISTROS
CONSTANTES NO BOLETO DE CORRANCA,
ENCAMINHADA PELO BANCO DESTINATARIO E
OS DADOS ALIMENTADOS NESTE PAGAMENTO
(INCLUSIVE VALOR PAGO), E DE INTEIRA
RESPONSABILIDADE DO CLIENTE, O QUAL
RESPONDERA PESSOALMENTE POR ESTES
FATOS PERANTE A LETI.

OUVIDORIA BRADESCO
0800 727 5933

VIA DO CLIENTE

RUA BATISTAS CASSAL Nº 2033
MANDARINO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: **EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES**

Nº de inscrição: **918835040-153**

Data de Nascimento: **17/11/77**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DA CIDADANIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Ederson Fagundes
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR: **ÉDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES**

DATA DE NASCIMENTO: **17/11/1977**

INSCRIÇÃO: **0662 1841 0418**

ZONA: **079**

SEÇÃO: **0014**

DATA DE EMISSÃO: **16/11/2017**

MUNICÍPIO / UF: **SÃO FRANCISCO DE ASSIS/RS**

JUIZ ELEITORAL

VALIDA SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **2069392881**

DATA DE EXPEDIÇÃO: **16/05/1995**

NOME: **EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES**

FILIAÇÃO: **CARMEN SUZANA FUNCK FAGUNDES**

NATURALIDADE: **SÃO FRANCISCO DE ASSIS RS**

DATA DE NASCIMENTO: **17/11/1977**

DOC ORIGEM: **C NASC 3931 SÃO FCO ASSIS RS**

LV: **A10 FL 118**

CPF: *******/***

PORTO ALEGRE, RS

ASSINATURA DO DIRETOR

152381

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

- 996998770

2CB6CS





Companhia Riograndense de Saneamento
CNPJ 92.802.784/0001-90

U.S.: 192-SAO FRANCISCO DE ASSIS

RUA SILVA JARDIM, 1685

Dúvidas ou informações sobre a fatura:

5532521229

AGERGS - 0800 979 0066

Fatura de Serviços - Água e/ou Esgoto

Nº 0000100019207980201902 Mês/Ano 02/2019

Usuário					
JOCELAINE TEREZINHA PAIM MAIER					
Rua DEZ DE NOVEMBRO, 1177 MANDARINO - 97610-000					
Código do Imóvel	Localização	Código Débito em Conta	Convênio		
19207980	130/3898	00019207980	CORSAN		
Histórico de Consumos em Metros Cúbicos (m³)					
Mês/Ano	01/2019	12/2018	11/2018	10/2018	09/2018
Consumo	18	16	20	16	16
Dados do Consumo do Mês					
Hidrômetro	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo (m³)	Dias de Consumo	Média Mensal
Y13T315548	922	943	21	32	18
Composição dos Serviços					
CATEGORIA	ECO. AGUA	ECO. ESGOTO	CONSUMO	SERVIÇO BÁSICO	VALOR AGUA
RB	1	0	21	R\$ 24,70	R\$ 112,79
					VALOR ESGOTO
					R\$ 0,00
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 137,49
Descrição dos Itens Faturados					
SERVIÇO					VALOR
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 137,49
SC - Reaviso de Débito					R\$ 4,79
FA - Multa de Mora (Diversas)					R\$ 4,99
FA - Cobrança de 2 Via de con					R\$ 4,79
FA - Juros de Mora (Diversas)					R\$ 3,19

Valor Impostos: PASEP R\$ 2,40 (1,65%), COFINS R\$ 11,18 (7,60%). Base Calculo: R\$ 147,07

Lida e Emitida em:
12/02/2019 15:06:40

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
01/03/2019	R\$ 155,25

Pagamento após o vencimento incidirá multa de 2%, juros de 1% a.m., mais correção monetária. Após 10 dias, por exigência da Lei 11.445/2007, art. 40, § 2º, haverá emissão de aviso de débito com previsão de suspensão do abastecimento e custo previsto na Tabela Tarifária vigente.

MANTENHA O SEU CADASTRO SEMPRE ATUALIZADO. COMPAREÇA A UMA UNIDADE DE ATENDIMENTO CORSAN, PORTANDO UM DOCUMENTO COM FOTO E CONFIRME SEUS DADOS.

Parâmetros	Padrão de Qualidade	Média
Turbidez	0,0 a 5,0 UT	0,2 UT
Cov	0 a 15 UH	2 UH
Cloro Livre Residual	0,20 a 5,00 mg/L	0,55 mg/L
Coliformes Totais	Ausente em 100mL	Ausente
Escherichia coli	Ausente em 100mL	Ausente

EM CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL 12.007/09, DECLARAMOS NÃO HAVER DÉBITOS ATÉ 12/2018; SENDO QUE ESTA FATURA SUBSTITUI AS QUITADAS NO PERÍODO MENCIONADO.



U.S.: 192-SAO FRANCISCO DE ASSIS Código Imóvel 19207980 Mês/Ano 02/2019

Código de Arrecadação	Vencimento	Total a Pagar
0000100019207980201902	01/03/2019	R\$ 155,25

82630000001-3 55250798000-1 01000192079-1 80201902000-6

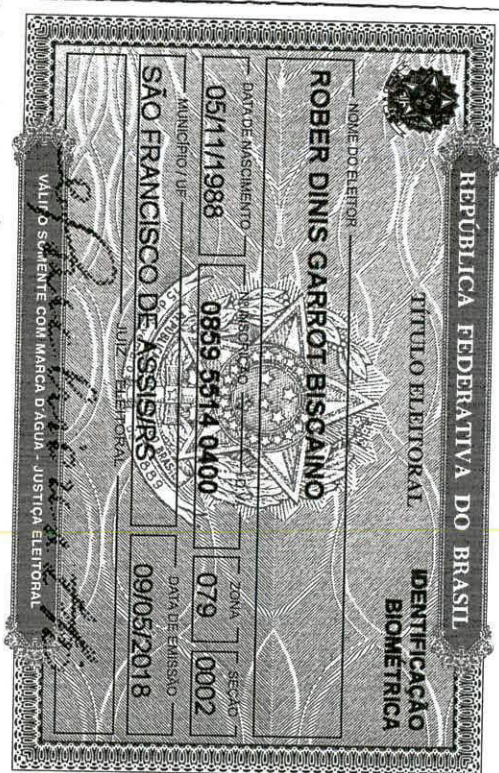


COMPROVANTE CORSAN

Requerimento (3867551)

SEI 01250.008353/2019-97 / pg. 10





CEDULA DE IDENTIDADE




POLEGAR DIREITO

Amarildo Jesus Cortes Pereira

IDENTIFICAÇÃO ASS. NATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SSP - POLÍCIA CIVIL
DEP. DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
REGISTRO GERAL

2032306983

NOME **AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA**

FILIAÇÃO
 ORVANDIL MEIRA PEREIRA
 MARIA MANOELA CORTES PEREIRA

NACIONALIDADE BRASILEIRA **DATA DO NASCIMENTO** 25/11/1962

PORTO ALEGRE-RS 18/03/83 *Walter Haus* MARIA WALTERZ HAUS 01839

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA

DATA DE NASCIMENTO
25/11/1962

N. APROVAÇÃO
0374 5858 0426

ZONA
079

SEÇÃO
0054

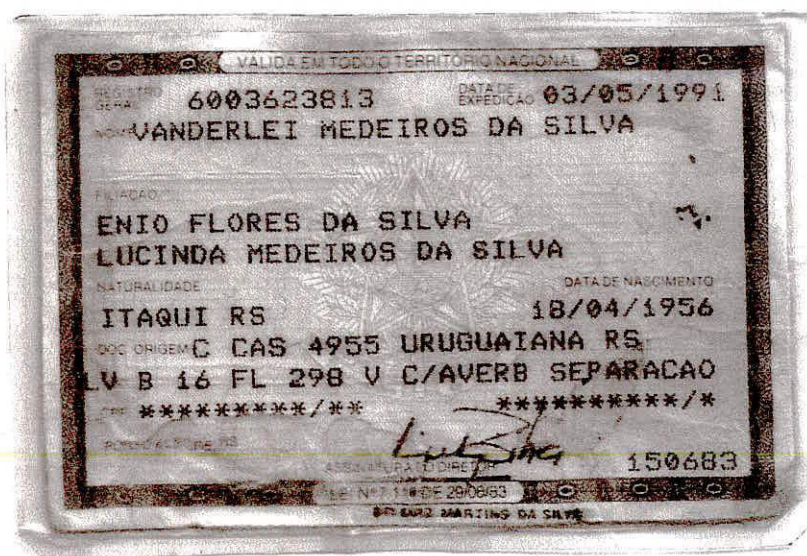
MUNICÍPIO / UF
 SÃO FRANCISCO DE ASSIS / RS

DATA DE EMISSÃO
 23/06/2017

Walter Haus

JUIZ ELEITORAL

VAL. DO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



Título e local de votação - consulta por título

[Compartilhar página via email](#)[Compartilhar página via facebook](#)[Compartilhar página via twitter](#)[Compartilhar página via google plus](#)

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 009673230477

Eleitor: VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Zona: 079 Seção: 0074

Local: EMATER

Endereço: RUA 13 DE JANEIRO N. 1375 - CENTRO

Município: SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO E COMARCA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
JOSÉ OSMAR DE FREITAS
Registrador

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido da parte interessada, que em data de 13 de fevereiro de 2019, foi averbada a **ATA Nº 01/2018 DE POSSE DA NOVA DIRETORIA**, da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA**, no Livro A-5, às folhas 119 V, sob nº Av.6/144, deste Registro Civil das Pessoas Jurídicas de São Francisco de Assis/RS.

O referido é verdade e dou fé.

São Francisco de Assis, 13 de fevereiro de 2019.

Luís Eduardo Kerber de Freitas
Registrador Substituto

Serviço Registral

Luís Eduardo Kerber de Freitas
Registrador Substituto
São Francisco de Assis-RS

Emolumentos:

Total: R\$ 22,20 + R\$ 4,70 = R\$ 26,90

Certidão PJ (1 pgs): R\$ 8,90 (0586.02.1300011.00139 = R\$ 1,90)

Busca: R\$ 8,40 (0586.01.1700009.01760 = R\$ 1,40)

Processamento eletrônico: R\$ 4,90 (0586.01.1700009.01759 = R\$ 1,40)



A consulta estará disponível em até 24h
no site do Tribunal de Justiça do RS
<http://go.tjrs.jus.br/selodigital/consulta>
Chave de autenticidade para consulta
098335 54 2019 00000033 29

Residente e Domiciliado NA Rua João Bastos de Abreu
 Nº 1297, em São Francisco de Assis, RS, CEP 97610-000
 RG - 1089930235 SP/RS, CPF - 008.931.320/80, Primeiro
 Secretário: Jennifer Maria Mante, Brasileira
 Solteira, maior, Residente e Domiciliado NA Cidade de
 São Francisco de Assis, RS, CEP: 97610-000, RG: No. -
 2938118 SP/RS, CPF: 041.814.980-62, Segundo Secretário
 Roberto Dimis Garrafa Biccaino, Brasileiro, maior,
 Solteiro, Residente e Domiciliado NA Rua Primeira
 Marquês Nº 2131, em São Francisco de Assis, RS, CEP:
 97610-000, RG - 5882622258 SP/RS, CPF - 041.331.510-
 07, Primeiro Tesoureiro: Amarildo Jure Cortes -
 Pereira, Brasileiro, maior, Casado, Residente e Domici-
 liado NA Rua Claudio Leito Cidade Nº 138, em São
 Francisco de Assis, RS, CEP: 97610-000, RG - 2032306933
 SP/RS, CPF 390.406.070-87, Segundo Tesoureiro;
 Vanderlei Medeiros da Silva, Brasileiro, maior
 Divorçado, Residente e Domiciliado NA Rua João
 Bastos de Abreu Nº 1297, em São Francisco de Assis
 RS, CEP: 97610-000, RG - 60036238113, CPF - 304-
 338.000-40, Como Foi Decidido NO DIA 31/12/2017, em
 Assembleia Geral, Que, Aprovou por unanimidade
 Esta Diretoria, Foi Lido o Dado Posse A Nova -
 Diretoria NO DIA 31 de Janeiro do Ano de 2018, com
 a presença de todos os Associados em Dia com
 suas Obrigações Sociais, Nada mais Feito para
 ser Tratado, Foi Celebrada a presente Assembleia
 e lavrada a presente Ata, Que depois de lida vai
 por ser Assinada.

[Assinaturas]
 Rosemaria da Fontoura
 Jennifer Maria Mante

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS - SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS
AV. FARROUPILHA, 1575 - CENTRO - FONE: (55) 3252-2724 - E-mail: cartorioosmar@ibest.com.br
JOSE OSMAR DE FREITAS - TITULAR

Registro Civil das Pessoas Jurídicas

PROTOCOLO: N° 8871, no livro A-5, às fls 276, em
11/02/2019. AVERBAÇÃO: N°6/Reg. 144, no livro A-5, às
fls 119 V, em 13/02/2019. São Francisco de Assis, 13 de
fevereiro de 2019.

Luís Eduardo Kerber de Freitas
Luís Eduardo Kerber de Freitas - Registrador Substituto

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS - SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS
AV. FARROUPILHA, 1575 - CENTRO - FONE: (55) 3252-2724 - E-mail: cartorioosmar@ibest.com.br
JOSE OSMAR DE FREITAS - TITULAR

Total: R\$ 100,10 + R\$ 6,10 = R\$ 106,20
Averbação PJ (integral): R\$ 92,00
(0586.04.1800008.00262 = R\$ 3,30)
Digitalização: R\$ 3,20 (0586.01.1700009.01758 = R\$ 1,40)
Processamento eletrônico: R\$ 4,90

Luís Eduardo Kerber de Freitas
SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS - SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS
AV. FARROUPILHA, 1575 - CENTRO - FONE: (55) 3252-2724 - E-mail: cartorioosmar@ibest.com.br
JOSE OSMAR DE FREITAS - TITULAR

(0586.01.1700009.01757 = R\$ 1,40)

OFÍCIO DOS
REGISTROS PÚBLICOS
Luís Eduardo Kerber de Freitas

SÃO FRANCISCO DE ASSIS



Serviço Registral
Luís Eduardo Kerber de Freitas
Registrador Substituto
São Francisco de Assis-RS



OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS
COMARCA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

CERTIDÃO

CERTIFICO, usando a faculdade que me confere a Lei, que revendo neste Ofício o Lº A-1, Registro de Sociedade Civil, às fls.100v, sob nº 144, datado de 09/fevereiro/1998, deles verifiquei constar o seguinte Registro: Registro do Extrato do Estatuto da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PANPEANA**: Aos nove dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e oito (09/02/1998), nesta Cidade e Comarca de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul, em cartório, pelo Sr. Vanderlei Medeiros da Silva, na qualidade de presidente da Entidade denominada " ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PANPEANA" o que ora é feito declarando-se o seguinte: " EXTRATO DOS ESTATUTOS SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTILENA PANPEANA ", a associação de Comunicação Comunitária Sentinela Panpeana tem por objetivo: A) Organizar e congregar grupos comunitários. B) Reunir cidadãos interessados na divulgação da cultura regional, artística do Município e do País. C) Auxiliar a Defesa Civil e as autoridades constituídas. D) Discutir e debater os problemas comunitários e em conjunto com as autoridades constituídas encontrar uma solução viável. E) Encaminhar através de convênios com empresas, desempregados para preenchimento de vagas, no Município ou Região. São Francisco de Assis – RS, 05 de Fevereiro de 1998. (ass) Vanderlei Medeiros da Silva – Presidente; Carimbos de Reconhecimento de Firma por autenticidade datado de 05.02.1998. – Ficam arquivados neste Cartório os seguintes documentos: Requerimento solicitando o registro da Associação assinado pelo Presidente e com firma reconhecida, Extrato do Estatuto Social, Cópia autenticada da ata, Estatuto Social e Relação dos sócios fundadores. Nada mais havendo a registrar, lavrei o presente registro dou fé e assino. São Francisco de Assis – RS 09 de Fevereiro de 1998. AV.1- Foi alterado o estatuto Social da Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana aos 03 de Fevereiro de 1999. Ver registro nº 155, fls. 06 ao Lº A-2.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ
São Francisco de Assis-RS, 02.09.2011.

Luís Eduardo Kerber de Freitas
Luís Eduardo Kerber de Freitas
Registrador Substituto

Selo Digital nº
0586.01.0800035.00350

Serviço Registral
Luís Eduardo Kerber de Freitas
Registrador Substituto
São Francisco de Assis - RS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.409.280/0001-11 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/02/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R TREZE DE JANEIRO	NÚMERO 1759	COMPLEMENTO CASA
CEP 97.610-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO FRANCISCO DE ASSIS
		UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **15/02/2019** às **06:58:06** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PANPEANA

Entidade Filantrópica sem fins Lucrativos

ARTIGO I

DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Parágrafo 1.º A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PANPEANA, é uma sociedade civil em defesa da cidadania baseada nos princípios de solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social. Atuando no âmbito distrital, do Centro abrange a comunidade natural formada pelos habitantes de São Francisco de Assis, RS.. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, não religiosa, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos **poderes públicos**, desenvolvendo em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que populações carentes da área, possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse local e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e parceria com a defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergências, transporte lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. A Associação de comunicação comunitária terá duração indeterminada, com numero ilimitado de sócios, e sua sede provisória está localizada no endereço: Rua Treze de Janeiro n.º 1759 Centro São Francisco de Assis Rio Grande do Sul.

Parágrafo II Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

- a) Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças comunitárias, econômicas, e sociais no sentido de estudar e preservar raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural do país do município e de sua comunidade.
- b) Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

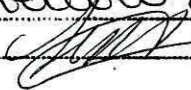
Apresentado hoje, PROTOCOLADO no

Livro A nº — Fl. — nº —

REGISTRADO no

Livro A nº 1 Fl. 100v nº 144

Em 09 de Fevereiro de 1998

Oficial: 

Ofício dos Registros Públicos

Lenir Marlene Hentschke

CIS 867442200 04

Oficial Designada

São Francisco de Assis - RS

responsabilidade ou pôr meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação de difusão de informações capazes de suprir, com os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência às necessidades da população da comunidade servida pelo sistema de comunicação comunitária, e especialmente os cidadãos associados, atendendo naturalmente às normas Constitucionais (art. 5.º Inciso IX, art. 220, art. 13 do Pacto de São José da Costa Rica, Lei ordinária no Brasil de acordo com o Decreto Presidencial 678/92, art. 2.º da Lei n.º 4.117 de 21.08.62).

CAPITULO II DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES.

Parágrafo III- Podem associar-se as pessoas físicas residentes no bairro e arredores ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pelos habitantes residente em toda a área da comunidade, sem limitação de número pôr família, pôr sexo, categoria econômica ou pôr condição de religião, raça ou ideologia político-partidária.

a) Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições do Estatuto, assinando como prova de concordância com as suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhado ao conselho comunitário.

b) Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

FUNDADORES- os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembléia de instalação da associação;

CONTRIBUINTES- Os que se inscrevem após o encerramento do Livro de Fundação e mantenham suas contribuições e participação em dia;

HONORÁRIOS- Cidadãos que tenham prestado ou ainda prestam relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao Município ao Estado e à sociedade.

Parágrafo IV- São deveres inalienáveis e intransferíveis dos associados:

a) Aceitar como seus os objetivos fundamentais da associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o **Estatuto Social**, o Programa de atividades e as instruções da Diretoria aprovados pelos Conselhos ou Assembléias;

b) Prestigiar, com sua presença ou com representação, eventos e atividades programadas, justificando, de alguma forma o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que incluam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade do trabalho e atividades da associação comunitária

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

Apresentado hoje, PROTOCOLADO no

Livro A nº — Fl. — nº —

REGISTRADO no

Livro A nº 1 Fl. 100v nº 144

Em 09 de Fevereiro de 1998

Oficial:

Ofício dos Registros Públicos

Leitr Marlene Mentschke

CIC 867442200 04

Oficial Designada

São Francisco de Assis - RS

c) Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Assembléia indicando a tempo quando não puder fazê-lo para evitar contratempos à Diretoria no cumprimento de obrigações assumidas em nome da Associação.

Parágrafo V- Ao associado que infringir o **Estatuto Social**, as normas regimentais, os planos de atividades e as decisões aprovadas em Assembléias ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

I- Advertência pôr escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;

II- Suspensão de suas atividades sociais pôr tempo indeterminado;

III- Afastamento do Quadro Social.

Único: O desligamento de um associado do Quadro Social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretária ou da Tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

IV- Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se dispunha a retomar sua participação nas atividades associativas com a aprovação do **Presidente**.

CAPITULO III

* DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Parágrafo VI- São Legítimos Dirigentes:

a) **Presidente.**

b) **Secretário.**

c) **Tesoureiro.**

d) **Presidente do Conselho Comunitário.**

Parágrafo VII- Compete ao Presidente:

a) Representar a Associação Comunitária em todos os Atos Públicos, em Juízo e fora dele;

b) Presidir as reuniões da Diretoria e convoca-las para atos decorrentes das Atividades Associativas;

c) Presidir as Assembléias Extraordinárias;

d) Presidir Conferências, Debates, Palestras, reuniões, sessões, atividades públicas da associação;

* e) Dar posse aos membros da Diretoria;

* f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;

g) Supervisionar quaisquer atividades da Entidade;

h) Assinar contratos, convênios, acordo e praticar atos de administração em geral, aceitar bens em comodato;

i) Assinar com o Secretário, as atas das reuniões e Assembléias;

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

Apresentado hoje, PROTOCOLADO no

Livro A nº — Fl. — nº —

REGISTRADO no

Livro A nº 1 Fl. 100v nº 144

Em 09 de Fevereiro de 1998

Oficial: 

Junta dos Registros Públicos

Lenir Marlene Mentschke

CIC 867442200 04

Oficial Designada

São Fco. de Assis - RS

j) Assinar com o Tesoureiro, os contratos que obrigam a Associação de comunicação comunitária a quaisquer ordem de pagamento ou movimentação de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamento de depósito e quaisquer espécie de título, cauções, ordem de pagamento, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros;

Único- O Presidente será substituído em seus impedimentos legais, pelos seguintes Diretores em ordem Secretário e Tesoureiro.

Parágrafo VIII- Compete ao Secretário:

- a) Superintender os trabalhos da Secretária de forma eficiente para a boa organização da entidade e;
- b) Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da Diretoria e das Assembléias;
- c) Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da secretária mantendo-o em dia;
- d) Lavrar, subscrever as Atas de reunião da Diretoria e das Assembléias;
- e) Fornecer ao Presidente, todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho.

Parágrafo IX- Compete ao Tesoureiro:

- a) Assinar com o Presidente, cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitados;
- b) Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive prestação de contas em forma contábil;
- c) Arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições;
- d) Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- e) Manter os lançamentos com toda clareza e arquivamento de comprovantes;
- f) Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes às suas atividades;
- g) Substituir o Presidente na ordem de precedência.

* Único: Compete ao Presidente do Conselho Comunitário o relacionamento com as lideranças da comunidade, mantendo constantes reuniões para ouvir as reivindicações da população e ser o mediador entre os principais problemas da comunidade junto as autoridades constituídas.

Parágrafo X- O Conselho Comunitário será composto pôr 5 (cinco) pessoas representantes de entidades locais, tais como: associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

Apresentado hoje, PROTOCOLADO no

Livro A nº — Fl. — nº —

REGISTRADO no

Livro A nº 1 Fl. 100v nº 144

Em 09 de Fevereiro de 1998

Oficial:

Ofício dos Registros Públicos

Lenir Marlene Mentschke

CIC 867442200-04

Oficial Designada

São Francisco de Assis - RS

cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades.

c) Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de **informação útil**, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, **servida pela associação de comunicação comunitária**, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, transporte, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, difundir os ideais comunitários através de **telecomunicações de baixa potência** amparados pela lei competente, dando oportunidade de lazer, serviços emergências e atividades culturais e artísticas; **se comprometendo os Diretores neste ato sob fé pública o fiel cumprimento as leis vigentes do País que regerá o sistema nacional de comunicação comunitária.**

d) Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores dos bairros, estimulando boa vontade e a ajuda mútua como instrumentos para alcançar o bem estar comum, fortalecendo a parceria com os **serviços públicos** nas situações **de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil** e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade.

e) Fortalecer os laços institucionais entre os representantes políticos da comunidade e as demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania de encaminhamento de problemas coletivos e no desenvolvimento social, cultural e artístico da sociedade comunitária:

f) fomentar, em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo e pesquisa e competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento das Leis da Constituição, da estrutura política, da organização dos poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de **brasileiridade**, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição de **cidadania de brasileiros natos ou pôr adoção**;

Parágrafo Único- Para alcançar seus objetivos a Associação de comunicação Comunitária atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos; promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferências, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado; publicando circulares, boletins informativos, realizando programas especiais na associação de comunicação comunitária criando desenvolvendo e consolidando sob sua

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

Apresentado hoje, PROTOCOLADO no

Livro A n° — Fl. — n° —

REGISTRADO no

Livro A n° 1 Fl. 100 n° 144

Em 09 de Fevereiro de 1998

Oficial:

Ofício dos Registros Públicos

Leitr Marlene Mentschke

CIC 867442200 04

Oficial Designada

São Fco. de Assis - RS

Parágrafo XI- O mandato da Diretoria Executiva será de 5 anos, com direito a reeleição ou recondução ao cargo quando não houver interessados.

* Parágrafo Único- Não será permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da Associação pôr membros da Diretoria ou do Conselho sem a devida autorização da Diretoria com a conseqüente fixação de custos e taxas correspondentes.

Parágrafo XII- As mensalidades cotas e contribuições especiais serão fixadas pela assembléia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva

Parágrafo XIII- A Associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembléia Extraordinária convocada para este fim, com voto favorável de, no mínimo um terço em primeira convocação, ou em segunda convocação com o numero de sócios presentes em situação regular.

CAPITULO V

DAS ELEIÇÕES.

Parágrafo XIV- Os sócios poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos e em dia com a tesouraria.

Parágrafo XV- Somente poderão votar os filiados até 180 (Cento e Oitenta) dias antes das datas das eleições.

Parágrafo XVI- Somente poderão ser votados os filiados até 12 (doze) meses antes da data das eleições.

Parágrafo XVII- As chapas poderão inscrever-se até 60 (Sessenta) dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Parágrafo XVIII- A Assembléia para as eleições será convocada pôr edital público, através de boletim informativo da associação no município sede da associação.

Parágrafo XIX- As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Parágrafo XX- As chapas inscritas poderão indicar 02 (dois) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Único- Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à Secretária da Associação até 30 (trinta) dias antes das eleições.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

Apresentado hoje, PROTOCOLADO no

Livro A nº — Fl. — nº —

REGISTRADO no

Livro A nº 1 Fl. 100v nº 144

Em 09 de fevereiro de 1998

Oficial: 

Ofício dos Registros Públicos

Lenir Marlene Mentschke

CIC 867442200 04

Oficial Designada

São Francisco de Assis - RS

Parágrafo XXI- A Presidência poderá autorizar a Secretária-Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas a associação para assessorá-las fixando os seus vencimentos.

CAPITULO VII DA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA.

Parágrafo XXII- O atual Estatuto poderá ser **alterado** pôr sugestão do **Presidente**, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembléia.

CAPITULO VIII DO PATRIMÔNIO SOCIAL.

Parágrafo XXIII- A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

- a) contribuições regulares dos filiados;
- b) subvenções, auxílios e dotações;
- c) doações e legados;
- d) rendas patrimoniais;
- e) contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;
- f) arrecadação contributiva decorrente de taxas sociais e “ apoio cultural ” de caráter espontâneo conforme o regulamento de Entidades Associativas e nos Incisos XVII e XVIII art. 5.º da Constituição da Republica Federativa do Brasil das atividades de comunicação criadas pela Associação de Comunicação Comunitária, e no que couber os dispositivos legais permitidos pela Constituição da Republica Federativa do Brasil.

Único: Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixadas pela Diretoria conforme os critérios definidos em Assembléia específica.

g- A associação de comunicação comunitária poderá receber subvenções das Ongs organizações não governamentais do Brasil e Internacional.

Parágrafo XXIV- A **Presidência** poderá a **qualquer momento** e tempo requisitar a **prestação de serviços de terceiros, alheios à Associação**, para o bom desempenho de suas atividades.

CAPITULO IX DA ASSEMBLÉIA GERAL.

Parágrafo XXV- A Assembléia Geral é o órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

Apresentado hoje, PROTOCOLADO no

Livro A n° — Fl. — n° —

REGISTRADO no

Livro A n° 1 Fl. 100v n° 144

Em 09 de Fevereiro de 1998

Oficial: 

Ofício dos Registros Públicos
Lenir Marlene Mentschke
CIC 867442200 04
Oficial Designada
São Fco. de Assis - RS

Único: 1.o hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o "Livro de Presenças" onde os sócios lançarão suas assinaturas.

Parágrafo XXVI- Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembléia Geral a indicação e aprovação de um sócio para presidir, o qual assumirá imediatamente, as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo.

Parágrafo XXVII- O Presidente da Assembléia além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

Parágrafo XXVIII- As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, normais, secretas ou pôr aclamação.

Parágrafo XXIX- A Ata dos trabalhos, lavrada pelo Secretário será assinada pêlos componentes da mesa e pôr 3 (três) sócios escolhidos pela Assembléia.

Parágrafo XXX- A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á uma vez pôr ano, no mês de Novembro.

Parágrafo XXXI- São Atribuições da Assembléia geral:

a) examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;

b) eleger, no devido tempo, os membros da Diretoria e dos membros dos Conselhos Consultivo e Fiscal.

Único: Os Conselhos Fiscal e Consultivo ficarão em aberto pelo período de 1 ano para o preenchimento de seus cargos.

c) destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Fiscal e Consultivo, mediante o voto dos sócios presentes na assembléia.

d) promover imediata substituição e pelo prazo restante do mandato dos membros destituídos, na forma da letra " c " deste artigo.

e) deliberar sobre os demais assuntos constantes da " Ordem do Dia "

Parágrafo XXXII- A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, ou pôr 1/3 (um terço) no mínimo dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivados a convocação.

Parágrafo XXXIII- As Assembléias Gerais, tanto Ordinárias, serão convocada com antecipação de 30 (trinta) dias, mediante edital a ser afixado na sede social e nas representações, além da comunicação pôr carta a todos os associados em dia com suas obrigações, com aviso de recebimento (AR) com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

Parágrafo XXXIV- A Assembléia Geral deliberará pôr maioria de seus membros cabendo um voto para cada associado presente.

Parágrafo XXXV- Só poderá votar e ser votado, o sócio quite com a Tesouraria.

Parágrafo XXXVI- Os sócios beneméritos poderão participar das assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto opinar, sugerir e debater a " Ordem do Dia ".

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS


Apresentado hoje, PROTOCOLADO no

Livro A n° — Fl. — n° —

REGISTRADO no

Livro A n° 1 Fl. 100v n° 144

Em 09 de Fevereiro de 1998

Oficial: 

Ofício dos Registros Públicos

Lenir Marlene Mentschke

CIC 867442200 04

Oficial Designada

1º Fco. de Assis - RS

Parágrafo XXXVII- Na falta de comparecimento à Assembléia Geral os associados que constituem a maioria social, se reunirá, não conseguindo o quorum, a assembléia, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação se reunirá e deliberará com qualquer numero de associados presentes, executando o disposto na Letra " c " parágrafo XXXI.

CAPITULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

Parágrafo XXXVIII- Os casos omissos neste " estatuto " serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da associação, e nos casos omissos deste estatuto se deliberará no " R.I. " Regimento Interno.

Parágrafo XXXIX. O presente estatuto entrará em vigor na data do seu registro.

DA EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Parágrafo XXXX- A Associação poderá ser extinta desde que convocada Assembléia pelo Presidente para esse fim e conforme maioria de 2/3 (dois terços) e após 1 hora com o numero de sócios presentes, na ausência dos sócios, pela Diretoria, ou pôr determinação judicial, e após se dará destino ao seu patrimônio, que deverá ser doado a outra associação com o mesmo fim ou ao Poder Executivo Municipal, ou outra entidade filantrópica.

Parágrafo XXXXI- Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da associação.

São Francisco de Assis RS, 5 de fevereiro de 1998.



VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

Handwritten signature and stamp: OAB 40413

TABELIONATO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS-RS
 Rua Pinheiro Rocha, 981

Reconheço Autêntica(s) a(s) firma(s) de
Vanderlei Medeiros da Sil-
va

assinada(s) na presença Dou fé
 EM TESTEMUNHO SM DA VERDADE
 SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 05/02/1998
A. Madalozzo
 Tabeliã Designada

Audrey Cilandra Antunes Madalozzo
 Tabeliã Designada
 CPF 624426860-15

TABELIONATO
 Rua Pinheiro Rocha, 981
 Audrey Cilandra Antunes
 Madalozzo
 TABELIÃ DESIGNADA
 São Francisco de Assis-RS

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

Apresentado hoje, PROTOCOLADO no
 Livro A nº — Fl. — nº —
 REGISTRADO no
 Livro A nº 1 fl. 100v nº 144
 Em 09 de Fevereiro de 1998
 Oficial: [Assinatura]

Ofício dos Registros Públicos
 Lenir Marlene Mentschke
 CIG 887442200 04
 Oficial Designada
 São Fco. de Assis - RS



**ALTERAÇÃO Nº 04 DO ESTATUTO SOCIAL DE ACORDO COM A LEI 9612/98, NORMA
COMPLEMENTAR 01/2011 E ATUAL CÓDIGO CIVIL.**

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA

ESTATUTO SOCIAL

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, doravante denominada **RADIO SENTINELA PAMPEANA FM**, inscrita no **CNPJ nº 02.409.280/0001-11**, com sua sede na Rua Joao Bastos de Aguiar nº 1297, Bairro Assis Brasil, em São Francisco de Assis, RS, CEP 97.610-000, com atividades de Radio Difusão Comunitaria, é uma associação na forma de Pessoa Jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, legalmente registrada no cartorio de titulos e documentos da comarca do Município de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul, no livro- A-1, Fl. 100, Registro nº 144, datado de 09 de Fevereiro de 1998 e alteração registrada no Livro A-02, Fl-06, Registro nº 155, datado de 03 de Fevereiro de 1999,

Parágrafo Único - A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º- A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária .

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A receita da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, os quais poderão, a qualquer momento e uma vez estando quites com a entidade, deixar de fazer parte de seu quadro de associados.

Art. 6º - A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, será composta pelas seguintes categorias de associados:

I – Fundadores – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.

II – Contribuintes ou Efetivos;

III – Honorários;

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) Fica Assegurado a todos os associados Pessoas físicas em dia com as suas obrigações estatutárias tem direito de votar e ser votado, para todos cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12;
- b) Fica assegurado o ingresso gratuito, como associados, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações existentes.
- c) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.



III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria ;
- c) Conselho Comunitário

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia quinze do mês de janeiro, para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada quatro anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§ 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos conselheiros ou, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no paragrafo anterior.

Art. 12 - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, órgão executivo e administrativo, será composta por da seguinte forma:

Um Presidente;

Um Vice-Presidente;

Um Primeiro Secretário;

Um Segundo Secretário;

Um Primeiro Tesoureiro;

Um Segundo Tesoureiro;

Um Diretor Jurídico;

Um Conselho Comunitário; composto por cinco representantes de entidades da comunidade local

Um Diretor Geral de operações,

Todos eleitos em Assembléia Geral para um mandato de quatro anos, sendo admitida uma recondução para novo mandato, tendo como forma de constituição e funcionamento o descrito nas normas estatutárias contidas neste estatuto de acordo com a norma nº 1/2011.

§1º - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA** em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA**.
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

- a) Ao Presidente compete: representar a **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA**, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendun de, no mínimo , um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17 - O Patrimônio e Receita da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia* Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim.

Art. 19º - A dissolução da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

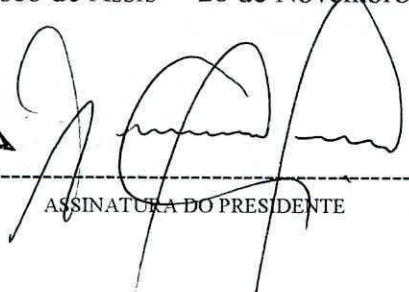

Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

§ ÚNICO - Os artigos não mencionados nesta alteração estatutária, permanecem em pleno vigor.



Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na AG de 19 de junho de 2013, e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

São Francisco de Assis 26 de Novembro de 2014.


Tabelionato
São Francisco de Assis
ASSINATURA DO PRESIDENTE

O.A.B. 4043

 TABELIONATO SÃO FRANCISCO DE ASSIS / RS
Av. Farroupilha, 1727 - Centro - 97610-009 - F (55) 3252-1312 - E-mail: maurizilli@hotmail.com
Tabelião: Mauri Zilli

Reconheço a firma de **AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA**
por **SEMELHANÇA** com a existente no arquivo deste
Tabelionato. Dou fé.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

São Francisco de Assis, segunda-feira, 1 de dezembro de 2014

Suzieli Mayer de Moura - 3ª Tabeliã Substituta

Emoi: R\$ 5,10 + Selo digital: R\$ 0,30-0588.01.1300006.27652


Suzieli Mayer de Moura
Escrevente Autorizada
CPF: 032.062.170-75



OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS
São Francisco de Assis - RS
AV FARROUPILHA, 1575

PROTOCOLO: Nº 7536, no livro A-5, às fls 64, em
02/12/2014. AVERBAÇÃO: Nº 5/Reg. 144, no livro A-4, às
fls 121 verso, em 02/12/2014, São Francisco de Assis, 2
de dezembro de 2014.

Luís Eduardo Kerber de Freitas
Luís Eduardo Kerber de Freitas - Registrador Substituto



OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS
São Francisco de Assis - RS
AV FARROUPILHA, 1575

Total: R\$ 53,50 + R\$ 2,80 = R\$ 56,30
Averbação PJ: R\$ 43,50 (0586.04.1400009.00118 = R\$
0,70)
Digitalização: R\$ 6,60 (0586.01.1400008.01134 a 1139 =
R\$ 1,80)
Processamento eletrônico: R\$ 3,40
(0586.01.1400008.01132 = R\$ 0,30)

Luís Eduardo Kerber de Freitas

Serviço Registral
Luís Eduardo Kerber de Freitas
Registrador Substituto
São Francisco de Assis-RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Certidão de Situação Fiscal nº **0013030621**

Identificação do titular da certidão:

CNPJ: **02.409.280/0001-11**

Certificamos que, aos **15** dias do mês de **FEVEREIRO** do ano de **2019**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima enquadra-se na seguinte situação:
CERTIDAO NEGATIVA

Observações: Nada Consta

O nome do titular do CPF/CNPJ não consta nos bancos de dados da Secretaria da Fazenda. Se necessário, solicite documento de identificação.

Esta certidão **NÃO É VÁLIDA** para comprovar;

- a) a quitação de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova da inexistência, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 15/4/2019.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: **0022638507**

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <https://www.sefaz.rs.gov.br>.

TERMO DE ABERTURA

Livro Razão

Número: 1

Folha: 1

Contém este livro 7 folhas numeradas do No. 1 ao 7 emitidas através de processamento eletrônico de dados, que servirá de Livro Razão da empresa abaixo descrita.

Nome da Empresa: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA

Ramo: Atividades de rádio

Endereço: Rua TREZE DE JANEIRO, 1759

Complemento: CASA

Bairro: CENTRO

Município: SAO FRANCISCO DE ASSIS

Estado: RS


Inscrição no CNPJ: 02.409.280/0001-11


Inscrição Estadual.....:

Registro na junta.....:

Inscrição Municipal.....:

SAO FRANCISCO DE ASSIS, 01/01/2018


VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA
DIRETOR
CPF: 304.338.000-20


AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA
Reg. no CRC - RS sob o No. 6863409
CPF: 390.406.070-87

Empresa: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA
CNPJ: 02.409.280/0001-11
Período: 01/01/2018 - 31/12/2018
Insc. Junta Comercial: Data: 01/01/1900

Folha: 0002
Número livro: 0001
Emissão: 18/02/2019
Hora: 12:09:04

RAZÃO

Data	Histórico	Cta.C.Part.	Débito	Crédito	Saldo	Saldo-Exercício
Conta:	5 - 1.1.1.01.001	CAIXA GERAL				0,00
	SALDO ANTERIOR					80,00C
30/01/2018	PGTO AGUA	355		80,00	80,00C	80,00C
30/01/2018	PGTO LUZ	354		320,00	400,00C	400,00C
30/01/2018	PGTO TELEFONE	322		225,00	625,00C	625,00C
30/01/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	187		2.000,00	2.625,00C	2.625,00C
30/01/2018	PGTO GASOLINA	292		200,00	2.825,00C	2.825,00C
30/01/2018	PGTO ALUGUEL	320		300,00	3.125,00C	3.125,00C
31/01/2018	REF APOIO CULTURAL	411	4.784,26		1.659,26D	1.659,26D
28/02/2018	REF APOIO CULTURAL	411	5.023,33		5.023,33D	6.682,59D
28/02/2018	PGTO LUZ	354		332,00	4.691,33D	6.350,59D
28/02/2018	PGTO AGUA	355		81,20	4.610,13D	6.269,39D
28/02/2018	PGTO TELEFONE	322		210,50	4.399,63D	6.058,89D
28/02/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	187		2.000,00	2.399,63D	4.058,89D
28/02/2018	PGTO GASOLINA	292		230,23	2.169,40D	3.828,66D
28/02/2018	PGTO ALUGUEL	320		300,00	1.869,40D	3.528,66D
31/03/2018	REF APOIO CULTURAL	411	5.056,23		5.056,23D	8.584,89D
31/03/2018	PGTO ALUGUEL	320		300,00	4.756,23D	8.284,89D
31/03/2018	PGTO GASOLINA	292		265,00	4.491,23D	8.019,89D
31/03/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	187		2.000,00	2.491,23D	6.019,89D
31/03/2018	PGTO TELEFONE	322		210,98	2.280,25D	5.808,91D
31/03/2018	PGTO LUZ	354		368,23	1.912,02D	5.440,68D
31/03/2018	PGTO AGUA	355		82,41	1.829,61D	5.358,27D
30/04/2018	REF APOIO CULTURAL	411	5.889,74		5.889,74D	11.248,01D
30/04/2018	PGTO ALUGUEL	320		300,00	5.589,74D	10.948,01D
30/04/2018	PGTO GASOLINA	292		200,00	5.389,74D	10.748,01D
30/04/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	187		2.000,00	3.389,74D	8.748,01D
30/04/2018	PGTO TELEFONE	322		225,00	3.164,74D	8.523,01D
30/04/2018	PGTO AGUA	354		80,00	3.084,74D	8.443,01D
31/05/2018	REF APOIO CULTURAL	411	5.622,98		5.622,98D	14.065,99D
31/05/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	187		2.000,00	3.622,98D	12.065,99D
31/05/2018	PGTO GASOLINA	292		210,15	3.412,83D	11.855,84D
31/05/2018	PGTO TELEFONE	322		236,78	3.176,05D	11.619,06D
31/05/2018	PGTO LUZ	354		332,23	2.843,82D	11.286,83D
31/05/2018	PGTO	320		300,00	2.543,82D	10.986,83D
31/05/2018	PGTO ALUGUEL	320		300,00	2.243,82D	10.686,83D
31/05/2018	PGTO AGUA	355		86,52	2.157,30D	10.600,31D
30/06/2018	REF APOIO CULTURAL	411	5.500,80		5.500,80D	16.101,11D
30/06/2018	PGTO GASOLINA	292		265,00	5.235,80D	15.836,11D
30/06/2018	PGTO ALUGUEL	320		300,00	4.935,80D	15.536,11D
30/06/2018	PGTO AGUA	355		84,98	4.850,82D	15.451,13D
30/06/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	187		2.000,00	2.850,82D	13.451,13D
30/06/2018	PGTO TELEFONE	322		256,87	2.593,95D	13.194,26D
30/06/2018	PGTO LUZ	354		280,98	2.312,97D	12.913,28D
31/07/2018	REF APOIO CULTURAL	411	5.200,00		5.200,00D	18.113,28D
31/07/2018	PGTO LUZ	354		275,54	4.924,46D	17.837,74D
31/07/2018	PGTO ALUGUEL	320		300,00	4.624,46D	17.537,74D
31/07/2018	PGTO GASOLINA	292		265,66	4.358,80D	17.272,08D
31/07/2018	PGTO AGUA	355		88,88	4.269,92D	17.183,20D
31/07/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	187		2.000,00	2.269,92D	15.183,20D
31/07/2018	PGTO TELEFONE	322		223,00	2.046,92D	14.960,20D
30/08/2018	REF APOIO CULTURAL	411	5.410,23		5.410,23D	20.370,43D
30/08/2018	PGTO ALUGUEL	320		300,00	5.110,23D	20.070,43D
30/08/2018	PGTO GASOLINA	292		200,00	4.910,23D	19.870,43D
30/08/2018	PGTO TELEFONE	322		225,00	4.685,23D	19.645,43D
30/08/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	187		2.000,00	2.685,23D	17.645,43D
30/08/2018	PGTO AGUA	355		88,77	2.596,46D	17.556,66D
30/08/2018	PGTO LUZ	354		320,00	2.276,46D	17.236,66D
30/09/2018	REF APOIO CULTURAL	411	5.678,87		5.678,87D	22.915,53D
30/09/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	187		2.000,00	3.678,87D	20.915,53D
30/09/2018	PGTO GASOLINA	292		292,00	3.386,87D	20.623,53D
30/09/2018	PGTO ALUGUEL	320		300,00	3.086,87D	20.323,53D
30/09/2018	PGTO AGUA	355		84,56	3.002,31D	20.238,97D

RAZÃO

Data	Histórico	Cta.C.Part.	Débito	Crédito	Saldo	Saldo-Exercício
Conta:	5 - 1.1.1.01.001	CAIXA GERAL				
30/09/2018	PGTO TELEFONE	322		298,98	2.703,33D	19.939,99D
30/09/2018	PGTO LUZ	354		398,56	2.304,77D	19.541,43D
31/10/2018	REF APOIO CULTURAL	411	5.424,32		5.424,32D	24.965,75D
31/10/2018	PGTO ALUGUEL	320		300,00	5.124,32D	24.665,75D
31/10/2018	PGTO AGUA	355		80,40	5.043,92D	24.585,35D
31/10/2018	PGTO GASOLINA	292		298,23	4.745,69D	24.287,12D
31/10/2018	PGTO LUZ	354		365,45	4.380,24D	23.921,67D
31/10/2018	PGTO TELEFONE	322		258,78	4.121,46D	23.662,89D
31/10/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	187		2.000,00	2.121,46D	21.662,89D
30/11/2018	REF APOIO CULTURAL	411	5.500,00		5.500,00D	27.162,89D
30/11/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	187		2.000,00	3.500,00D	25.162,89D
30/11/2018	PGTO GASOLINA	292		310,23	3.189,77D	24.852,66D
30/11/2018	PGTO AGUA	355		82,24	3.107,53D	24.770,42D
30/11/2018	PGTO TELEFONE	322		321,23	2.786,30D	24.449,19D
30/11/2018	PGTO ALUGUEL	320		300,00	2.486,30D	24.149,19D
30/11/2018	PGTO LUZ	354		333,23	2.153,07D	23.815,96D
31/12/2018	REF APOIO CULTURAL	411	4.856,98		4.856,98D	28.672,94D
31/12/2018	PGTO AGUA	355		87,89	4.769,09D	28.585,05D
31/12/2018	PGTO LUZ	354		368,54	4.400,55D	28.216,51D
31/12/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	187		2.000,00	2.400,55D	26.216,51D
31/12/2018	PGTO TELEFONE	322		225,00	2.175,55D	25.991,51D
31/12/2018	PGTO GASOLINA	292		286,57	1.888,98D	25.704,94D
31/12/2018	PGTO ALUGUEL	320		300,00	1.588,98D	25.404,94D
Conta:	187 - 2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR				
	SALDO ANTERIOR					0,00
30/01/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	5	2.000,00		2.000,00D	2.000,00D
28/02/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	5	2.000,00		2.000,00D	4.000,00D
31/03/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	5	2.000,00		2.000,00D	6.000,00D
30/04/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	5	2.000,00		2.000,00D	8.000,00D
31/05/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	5	2.000,00		2.000,00D	10.000,00D
30/06/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	5	2.000,00		2.000,00D	12.000,00D
31/07/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	5	2.000,00		2.000,00D	14.000,00D
30/08/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	5	2.000,00		2.000,00D	16.000,00D
30/09/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	5	2.000,00		2.000,00D	18.000,00D
31/10/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	5	2.000,00		2.000,00D	20.000,00D
30/11/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	5	2.000,00		2.000,00D	22.000,00D
31/12/2018	PGTO SALARIO EMPREGADOS	5	2.000,00		2.000,00D	24.000,00D
Conta:	292 - 3.1.2.07.001	COMBUSTÍVEL				
	SALDO ANTERIOR					0,00
30/01/2018	PGTO GASOLINA	5	200,00		200,00D	200,00D
28/02/2018	PGTO GASOLINA	5	230,23		230,23D	430,23D
31/03/2018	PGTO GASOLINA	5	265,00		265,00D	695,23D
30/04/2018	PGTO GASOLINA	5	200,00		200,00D	895,23D
31/05/2018	PGTO GASOLINA	5	210,15		210,15D	1.105,38D
30/06/2018	PGTO GASOLINA	5	265,00		265,00D	1.370,38D
31/07/2018	PGTO GASOLINA	5	265,66		265,66D	1.636,04D
30/08/2018	PGTO GASOLINA	5	200,00		200,00D	1.836,04D
30/09/2018	PGTO GASOLINA	5	292,00		292,00D	2.128,04D
31/10/2018	PGTO GASOLINA	5	298,23		298,23D	2.426,27D
30/11/2018	PGTO GASOLINA	5	310,23		310,23D	2.736,50D
31/12/2018	PGTO GASOLINA	5	286,57		286,57D	3.023,07D
Conta:	320 - 3.2.1.06.001	ALUGUÉIS				
	SALDO ANTERIOR					0,00
30/01/2018	PGTO ALUGUEL	5	300,00		300,00D	300,00D
28/02/2018	PGTO ALUGUEL	5	300,00		300,00D	600,00D
31/03/2018	PGTO ALUGUEL	5	300,00		300,00D	900,00D
30/04/2018	PGTO ALUGUEL	5	300,00		300,00D	1.200,00D
31/05/2018	PGTO	5	300,00		300,00D	1.500,00D
31/05/2018	PGTO ALUGUEL	5	300,00		600,00D	1.800,00D
30/06/2018	PGTO ALUGUEL	5	300,00		300,00D	2.100,00D

RAZÃO

Data	Histórico	Cta.C.Part.	Débito	Crédito	Saldo	Saldo-Exercício
Conta:	320 - 3.2.1.06.001	ALUGUÉIS				
31/07/2018	PGTO ALUGUEL	5	300,00		300,00D	2.400,00D
30/08/2018	PGTO ALUGUEL	5	300,00		300,00D	2.700,00D
30/09/2018	PGTO ALUGUEL	5	300,00		300,00D	3.000,00D
31/10/2018	PGTO ALUGUEL	5	300,00		300,00D	3.300,00D
30/11/2018	PGTO ALUGUEL	5	300,00		300,00D	3.600,00D
31/12/2018	PGTO ALUGUEL	5	300,00		300,00D	3.900,00D
Conta:	322 - 3.2.1.06.003	TELEFONE				
	SALDO ANTERIOR					0,00
30/01/2018	PGTO TELEFONE	5	225,00		225,00D	225,00D
28/02/2018	PGTO TELEFONE	5	210,50		210,50D	435,50D
31/03/2018	PGTO TELEFONE	5	210,98		210,98D	646,48D
30/04/2018	PGTO TELEFONE	5	225,00		225,00D	871,48D
31/05/2018	PGTO TELEFONE	5	236,78		236,78D	1.108,26D
30/06/2018	PGTO TELEFONE	5	256,87		256,87D	1.365,13D
31/07/2018	PGTO TELEFONE	5	223,00		223,00D	1.588,13D
30/08/2018	PGTO TELEFONE	5	225,00		225,00D	1.813,13D
30/09/2018	PGTO TELEFONE	5	298,98		298,98D	2.112,11D
31/10/2018	PGTO TELEFONE	5	258,78		258,78D	2.370,89D
30/11/2018	PGTO TELEFONE	5	321,23		321,23D	2.692,12D
31/12/2018	PGTO TELEFONE	5	225,00		225,00D	2.917,12D
Conta:	354 - 3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA				
	SALDO ANTERIOR					0,00
30/01/2018	PGTO LUZ	5	320,00		320,00D	320,00D
28/02/2018	PGTO LUZ	5	332,00		332,00D	652,00D
31/03/2018	PGTO LUZ	5	368,23		368,23D	1.020,23D
30/04/2018	PGTO AGUA	5	80,00		80,00D	1.100,23D
31/05/2018	PGTO LUZ	5	332,23		332,23D	1.432,46D
30/06/2018	PGTO LUZ	5	280,98		280,98D	1.713,44D
31/07/2018	PGTO LUZ	5	275,54		275,54D	1.988,98D
30/08/2018	PGTO LUZ	5	320,00		320,00D	2.308,98D
30/09/2018	PGTO LUZ	5	398,56		398,56D	2.707,54D
31/10/2018	PGTO LUZ	5	365,45		365,45D	3.072,99D
30/11/2018	PGTO LUZ	5	333,23		333,23D	3.406,22D
31/12/2018	PGTO LUZ	5	368,54		368,54D	3.774,76D
Conta:	355 - 3.2.2.04.002	ÁGUA E ESGOTO				
	SALDO ANTERIOR					0,00
30/01/2018	PGTO AGUA	5	80,00		80,00D	80,00D
28/02/2018	PGTO AGUA	5	81,20		81,20D	161,20D
31/03/2018	PGTO AGUA	5	82,41		82,41D	243,61D
31/05/2018	PGTO AGUA	5	86,52		86,52D	330,13D
30/06/2018	PGTO AGUA	5	84,98		84,98D	415,11D
31/07/2018	PGTO AGUA	5	88,88		88,88D	503,99D
30/08/2018	PGTO AGUA	5	88,77		88,77D	592,76D
30/09/2018	PGTO AGUA	5	84,56		84,56D	677,32D
31/10/2018	PGTO AGUA	5	80,40		80,40D	757,72D
30/11/2018	PGTO AGUA	5	82,24		82,24D	839,96D
31/12/2018	PGTO AGUA	5	87,89		87,89D	927,85D
Conta:	411 - 4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS				
	SALDO ANTERIOR					0,00
31/01/2018	REF APOIO CULTURAL	5		4.784,26	4.784,26C	4.784,26C
28/02/2018	REF APOIO CULTURAL	5		5.023,33	5.023,33C	9.807,59C
31/03/2018	REF APOIO CULTURAL	5		5.056,23	5.056,23C	14.863,82C
30/04/2018	REF APOIO CULTURAL	5		5.889,74	5.889,74C	20.753,56C
31/05/2018	REF APOIO CULTURAL	5		5.622,98	5.622,98C	26.376,54C
30/06/2018	REF APOIO CULTURAL	5		5.500,80	5.500,80C	31.877,34C
31/07/2018	REF APOIO CULTURAL	5		5.200,00	5.200,00C	37.077,34C
30/08/2018	REF APOIO CULTURAL	5		5.410,23	5.410,23C	42.487,57C
30/09/2018	REF APOIO CULTURAL	5		5.678,87	5.678,87C	48.166,44C
31/10/2018	REF APOIO CULTURAL	5		5.424,32	5.424,32C	53.590,76C

Empresa: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA
CNPJ: 02.409.280/0001-11
Período: 01/01/2018 - 31/12/2018
Insc. Junta Comercial: Data: 01/01/1900

Folha: 0005
Número livro: 0001
Emissão: 18/02/2019
Hora: 12:09:04

RAZÃO

Data	Histórico	Cta.C.Part.	Débito	Crédito	Saldo	Saldo-Exercício
Conta:	411 - 4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS				
30/11/2018	REF APOIO CULTURAL	5		5.500,00	5.500,00C	59.090,76C
31/12/2018	REF APOIO CULTURAL	5		4.856,98	4.856,98C	63.947,74C

TERMO DE TRANSFERÊNCIA

Contém este livro Razão, ordem nº 1, 7 folhas numeradas de 1 à 7, da empresa ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA, registrada sob nº , na Junta Comercial do estado de RS em 01/01/1900, CNPJ nº 02.409.280/0001-11, com sede a Rua TREZE DE JANEIRO, nº 1759, Bairro CENTRO, CEP 97610-000, na cidade de SAO FRANCISCO DE ASSIS / RS.

Em 00/00/0000,

SAO FRANCISCO DE ASSIS, 31 de Dezembro de 2018

TERMO DE ENCERRAMENTO

Livro Razão

Número: 1

Folha: 7

Contém este livro 7 folhas numeradas do No. 1 ao 7 emitidas através de processamento eletrônico de dados, que serviu de Livro Razão da empresa abaixo descrita.

Nome da Empresa: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA

Ramo: Atividades de rádio

Endereço: Rua TREZE DE JANEIRO, 1759

Complemento: CASA

Bairro: CENTRO

Município: SAO FRANCISCO DE ASSIS

Estado: RS

Inscrição no CNPJ: 02.409.280/0001-11

Inscrição Estadual.....:

Registro na junta.....:

Inscrição Municipal.....:

SAO FRANCISCO DE ASSIS, 31/12/2018


VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA
DIRETOR
CPF: 304.338.000-20


AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA
Reg. no CRC - RS sob o No. 6863409
CPF: 390.406.070-87



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA
CNPJ: 02.409.280/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:15:08 do dia 14/02/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/08/2019.

Código de controle da certidão: **6FE2.D8D5.C18F.DF8B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.409.280/0001-11

Certidão nº: 167824962/2019

Expedição: 15/02/2019, às 06:55:11

Validade: 13/08/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.409.280/0001-11**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 02409280/0001-11**Razão Social:** ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNT SENT PAMEPANA**Endereço:** RUA TREZE DE JANEIRO 1759 / CENTRO / SAO FRANCISCO DE ASSIS / RS / 97610-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/01/2019 a 26/02/2019**Certificação Número:** 2019012802332713601081

Informação obtida em 15/02/2019, às 06:53:24.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

GRADE DA PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA:

Nome: **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA FM**

Rua: João Bastis de Aguiar nº 1297, Bairro Assis, Brasil, São Francisco de Assis, RS, CEP. 97.610-000

DE SEGUNDA A SEXTA- FEIRA:

06.00 hs às 07.30 hs: Programa Amanhecer Sentinela	Apresentação: Vanderlei Medeiros
07.30 hs às 08.45 hs: Programa Sala de Notícias	Apresentação: Lauro Gonçalves e Valdevi Maciel
08.45 hs às 09.00 hs: Programa Religioso	Apresentação: Igreja Global
09.00 hs às 10.00 hs: Programa Sentinela Comunitária	Apresentação: Ederson Fagundes
10.00 hs às 11.00 hs: Programa Variedades	Apresentação: Rosenilda Salbego
11.00 hs às 12.00 hs: Programa A voz da Comunidade	Apresentação: Rober Garrot
12.00 hs às 13.00 hs: Programa Religioso	Apresentação: Igrejas Locais
13.00 hs às 14.00 hs: Programa Aviso Sentinela	Apresentação: Ederson Fagundes
14.00 hs às 15.00 hs: Programa das Bandas Musicais	Apresentação: Ederson Fagundes
15.00 hs às 17.00 hs: Programa Misto Quente	Apresentação: Robert Garrot
17.00 hs às 19.00 hs: Programa Brick Campeiro	Apresentação: Batista Riberiro
19.00 hs às 20.00 hs: Programa A Voz do Brasil	Apresentação: Governo Brasileiro
20.00 hs às 22.00 hs: Programa Ronda Gaucha	Apresentação: Rainieri dos santos
22.00 hs às 22.30 hs: Programa Religioso	Apresentação: Igrejas Locais
22.30 hs às 24.00 hs: Programa Fim de Noite	Apresentação: Vanderlei Medeiros

Conforme a Grade de programação da Radio Comunitária Sentinela Pampeana- FM, foi elaborado um parecer avaliativo da programação num nível de Regular / Bom/ ótimo, pelo Conselho Comunitário, onde a maioria absoluta decidiu optar por nível de aceitação ótimo, uma vez que a programação esta muito bem elaborada e a opinião do público também é favorável.

São Francisco de Assis, RS, 11 de Fevereiro de 2019.



AUGUSTO RAMIRO SOARES MARQUES

CENTRO COMUNITARIO DO BAIRRO GETULIO VARGAS



LUIZ PAULO DA SILVA LIMA

IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR



AIRTON PEREIRA DE SOUZA

IGREJA EVANGELICA PENTECOSTAL DA FÉ



AGOSTINHO ALVES SOARES

ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS



MILTON FERNANDES SOARES SALBEGO

IGREJA EVANGELICA DEUS É A SUA FÉ

ATA: 021 2018

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às 19 horas, na sede da Associação de Comunicações Comunitárias Guelincha - PRATIPICANA, na Rua João Bastos de Almeida nº 1297, em São Francisco de Assis, RS, por convocação de Assembleia Geral Ordinária, a diretoria e os sócios da Associação Reuniram-se com o objetivo de dar posse ao Conselho Comunitário da Associação, onde o presidente em exercício Cleonilson Roberto Feres Fabiani, fazendo uso da palavra, fez uma breve saudação a todos, em seguida deu início a votação para escolha do novo Conselho Comunitário, como não foi apresentada nova chapa, foi proposto então que fosse efetuada a recondução do Conselho Comunitário já existente, todos concordaram, então foi dado posse por aclamação ao Conselho Comunitário, que ficou assim constituído: Augusto Ramiro Soares - brasileiro, maior, casado, residente e domiciliado na Rua Silva Jardim nº 2332, Bairro São Mateus, em São Francisco de Assis, RS, inscrito no CPF. 340.350.950-87, RG-1011099688, SSP/RS, presidente da Associação Centro Comunitário Guelincha Vargas CNPJ-10.523.036/0001-03, Luiz Paulo da Silva Lima, brasileiro, maior, casado, ministro religioso, residente e domiciliado na Rua Mauricio Cardoso nº, em São Francisco de Assis, RS, inscrito no CPF-309.365.600-10, RG-1012545354 SSP/RS, presidente da Igreja do Evangelho Quadrado Guelincha de São Francisco de Assis, RS, CNPJ-62.955.505-1002-00, com sede na Rua Mauricio Cardoso nº, em São Francisco de Assis, RS, Airton Pereira de Souza, brasileiro, maior, casado, ministro religioso, residente e domiciliado na Rua Júlio Nemitz nº 613, Bairro João XXIII, em São Francisco de Assis, RS, inscrito



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
10.523.036/0001-03
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
19/11/2008

NOME EMPRESARIAL
CENTRO COMUNITARIO DO BAIRRO GETULIO VARGAS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
R SILVA JARDIM

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO

CEP
97.610-000

BAIRRO/DISTRITO
GETULIO VARGAS

MUNICÍPIO
SAO FRANCISCO DE ASSIS

UF
RS

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(55) 3252-1680

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
19/11/2008

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **15/02/2019** às **16:20:07** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

NASCIMENTO
24.11.55

INSCRIÇÃO NO CPF
340.350.950 87

CONTRIBUINTE

AUGUSTO RAMIRO SOARES MARQUES

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENACAO DE SISTEMAS DE INFORMACOES ECONOMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1041099688 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/07/1984

NOME AUGUSTO RAMIRO SOARES MARQUES

FILIAÇÃO OTUDRINO DOS SANTOS MARQUES
NOEMI SOARES MARQUES

NATURALIDADE S F 00113 F DATA DE NASCIMENTO 24/10/1955

DOC. ORIGEM L CAS 186 LV B3 FLS 76 S F A8

BIS RS

PORTO ALEGRE

ASSINATURA DO TITULAR

0639

10/08/83

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SSP - POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

AUGUSTO RAMIRO SOARES MARQUES

CARTEIRA DE IDENTIDADE

COMPANHIA DE ABASTECIMENTO NO URSO

AES Sul

Conta de Energia Elétrica



AUGUSTO RAMIRO MARQUE
R. SILVA JARDIM Nº 2337
SÃO FRANCISCO DE ASSIS
B.SAO MATEUS*CENTRO* CEP-97610000
5103-03-0001-01776155L

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.
Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS
CNPJ: 02.016.440/0001-62
Inscrição Estadual: 096/2636525
NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 958.555
Reservado ao Fisco
253E.BACA.16FG.D812.2FF1.94C6.D598.771D

70562

CODIGO DO CLIENTE

1515548-0

VENCIMENTO

28/05/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)

42,17

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

AUGUSTO RAMIRO MARQUE
R. SILVA JARDIM Nº 2337
SÃO FRANCISCO DE ASSIS
CNPJ / CPF: 000.000.000-00
Classe: Residencial
Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts
Inscrição Estadual:
Tarifa: BT Resid. Normal
Tensão Nominal: 220 Volts

DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
05/2013	18/05/2013	21/05/2013
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
18/04/2013	17/05/2013	18/06/2013
FATOR MULTIPLICADOR: 1,0	FATOR POTÊNCIA:	
MEDIDOR 01776155L	ANTERIOR 28184	ATUAL 28303
		CONSUMO 119 kWh

CANAL DE RELACIONAMENTO AES Sul
Internet Central do Relacionamento Deficientes Auditivos
www.aessul.com.br 0800 707 7272 0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

REAVISO DE VENCIMENTO - AVISO DE CORRE

Caro Cliente,

Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SPC/SERASA, pagando o(s) débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
29/04/2013	44,59		

Se o pagamento do débito acima já foi efetuado, desconsidere este reaviso. Conforme o art. 6º, § 3º, II da Lei Federal Nº 8.987/95 e o art. 172 da Resolução nº 414/10 da ANEEL, o inadimplemento do cliente poderá levar a suspensão do fornecimento da energia transcorridos 15 dias da data de apresentação deste aviso. O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora e multa. Ocorrendo a suspensão do fornecimento de energia, será cobrado, no mínimo, o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Não ocorrendo a solicitação de religação pelo cliente, o contrato será rescindido decorridos dois ciclos completos de faturamento.

MÊS/ANO		kWh	HISTÓRICO DE CONSUMO		MÊS/ANO	kWh
MAIO/2013		119	DEZEMBRO/2012		JULHO/2012	88
ABRIL/2013		121	NOVEMBRO/2012		JUNHO/2012	107
MARÇO/2013		116	OUTUBRO/2012		MAIO/2012	113
FEVEREIRO/2013		137	SETEMBRO/2012			
JANEIRO/2013		132	AGOSTO/2012			

INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO São Francisco		EUSD(R\$): 16,87	
MÊS DE APURAÇÃO: MARÇO / 2013		MÊS	REALIZADO
INDICADOR		TRIM.	ANO
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	8,85	17,70	35,40
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,92	7,85	15,70
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	4,82		
DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico			
Realizado DICRI (diário): 00=0,00			Meta: 12,22

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
16,40	10,84	1,72	2,25	2,70	33,91

MENSAGENS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	119	0,285004	33,91
Total dos conceitos de energia			33,91
Juros de Mora	1		0,37
Multa Atraso de Pagamento	1		0,80
Atualização Monetária	1		0,08
ICMS			11,30
Bônus TAIPU-Art.21 Lei nº10.438/2002	1		-7,81
Contribuição Hosp. Sto Antônio - São Fra			2,00
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			1,52
TOTAL			42,17

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)

ICMS	2,70
Base de Cálculo	45,21
Alíquota 25 %	11,30

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº296/10, informamos que as Demonstrações Contábeis Societária e Regulatória da AES Sul não se dispõem n



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 62.955.505/1002-00 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 20/04/1983
NOME EMPRESARIAL IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CRUZADA NACIONAL DE EVANGELIZACAO		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 322-0 - Organização Religiosa		
LOGRADOURO R MAURICIO CARDOSO	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP 97.610-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO FRANCISCO DE ASSIS
		UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/10/2004
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **15/02/2019** às **16:21:38** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Atualize sua página

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICANÚMERO DE INSCRIÇÃO
88.145.966/0001-68
MATRIZ**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO**
CADASTRALDATA DE ABERTURA
12/11/1986NOME EMPRESARIAL
IGREJA EVANGELICA PENTECOSTAL DA FETÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
*****PORTE
DEMAISCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficasCÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informadaCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
322-0 - Organização ReligiosaLOGRADOURO
R PROLONGAMENTO DA GARIBALDINÚMERO
2274

COMPLEMENTO

CEP
97.610-000BAIRRO/DISTRITO
JOAO XXIIIMUNICÍPIO
SAO FRANCISCO DE ASSISUF
RS

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
28/07/1998


MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL
*****DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **15/02/2019** às **16:18:03** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DAS FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO INSTITUTO GERAL DE IDENTIFICAÇÃO DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO		REGISTRO GERAL 1055543209 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/01/2009	
 Polegar Direito		AIRTON PEREIRA DE SOUZA	
		PRIMEIRO NOME: JOÃO LENCINA DE SOUZA SOLTEIRO	
ASSINATURA DO TITULAR		NATURALIDADE: SAO FRANCISCO DE ASSIS RS DATA DE NASCIMENTO: 13/07/1970	
		DIREÇÃO: ORIGEM: C CAS 7067 SAO FCO ASSIS RS SERIE: LV B18 FL 12 553.920.590-15	
		PORTO ALEGRE, RS 2 VIA	
CARTEIRA DE IDENTIDADE		ASSINATURA DO DIRETOR LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 152381 / 152381	

MINISTÉRIO DA FAZENDA	
 Receita Federal Cadastro de Pessoas Físicas	
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO	
Número 553.920.590-15	
Nome AIRTON PEREIRA DE SOUZA	
Nascimento 13/07/1970	
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO	



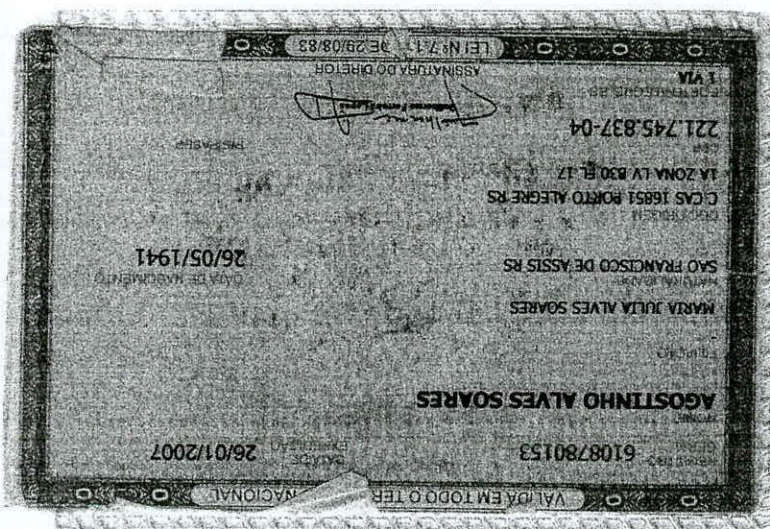
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.650.979/0001-22 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/09/2010
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE APOSENTADOS PENCIONISTAS E IDOSOS DE SAO FRANCISCO DE ASSIS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO *****	NÚMERO *****	COMPLEMENTO *****
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****
UF **		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (55) 3252-2828
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL INAPTA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/09/2018
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL OMISSAO DE DECLARACOES		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **15/02/2019** às **14:38:47** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





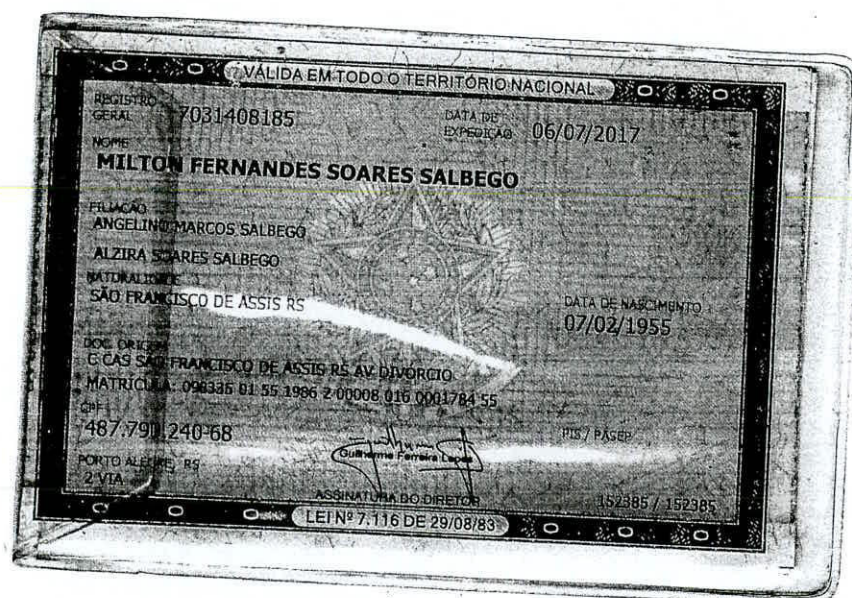
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.334.358/0001-65 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/09/2011
NOME EMPRESARIAL IGREJA EVANGELICA DEUS E A SUA FE		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TEMPLO DEUS PROVERA		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 322-0 - Organização Religiosa		
LOGRADOURO R RIVAS PEREIRA	NÚMERO 188	COMPLEMENTO
CEP 97.610-000	BAIRRO/DISTRITO MANDARINO	MUNICÍPIO SAO FRANCISCO DE ASSIS
UF RS		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (55) 9121-3250
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/09/2011
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **15/02/2019** às **16:39:38** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 715/2019/SEI-MCTIC

Ao(A) Senhor(a)

Representante Legal da Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana (CNPJ nº 02.409.280/0001-11)
Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297
CEP: 97610-000 / São Francisco de Assis – RS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.042889/2013-91.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 376/2019/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.
6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/01/2019, às 11:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3754185** e o código CRC **47F63299**.

Ao Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações
e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral da Radiodifusão Comunitária
CGR
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307
Anexo Oeste CEP: 70.044-900
Brasília-DF.



ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
SENTINELA PAMPEANA
RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR, Nº 1297
CEP: 97.640-000
SÃO FRANCISCO DE ASSIS / RS



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DO GABINETE DO MINISTRO - GM

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):				
AECI	CGRL	CONJUR	SERAD	OUVID
AGME	CORREG	DAD	SEMPI	
ASPAR	CGPC	DGI	SETEL	
CGCS	COCCT	DEAIC	SEPLA	
CGMO	CONCEA	SUV	SEFAE	
CGGP	CTNBio	SEXEC	SETAP	

DEMANDA:		
Acompanhar	Examinar e adotar providências de praxe	Tomar ciência e devolver ao GM
Emitir manifestação	Responder ao requerente/interessado e arquivar	
Emitir Nota Técnica	Responder ao requerente/interessado c/c para o GM	
Emitir Parecer	Tomar ciência e arquivar	

OBSERVAÇÃO:
(ProtGab Nº 688/2019)



Documento assinado eletronicamente por **Mahendra de Sena Formiga, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 20/02/2019, às 15:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3867889** e o código CRC **9B3EA03F**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Apoio Técnico da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 01250.008353/2019-97

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 20/02/2019, às 17:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3869297** e o código CRC **8EA73DD3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.008353/2019-97

SEI nº 3869297

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 01250.008353/2019-97

Referência: Requerimento (3867551)

**Interessado: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA
PAMPEANA - RS**

Assunto: Renovação de outorgas

De ordem do Sr. Diretor, encaminhe-se o processo em referência à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para exame e providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edjane Silva de Lima Moraes, Agente Administrativo**, em 21/02/2019, às 11:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3869938** e o código CRC **B58E7186**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.008353/2019-97

SEI nº 3869938

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.409.280/0001-11 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 05/02/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R TREZE DE JANEIRO	NÚMERO 1759	COMPLEMENTO CASA	
CEP 97.610-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO FRANCISCO DE ASSIS	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/05/2019** às **09:43:55** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA

CNPJ: 02.409.280/0001-11

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:47:03 do dia 16/05/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 15/06/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 02409280/0001-11
Razão Social: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNT SENT PAMEPANA
Endereço: RUA TREZE DE JANEIRO 1759 / CENTRO / SAO FRANCISCO DE ASSIS / RS / 97610-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/05/2019 a 01/06/2019

Certificação Número: 2019050303474443464436

Informação obtida em 16/05/2019, às 09:47:48.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA
CNPJ: 02.409.280/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:48:33 do dia 16/05/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/11/2019.

Código de controle da certidão: **EFEA.1FE2.1AB7.CABD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.409.280/0001-11

Certidão nº: 172526893/2019

Expedição: 16/05/2019, às 09:49:39

Validade: 11/11/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.409.280/0001-11**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Menu Principal](#)BOM DIA
Tereza Kioko Taira OkubaruSistemas
InterativosSRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> **Geral** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: RS
Município: São Francisco de Assis
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: São Francisco de Assis
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA TREZE DE JANEIRO, 1759 - ASSIS BRASIL
Telefone: (00) 0000000000
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.409.280/0001-11
Bairro: ASSIS BRASIL
Número: .
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: **Razão Social:** ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA**Tipo de Usuário:** Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 97610000
Logradouro: RUA TREZE DE JANEIRO, 1759 - ASSIS BRASIL
Número: .
Complemento:
Bairro: ASSIS BRASIL
Estado: RS
Município: São Francisco de Assis
Distrito: São Francisco de Assis
SubDistrito:
Telefone: 00 0000000000
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 97610000
Logradouro: RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR
Número: 1297
Complemento:
Bairro: ASSIS BRASIL
Estado: RS
Município: São Francisco de Assis
Distrito:
SubDistrito:
Telefone: **Fax:** **E-mail:**

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:
Data Limite Instalação:
Número do Processo:
Fistel: 50011934271
Caixa:
Sequência:

☒ Documentos Emitidos

☐ Característica da Estação Instalada

>> Endereços

☐ Estação Transmissora

Endereço

País: Brasil
Cep: 97610000
Número: 1297
Município: São Francisco de Assis
Logradouro: RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR
Complemento:
Bairro: ASSIS BRASIL
UF: RS
Distrito:
SubDistrito:

Coordenadas Geográficas do Município

Município:
Latitude:
Longitude:
Raio:

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude:
Longitude:

Distância ao
Centro do Km
Município:

Azimuth: (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)

Informações da Estação

Cota Base Torre: m

Raio da Área de
Serviço: km

☐ Estúdio Principal

» Estação Principal

☐ Antena Principal

☐ Transmissor Principal

☐ Linha Transmissão

» Potência Efetiva Irradiada

☐ Potência Irradiada

» Número do Processo e Observações Gerais

☐ Num. Processo/Observações

☐ Dados do Licenciamento

 Tela Inicial

 Imprimir

53000.042889/2013-91

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA (CNPJ: 02.409.280/0001-11)

SÃO FRANCISCO DE ASSIS/RS

1) Requerimento: Pág. 2 do Evento SEI 0123161 - postagem: pág. 4

Data apresentação: 08/07/2013

Endereço de correspondência:

Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297

97610-000 / São Francisco de Assis – RS

Dados da Outorga

Processo Outorga: 53790.001010/1998







Portaria Autorização: 73 - DOU 06/02/2002

Decreto Legislativo: 395 - DOU 31/07/2003

2) Ata de Eleição da Diretoria: Ata de 31/01/2018 - Páginas 16 e 17 do Evento SEI 3867551 - protocolo 01250.008353/2019-97

Tempo do mandato: 4 anos - Período: 31/01/2018 a 31/01/2022

Localização do registro: Págs. 15 e 18

Cargo	Nome do Diretor	Nasc.	CPF	RG	Filiação	Título Eleitoral	Documentos
Presidente	 EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES	17/11/1977	918.835.040-15	2069392881 - SJTC/RS	Carmem Suzana Funck Fagundes	066218410418	Pág. 8 do Evento SEI 3867551 - 01250.008353/2019-97
Vice-Presidente	 ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA	08/12/1979	008.931.320-80	1081980235 - SJS/RS	Antonio Santos da Fontoura e Antonieta Salbego da Fontoura	070837360485	Pág. 9 do Evento SEI 3867551 - 01250.008353/2019-97
Primeira Secretária	 JENIFER MAIER MANENTE	06/12/1982	002.444.750-16	8102938118 - SJS/RS	Joel Rene Noronha Manente e Jocelaine Terezinha Paim Maier	Consulta s/ result.	Pág. 10 do Evento SEI 3867551 - 01250.008353/2019-97
Segundo Secretário	 ROBER DINIS GARROT BISCAINO	05/11/1988	014.331.590-07	5082622258 - SSP/RS	Ercindo Dinis Pires Biscaino e Dione Mari Gonçalves Garrot	085955140400	Pág. 11 do Evento SEI 3867551 - 01250.008353/2019-97
Primeiro Tesoureiro	 AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA	25/11/1962	390.406.070-87	2032306983 - SSP/RS	Orvandil Meira Pereira e Maria Manoela Cortes Pereira	037458580426	Pág. 12 do Evento SEI 3867551 - 01250.008353/2019-97
Segundo Tesoureiro	 VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA	18/04/1956	304.338.000-20	6003623813 - SSP/RS	Enio Flores da Silva e Lucinda Medeiros da Silva	009673230477	Pág. 13 do Evento SEI 3867551 - 01250.008353/2019-97

3) Estatuto Social: Págs. 3 a 14 do Evento SEI 0276129 - protocolo 53900.033752/2014-83

3.1) Comprovante do registro do Estatuto no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas:	Pág. 14
3.2) Indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:	Art. 2º
3.3) Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	Arts. 5º e 8º, "b"
3.4) Garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	Art. 8º, "a"
3.5) Garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votados para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	Art. 8º, "a"
3.6) Especificação do órgão administrativo da entidade:	Art. 12
3.7) Especificação do Conselho Comunitário:	Art. 14
3.8) Cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições:	Arts. 12 e 13
3.9) Tempo de mandato dos membros da diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual é vedada a permanência dos mesmos dirigentes mesmo que em cargos diversos:	Art. 12

3.10) Texto estatutário deve conter, em conformidade com o art. 54 do Código Civil: I - a denominação, os fins e a sede da associação; II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; III - os direitos e deveres dos associados; IV - as fontes de recursos para sua manutenção; V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução; e VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	I (Arts. 1º e 2º); II (Arts. 5º e 9º); III (Art. 8º); IV (Art. 17); V (Art. 11); VI (Arts. 11, §4º e 18); VII (Art. 13, "e" e "f")
3.11) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto (art. 57 do Código Civil) (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	Art. 9º
3.12) Competências privativas da Assembleia Geral, a saber: (Art. 59 do CC) I - destituição dos administradores; II - alteração do estatuto; III - o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos e os critérios de eleição dos administradores. (Art. 60 do CC) A garantia do direito de convocação dos órgãos deliberativos a 1/5 (um quinto) dos associados. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	Art. 11
3.13) Observância aos arts. 66 e 67 do Código Civil, quanto à alteração do estatuto: I - deliberação por 2/3 dos componentes para gerir e representar a fundação; II - a alteração não deve contrariar ou desvirtuar o fim da fundação; III - a alteração deve ser aprovada pelo órgão do Ministério Público do Estado onde a fundação estiver situada (APENAS PARA FUNDAÇÕES):	[não se aplica]
3.14) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio (arts. 61 e 69 do Código Civil - ASSOCIAÇÕES e FUNDAÇÕES, respectivamente):	Art. 19
3.15) O estatuto social não poderá conter cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realiza ou realizará proselitismo e deverá observar as finalidades e princípios dispostos, respectivamente, nos arts. 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998:	ok

4) Requerimento e respectivas declarações (Anexo 5) assinados por todos os dirigentes: Págs. 1 a 3 do Evento SEI 3867551 - protocolo 01250.008353/2019-97

🕒 Pendência: **# Solicitar esclarecimentos quanto ao endereço de sede, haja vista diferença entre o requerimento e o SRD; solicitar também correção quanto ao padrão das coordenadas do sistema irradiante e o preenchimento correto do número de Título de Eleitor da Primeira Secretária. #**

5) Prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição do CPF de todos os dirigentes: Págs. 8 a 13 do Evento SEI 3867551 - 01250.008353/2019-97

6) Último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116: Págs. 57 e 58 do Evento SEI 3867551 - 01250.008353/2019-97 (CNPJ das entidades: págs. 61, 64, 66, 68, e 70)

7) Declaração de conformidade das instalações e equipamentos: Pág. 40 do Evento SEI 0123161

8) Comprovante de Inscrição no CNPJ: Evento SEI 4202380

9) Certidão Negativa de Débitos da Anatel (SIGEC): Evento SEI 4202388

10) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: Evento SEI 4202395

11) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: Evento SEI 4202404

12) Certidão negativa de débitos perante à Justiça do Trabalho: Evento SEI 4202412

13) Verificações sobre a manutenção ou o estabelecimento de vínculos: Inconclusivo

🕒 Pendência: **# Não foi possível verificar as informações completas da Primeira Secretária #**

14) Conclusão da Análise:

A documentação solicitada pela NOTA TÉCNICA Nº 376/2019/SEI-MCTIC foi apresentada pela entidade.

No entanto, é necessário solicitar esclarecimentos e complementações quanto ao requerimento apresentado, uma vez que há divergência do endereço de sede quando comparado ao sistema SRD.

Necessário que se complemente no requerimento o número do Título de Eleitor da Primeira Secretária e que se corrijam as coordenadas geográficas para que estejam conforme solicita o §1º do Art. 22 da Portaria.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 7245/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.042889/2013-91.**

Assunto: **COMPLEMENTAÇÃO DE EXIGÊNCIAS.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Francisco de Assis**, estado do **Rio Grande do Sul**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 376/2019/SEI-MCTIC.

ANÁLISE

2. Uma vez apresentado o Requerimento de Renovação, em atenção ao art. 130, §1º, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, foi observada a necessidade de complementação de informações e de esclarecimento sobre divergência de endereços, conforme detalhado a seguir:

2.1. O endereço da Sede constante no Requerimento encaminhado (**RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR Nº 1297, BAIRRO ASSIS BRASIL - CEP: 97610-000**) diverge do endereço observado no sistema SRD da Anatel (**RUA TREZE DE JANEIRO, 1759 - ASSIS BRASIL - CEP: 97610-000**) e também dos dados do CNPJ, da Receita Federal (**R TREZE DE JANEIRO, 1759 - COMPLEMENTO CASA - CENTRO - CEP: 97610-000**).

2.2. As coordenadas do sistema irradiante informadas não estão dentro do padrão estabelecido pelo art. 22, §1º da Portaria:

*"[...] § 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o art. 23, estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GGº MM' SS", **com apenas dois dígitos inteiros**, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59." (g.n.)*

2.3. Não foi preenchido o número do Título de Eleitor da Diretora **JENIFER MAIER MANENTE (Primeira Secretária)**. Em consulta ao sítio da Justiça Eleitoral não foi possível obter a informação.

3 . **A Entidade deverá, portanto, apresentar novo Requerimento de Renovação (modelo em anexo), assinado por todos os dirigentes e contendo todos os campos preenchidos de forma correta.**

4. Quanto ao endereço da Sede, caso tenham sido efetuadas alterações, a Entidade deve se atentar para os arts. 125 e 126 da Portaria, segundo os quais:

"Art. 125. Caso a entidade deseje alterar qualquer característica constante da Licença para Funcionamento da Estação, deverá encaminhar pedido de alteração de caráter técnico, acompanhado do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), juntamente com a documentação constante do respectivo formulário.

§ 1º O sistema irradiante poderá ter sua localização alterada para qualquer local dentro da área da comunidade atendida, desde que previamente autorizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e observada a distância mínima de quatro quilômetros a partir do sistema irradiante de outra entidade autorizada ou participante de edital em andamento.

§ 2º Deferida a mudança, nos termos do § 1º, será publicada Portaria de Alteração de Características Técnicas, tendo a entidade um prazo de sessenta dias, contado da publicação da Portaria, para concretizar a modificação do local do sistema irradiante e adequar o quadro diretivo e a sede para a nova área da comunidade atendida, sob pena das sanções previstas na legislação.

[...]

Art. 126. Com exceção dos pedidos de alteração de local do sistema irradiante, as demais alterações de caráter técnico não dependem de prévia anuência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

*Parágrafo único. As alterações de que trata o **caput** devem ser comunicadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no prazo máximo de trinta dias, contado da realização do ato, acompanhadas do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6) e da respectiva documentação necessária."*

5. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

6. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

7. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação

de outorga será indeferido.

8. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

9. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 22/05/2019, às 15:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária substituto**, em 23/05/2019, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4205425** e o código CRC **12AEF17D**.

Minutas e Anexos

(3752512) - Modelo de Requerimento de Renovação - Anexo 5 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

Referência: Processo nº 53000.042889/2013-91

SEI nº 4205425



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária
Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 17001/2019/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 22 de maio de 2019.

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação de Comunicação Comunitária Sentinela
Pampeana (CNPJ nº 02.409.280/0001-11)
Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297
CEP: 97610-000 / São Francisco de Assis - RS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.042889/2013-91.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 7245/2019/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html

6. Esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos

poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar. CEP: 70044-900 / Brasília-DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária substituto**, em 23/05/2019, às 10:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4222045** e o código CRC **E5DAA6FA**.

Referência: Processo nº 53000.042889/2013-91

SEI nº 4222045

**AR**AVISO DE
RECEBIMENTO

UNIDADE DE POSTAGEM:

MP ☐**REMETENTE:** Nome ou Razão Social do Remetente: **Serviço Público Federal****Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações - MCTIC**Endereço para Devolução: **Secretaria de Radiodifusão****Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Fiscalização - DECEF****Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste**Cidade: **Brasília**UF: **DF**CEP: **7 0 0 4 4 - 9 0 0****DESTINATÁRIO:** Nome ou Razão Social do Destinatário do Objeto:**SERAD/CGRC**

Ofício nº 17001/2019/2019/SEI-MCTIC, 23/05/2019

Processo: 53000.042889/2013-91

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA**SENTINELA PAMPEANA**

Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297

CEP: 91740-320

São Francisco de Assis / RS

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ : ____h

2ª ____/____/____ : ____h

3ª ____/____/____ : ____h

JU 25645842 4 BR

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

☐ 1 Mudou-se☐ 5 Recusado☐ 2 Endereço Insuficiente☐ 6 Não Procurado☐ 3 Não Existe o Número☐ 7 Ausente☐ 4 Desconhecido☐ 8 Falecido☐ 9 Outros _____CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

05 JUN 2019

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Ricardo do Carmo Gomes
Mat. 831.771-4

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

ROBERTO GARNOT

DATA DE ENTREGA

05/06/19

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

01250.032971/2019-58

ANEXO 5
REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA FM				
Nome Fantasia:		CNPJ:	02.409.280/0001-11		
Endereço de Sede:	RUA TREZE DE JANEIRO 1759 CENTRO				
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UF:	RS	CEP:	97.610-000
Nome do representante legal:	EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES				
Endereço eletrônico (e-mail):	r.sentinelapampeanafm@bol.com.br				

Endereço de Correspondência:	RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR Nº 1297, BAIRRO ASSIS BRASIL,				
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UF:	RS	CEP:	97.610-000

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR Nº 1297, BAIRRO ASSIS BRASIL				
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UF:	RS	CEP:	97.610-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	29 ° (N/S) 33 ' 33.46"S			
	Longitude:	55 ° W 07 ' 28.78"O			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, a administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;
- X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

MC/PROTOCOLO

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 04/04/19 às 14:00 horas

Assinatura: Altair Silva

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES		
Cargo:	PRESIDENTE	Tit. Eleitor:	066218410418
RG:	2069392881	Órgão Emissor:	SJTC/RS CPF: 918.835.040-15
Endereço:	RUA BARROS CASSAL Nº 1033- BAIRRO MANDARINO		
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UF:	RS CEP: 97.610-000
Assinatura:	<i>[Assinatura: Ederson Fagundes]</i>		

Nome do dirigente:	ROSENILDA SALBEGHO DA FONTOURA		
Cargo:	VICE PRESIDENTE	Tit. Eleitor:	070837360485
RG:	1081980235	Órgão Emissor:	SJS/RS CPF: 008.931.320-80
Endereço:	RUA BORGES DE MEDEIROS Nº 1830, BAIRRO ASSIS BRASIL		
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UF:	RS CEP: 97.610-000
Assinatura:	<i>[Assinatura: Rosenilda Salbego da Fontoura]</i>		

Nome do dirigente:	JENIFER MAIER MANENTE		
Cargo:	SECRETARIA	Tit. Eleitor:	097720750450
RG:	8102938118	Órgão Emissor:	SJS/RS CPF: 024.814.980-72
Endereço:	RUA DEZ DE NOVEMBRO Nº 1177, BAIRRO MANDARINO		
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UF:	RS CEP: 97.610-000
Assinatura:	<i>[Assinatura: Jenifer Maier Manente]</i>		

Nome do dirigente:	ROBER DINIS GARROT BISCAINO		
Cargo:	SEGUNDO SECRETARIO	Tit. Eleitor:	085955040400
RG:	5082622258	Órgão emissor	SSP/RS CPF: 014.331.590-07
Endereço:	Rua PINHEIRO MACHADO Nº 2131		
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UF:	RS CEP: 97.610-000
Assinatura:	<i>[Assinatura: Rober Dinis Garrot Biscaino]</i>		

Nome do dirigente:	AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA		
Cargo:	TESOUREIRO	Tit. Eleitor:	037458580426
RG:	2032306983	Órgão Emissor:	SSP/RS CPF: 390.406.070-87
Endereço:	Rua CLAUDIO LEOPOLDINO LEITÃO CIDADE Nº 138		
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UF:	RS CEP: 97.610-000
Assinatura:	<i>[Assinatura: Amarello Jesus Cortes Pereira]</i>		

Nome do dirigente:	VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA		
Cargo:	SEGUNDO TESOUREIRO	Tit. Eleitor:	009673230477
RG:	60036238113	Órgão Emissor:	SSP/RS CPF: 304.338.000-20
Endereço:	RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR Nº 1297		
Município:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UF:	RS CEP: 97.610-000
Assinatura:	<i>[Assinatura: Vanderlei Medeiros da Silva]</i>		

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	CPF:

Endereço:				
Município:		UF:		CEP:
Assinatura:				

Nome do dirigente:				
Cargo:		Tit. Eleitor:		
RG:		Órgão Emissor:		CPF:
Endereço:				
Município:		UF:		CEP:
Assinatura:				

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
02.409.280/0001-11
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
05/02/1998

NOME EMPRESARIAL

ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO

R TREZE DE JANEIRO

NÚMERO
1759

COMPLEMENTO
CASA

CEP

97.610-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO

SAO FRANCISCO DE ASSIS

UF
RS

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/06/2019** às **11:10:36** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS
COMARCA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

CERTIDÃO

CERTIFICO, usando a faculdade que me confere a Lei que revendo neste Ofício o Lº A-1, Registro de Sociedade Civil, às fls. 100v, sob nº 144, datado de 09/fevereiro/1998, deles verifiquei constar o seguinte Registro: Registro do Extrato do Estatuto da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PANPEANA**: Aos nove dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e oito (09/02/1998), nesta Cidade e Comarca de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul, em cartório, pelo Sr. Vanderlei Medeiros da Silva, na qualidade de presidente da Entidade denominada " ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PANPEANA" o que ora é feito declarando-se o seguinte: " EXTRATO DOS ESTATUTOS SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTILENA PANPEANA ", a associação de Comunicação Comunitária Sentinela Panpeana tem por objetivo: A) Organizar e congregar grupos comunitários. B) Reunir cidadãos interessados na divulgação da cultura regional, artística do Município e do País. C) Auxiliar a Defesa Civil e as autoridades constituídas. D) Discutir e debater os problemas comunitários e em conjunto com as autoridades constituídas encontrar uma solução viável. E) Encaminhar através de convênios com empresas, desempregados para preenchimento de vagas, no Município ou Região. São Francisco de Assis – RS, 05 de Fevereiro de 1998. (ass) Vanderlei Medeiros da Silva – Presidente; Carimbos de Reconhecimento de Firma por autenticidade datado de 05.02.1998. – Ficam arquivados neste Cartório os seguintes documentos: Requerimento solicitando o registro da Associação assinado pelo Presidente e com firma reconhecida, Extrato do Estatuto Social, Cópia autenticada da ata, Estatuto Social e Relação dos sócios fundadores. Nada mais havendo a registrar, lavrei o presente registro dou fé e assino. São Francisco de Assis – RS 09 de Fevereiro de 1998. AV.1- Foi alterado o estatuto Social da Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana aos 03 de Fevereiro de 1999. Ver registro nº 155, fls. 06 ao Lº A-2.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ
São Francisco de Assis-RS, 02.09.2011.

Luís Eduardo Kerber de Freitas
Luís Eduardo Kerber de Freitas
Registrador Substituto

Selo Digital nº
0586.01.0800035.00350

Serviço Registral
Luís Eduardo Kerber de Freitas
Registrador Substituto
São Francisco de Assis - RS

COORDENADAS

29°33'36.46"S
55°07'28.78"O

Legenda



Mapa sem título

Escreva uma descrição para seu mapa.

Legenda

- Elemento 1
- Elemento 2
- Elemento 3
- Elemento 4
- Elemento 5
- How Big is this?
- Polígono sem título
- R. 13 de Janeiro, 1759 - Centro
- WV

R. Amarello Rangel Cáceres

R. 13 de Janeiro, 1759 - Centro

RS-201

Rue Borges de Medeiros

Google Earth

© 2018 Google
Imagem © 2019 CNES / Airbus

Requerimento Renovação de Outorga (4833239)

SEI 012-9072971/2019-58 Pág. 7

100 m



RUA BATISTAS CASSAL Nº 2033
MAMBARINO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: **EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES**

Nº de inscrição: **918835000-153**

Data de emissão: **17/11/1977**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DA CIDADANIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Ederson Fagundes
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: **ÉDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES**

DATA DE NASCIMENTO: **17/11/1977**

Nº de inscrição: **0662 1841 0418**

ZONA: **079**

SEÇÃO: **0014**

DATA DE EMISSÃO: **16/11/2017**

MUNICÍPIO / UF: **SÃO FRANCISCO DE ASSIS/RS**

JUIZ ELEITORAL: *Ederson Fagundes*

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **2062392881**

DATA DE EXPEDIÇÃO: **16/05/1995**

NOME: **EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES**

FILIAÇÃO: **CARMEM SUZANA FUNCK FAGUNDES**

NATURALIDADE: **SÃO FRANCISCO DE ASSIS RS**

DATA DE NASCIMENTO: **17/11/1977**

DOC ORIGEM: **C NASC 3931 SÃO FCO ASSIS RS**

LV: **A10 FL 118**

CPF: *******/****

PORTO ALEGRE RS: **152381**

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

- 796998770

2CB6C5

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

Corregedoria-Geral
Eleitoral +

Título e local de votação - consulta por nome

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 066218410418

Eleitor: ÉDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES

DOMICÍLIO ELEITORAL

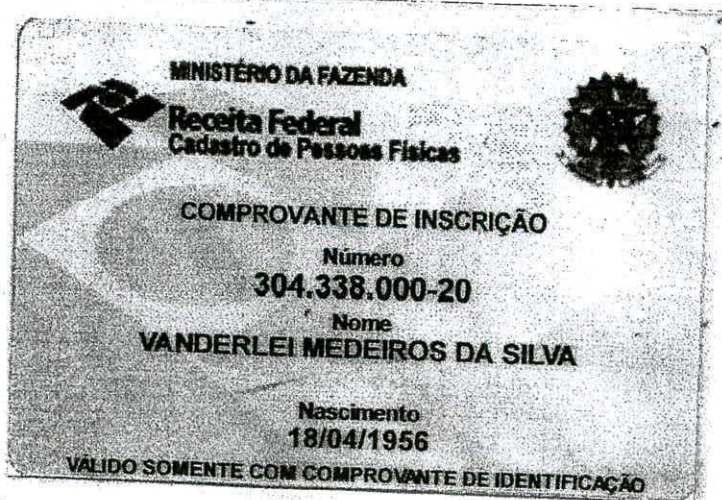
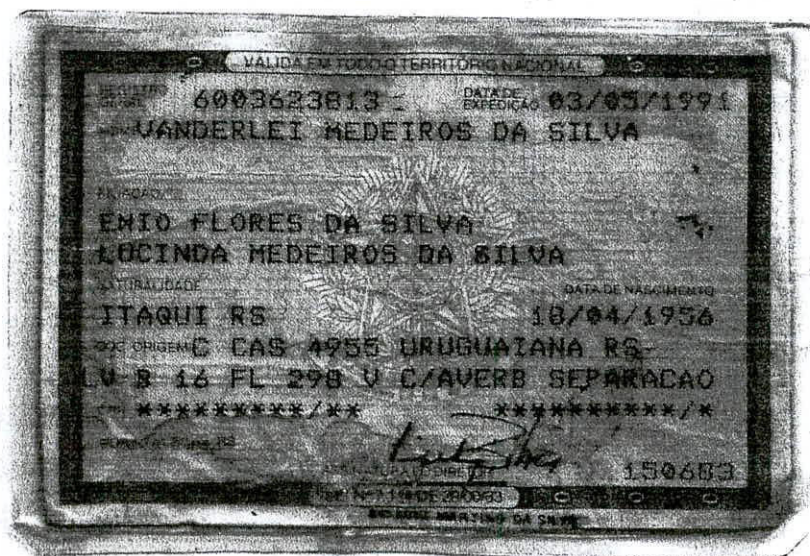
Zona: 079 Seção: 0014

Local: CORSAN

Endereço: RUA SILVA JARDIM , 1685 - CENTRO

Município: SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

Nova consulta



Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

Corregedoria-Geral
Eleitoral +

Título e local de votação - consulta por nome

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 009673230477

Eleitor: VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Zona: 079 Seção: 0074

Local: INSPETORIA VETERINÁRIA

Endereço: RUA 13 DE JANEIRO N. 1375 - CENTRO

Município: SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

Nova consulta

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL **IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA**

NOME DO ELEITOR
VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO **18/04/1956** Nº INSCRIÇÃO **0096 7323 0477** ZONA **079** SEÇÃO **0074**

MUNICÍPIO / UF **SÃO FRANCISCO DE ASSIS/RS** DATA DE EMISSÃO **28/07/2017**

JUIZ ELEITORAL

VALIDA SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **6003623813** DATA DE EXPEDIÇÃO **03/05/1991**

NOME **VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA**

FILIAÇÃO
ENIO FLORES DA SILVA
LUCINDA MEDEIROS DA SILVA

NATURALIDADE **ITAQUI RS** DATA DE NASCIMENTO **18/04/1956**

DOC ORIGEM **CAS 4955 URUGUAIANA RS**

LV B 16 FL 298 V C/AVERB SEPARACAO

CPF *******/****

PONTO ELETRÔNICO RS

ASSINATURA DO DIRETOR **150683**

LE Nº 711 DE 29/08/83

ENIO MARTINS DA SILVA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
ARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
6003623813 SSP/PC RS

CPF **304.338.000-20** DATA NASCIMENTO **18/04/1956**

FILIAÇÃO
ENIO FLORES DA SILVA
LUCINDA MEDEIROS DA SILVA

PERMISSÃO **AD** CAT. HAB. **AD**

Nº REGISTRO **00260440674** VALIDADE **30/04/2024** 1ª HABILITAÇÃO **21/05/1975**

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL **SÃO FRANCISCO DE ASSIS, RS** DATA EMISSÃO **02/05/2019**

ENIO BACCI
Diretor-Geral
ASSINATURA DO EMISSOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1859330642

VALIDO PLASTIFICAR
1330642

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SSP - POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEANTREMO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Setor de Saneamento
E-ASSIS

RUA SILVA JARDIM, 1685

Dúvidas ou informações sobre a fatura:

0800 646 6444

AGERGS - 0800 979 0066

Fatura de Serviços - Água e/ou Esgoto
Nº 0000100019197527201905 Mês/Ano 05/2019

Unidade: VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA

Rua JOAO BASTOS DE AGUIAR, 1297 A. BRASIL - 97610-000

Código do Imóvel	Localização	Código Débito em Conta	Convênio
19197527	121/295	00019197527	CORSAN

Histórico de Consumos em Metros Cúbicos (m³)					
Mês/Ano	04/2019	03/2019	02/2019	01/2019	12/2018
Consumo	9	9	8	7	8

Dados do Consumo do Mês					
Hidrômetro	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo (m³)	Dias de Consumo	Média Mensal
Y18AA0727513	25	37	12	30	8

Composição dos Serviços						
CATEGORIA	ECO. AGUA	ECO. ESGOTO	CONSUMO	SERVIÇO BÁSICO	VALOR AGUA	VALOR ESGOTO
COM	1	0	4	R\$ 44,07	R\$ 23,68	R\$ 0,00
C1	1	0	4	R\$ 44,07	R\$ 23,68	R\$ 0,00
RB	1	0	4	R\$ 24,70	R\$ 28,84	R\$ 0,00

SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS

R\$ 181,04

SERVIÇO

Descrição dos Itens Faturados

VALOR

SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS

R\$ 181,04

FA - Desconto Social - Agua - C1

R\$ -2,84

FA - Desconto Social - Serv. Básico - C1

R\$ -10,37

SC - Reaviso de Débito

R\$ 4,79

FA - Multa de Mora 03/2019

R\$ 2,96

FA - Juros de Mora 03/2019

R\$ 0,83

Valor Impostos: PASEP R\$ 2,70 (1,65%), COFINS R\$ 12,44 (7,60%), Base Cálculo: R\$ 163,62

Lida e Emitida em:
10/05/2019 10:37:20

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

24/05/2019

R\$ 167,41

Pagamento após o vencimento incidirá multa de 2%, juros de 1% a.m., mais correção monetária. Após 10 dias, por exigência da Lei 11.445/2007, art. 40, § 2º, haverá emissão de aviso de débito com previsão de suspensão do abastecimento e custo previsto na Tabela Tarifária vigente.

MANTENHA O SEU CADASTRO SEMPRE ATUALIZADO. COMPAREÇA A UMA UNIDADE DE ATENDIMENTO CORSAN, PORTANDO UM DOCUMENTO COM FOTO E CONFIRME SEUS DADOS.

Parâmetros

Padrão de Qualidade

Média

Turbidez

0,8 a 5,0 UT

0,2 UT

Cor

0 a 15 UH

2 UH

Cloro Livre Residual

0,20 a 5,00 mg/L

0,72 mg/L

Coliformes Totais

Ausente em 100mL

Ausente

Escherichia coli

Ausente em 100mL

Ausente

OPCAO DEB CONTA PELO CODIGO 00019197527 CONVENIO CORSAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL REGISTRO GERAL 8102938118 DATA DE EXPEDIÇÃO 23/08/2007
 Polegar Direito	NOME JENIFER MAIER MANENTE
	FILIAÇÃO JOEL RENE NORONHA MANENTE JOCELAINE TEREZINHA PAIM MAIER NATURALIDADE SAO FRANCISCO DE ASSIS RS DATA DE NASCIMENTO 07/02/1989
ASSINATURA DO TITULAR <i>Jenifer Maier Manente</i>	DPC ORISEM C NASC 7851 S FRANC ASSIS RS LV A20 FL 86 CPF 024.814.980-62
CARTEIRA DE IDENTIDADE	PORTO ALEGRE RS 2 VIA ASSINATURA DO DIRETOR <i>Paulo Roberto Lopes</i> LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 152385

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
TÍTULO ELEITORAL		IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA	
NOME DO ELEITOR JENIFER MAIER MANENTE			
DATA DE NASCIMENTO 07/02/1989	Nº INSCRIÇÃO 0977 2075 0450	ZONA 079	SEÇÃO 0052
MUNICÍPIO / UF SÃO FRANCISCO DE ASSIS/RS		DATA DE EMISSÃO 11/01/2018	
JUIZ ELEITORAL <i>Paulo Roberto Lopes</i>			
VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL			



Companhia Riograndense de Saneamento

CNPJ 02.802.784/0001-90

U.S.: RUA SILVA JARDIM, 1685

Dúvidas ou informações sobre a fatura:

0800 646 6444

AGERGS - 0800 979 0066

Fatura de Serviços - Água e/ou Esgoto
Nº 0000100019207980201906 Mês/Ano 06/2019

JOCELAINE TEREZINHA PAIM MAIER Rua DEZ DE NOVEMBRO, 1177 MANDARINO - 97610-000						
Código do Imóvel 19207980	Localização 130/3898	Código Débito em Conta 00019207980	Convênio CORSAN			
Histórico de Consumos em Metros Cúbicos (m³)						
Mês/Ano	05/2019	04/2019	03/2019	02/2019	01/2019	12/2018
Consumo	19	16	20	21	18	16
Dados do Consumo do Mês						
Hidrometro Y13T315548	Leitura Anterior 998	Leitura Atual 1019	Consumo (m³) 21	Dias de Consumo 30	Média Mensal 18	
Composição dos Serviços						
CATEGORIA	ECO. AGUA	ECO. ESGOTO	CONSUMO	SERVIÇO BÁSICO	VALOR AGUA	VALOR ESGOTO
RB	1	0	21	R\$ 24,70	R\$ 112,79	R\$ 0,00
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 137,49	
SERVIÇO Descrição dos Itens Faturados VALOR						
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 137,49	
SC - Reaviso de Débito					R\$ 4,79	
FA - Multa de Mora (Diversas)					R\$ 5,09	
FA - Juros de Mora (Diversas)					R\$ 3,04	
Valor Impostos: PASEP R\$ 2,35 (1,65%), COFINS R\$ 10,81 (7,60%), Base Cálculo: R\$ 142,28						

Lida e Emitida em:
12/06/2019 14:28:28

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
01/07/2019	R\$ 150,41

Pagamento após o vencimento incidirá multa de 2%, juros de 1% a.m., mais correção monetária. Após 10 dias, por exigência da Lei 11.445/2007, art. 40, § 2º, haverá emissão de aviso de débito com previsão de suspensão do abastecimento e custo previsto na Tabela Tarifária vigente.

"REGULARIZE SUAS DÍVIDAS DIRETAMENTE NAS UNIDADES DA CORSAN UTILIZANDO O CARTÃO DE CRÉDITO. MAIORES INFORMAÇÕES PELO 0800.646.6444."

Parâmetros	Padrão de Qualidade	Média
Turbidez	0,0 a 5,0 UT	0,3 UT
Cor	0 a 15 UH	2 UH
Cloro Livre Residual	0,20 a 5,00 mg/L	0,70 mg/L
Coliformes Totais	Ausente em 100mL	Ausente
Escherichia coli	Ausente em 100mL	Ausente

OPCAO DEB CONTA PELO CODIGO 00019207980 CONVENIO CORSAN



U.S.: 192-SAO FRANCISCO DE ASSIS Código Imóvel 19207980 Mês/Ano 06/2019

Código de Arrecadação 0000100019207980201906	Vencimento 01/07/2019	Total a Pagar R\$ 150,41
---	--------------------------	-----------------------------

82640000001-2 50410798000-6 01000192079-1 80201906000-2





**AES Sul**

Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 979.770

Reservado ao Fisco

B30C.9E79.32FD.28BD.4798.C7D9.4B5F.C5F7

CÓDIGO DO CLIENTE**1516486-1****VENCIMENTO****28/06/2013****TOTAL A PAGAR (R\$)****16,67****ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA**

R. BORGES DE MEDEIROS Nº 1830

SÃO FRANCISCO DE ASSIS

CENTRO* B. ASSIS B BIT CEP: 97610000

5103-04-0002-4090733

65769

CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

www.aessul.com.br

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA**ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA**

R. BORGES DE MEDEIROS Nº 1830

SÃO FRANCISCO DE ASSIS

CNPJ / CPF: 008.931.320-80

Classe: Residencial

Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid. Normal

Tensão Nominal: 220 Volts

DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO**FATURAMENTO****EMISSION****APRESENTAÇÃO**

06/2013

19/06/2013

21/06/2013

ANTERIOR**ATUAL****PRÓXIMA**

20/05/2013

19/06/2013

19/07/2013

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0**FATOR POTÊNCIA:**

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
4090733	8057	8061	4 kWh

HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh
JUNHO/2013	4	JANEIRO/2013	57	AGOSTO/2012	26
MAIO/2013	4	DEZEMBRO/2012	90	JULHO/2012	18
ABRIL/2013	21	NOVEMBRO/2012	30	JUNHO/2012	24
MARÇO/2013	16	OUTUBRO/2012	30		
FEVEREIRO/2013	43	SETEMBRO/2012	21		

INDICADORES DE CONTINUIDADE**CONJUNTO:** São Francisco**MÊS DE APURAÇÃO:** ABRIL / 2013**EUSD(R\$):** 4,35**INDICADOR****MÊS****METAS****REALIZADO**

DIC: Horas que o cliente ficou sem energia

8,85

17,70

35,40

1,63

FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia

3,92

7,85

15,70

1,00

DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia

4,82

1,63

DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.

Meta: 12,22

Realizado DICRI (diário): 00=0,00

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
---------	--------------	-------------	----------	----------	-------------

MENSAGENS

A partir de 2014 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras amarela ou vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de JUNHO

Atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 306/10

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

Corregedoria-Geral

Eleitoral +

Título e local de votação - consulta por nome

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 070837360485

Eleitor: ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA

DOMICÍLIO ELEITORAL

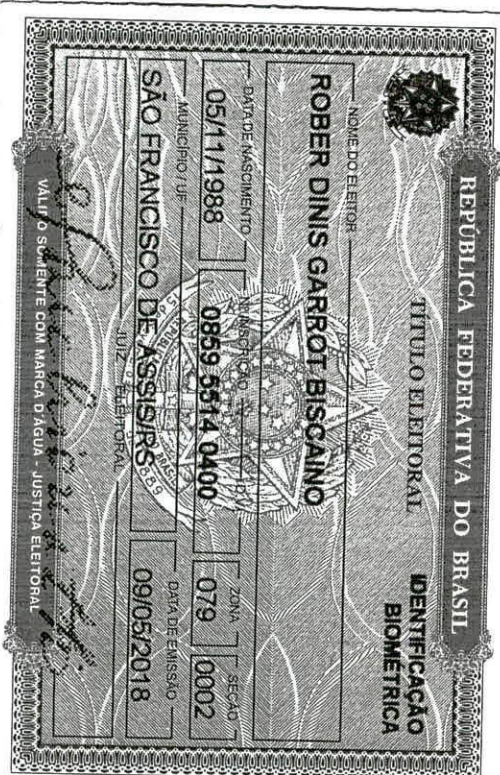
Zona: 079 Seção: 0074

Local: INSPETORIA VETERINÁRIA

Endereço: RUA 13 DE JANEIRO N. 1375 - CENTRO

Município: SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

Nova consulta



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL **IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA**

NOME DO ELEITOR
AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA

DATA DE NASCIMENTO **25/11/1962** Nº INSCRIÇÃO **0374 5858 0426** D.V. **079** SEÇÃO **0054**

MUNICÍPIO / UF **SÃO FRANCISCO DE ASSIS/RS** DATA DE EMISSÃO **23/06/2017**

JUIZ ELEITORAL

VAL: 30 SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME **AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF **2032306983 SSP/PC RS**

CPF **390.406.070-87** DATA NASCIMENTO **25/11/1962**

FILIAÇÃO **ORVANDIL MEIRA PEREIRA**

MARIA MANOELA CORTES PEREIRA

PERMISSÃO **B** ACC **B** CAT. HAB **B**

Nº REGISTRO **02675975491** VALIDADE **19/04/2023** 1ª HABILITAÇÃO **08/09/1981**

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL **SÃO FRANCISCO DE ASSIS, RS** DATA EMISSÃO **19/04/2018**

Assis, Luiz Filipe
Diretor-Geral Adjunto

ASSINATURA DO EMISSOR

57651861601
RS206620144

RIO GRANDE DO SUL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1594666132

PROIBIDO PLASTIFICAR 1594666132



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Certidão de Situação Fiscal nº **0013511492**

Identificação do titular da certidão:

CNPJ: **02.409.280/0001-11**

Certificamos que, aos **19** dias do mês de **JUNHO** do ano de **2019**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima enquadra-se na seguinte situação:
CERTIDAO NEGATIVA

Observações: Nada Consta

O nome do titular do CPF/CNPJ não consta nos bancos de dados da Secretaria da Fazenda. Se necessário, solicite documento de identificação.

Esta certidão **NÃO É VÁLIDA** para comprovar;

- a) a quitação de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova da inexistência, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 17/8/2019.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: **0023164567**

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <https://www.sefaz.rs.gov.br>.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.409.280/0001-11

Certidão n°: 174355567/2019

Expedição: 19/06/2019, às 10:04:53

Validade: 15/12/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **02.409.280/0001-11**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 02.409.280/0001-11
Razão Social: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNT SENT PAMEPANA
Endereço: RUA TREZE DE JANEIRO / 1759 / CENTRO SAO FRANCISCO DE ASSIS - RS

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/06/2019 a 09/07/2019

Certificação Número: 2019061001573582894937

Informação obtida em 19/06/2019 10:37:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA
CNPJ: 02.409.280/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

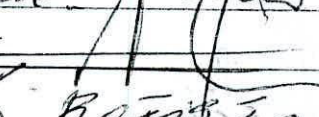


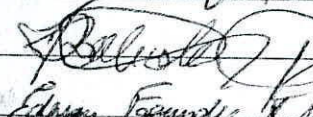
Emitida às 09:59:38 do dia 19/06/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/12/2019.

Código de controle da certidão: **9E39.198F.D3DC.1AEB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

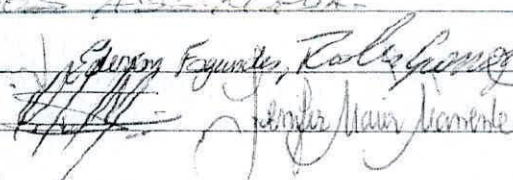
CONVIDADAS AS SEGUINTE PESSOAS PARA FAZER
PARTE DO QUADRO DE ASSOCIADOS, CONFORME A
SEGUIR, VALEVI DE LIMA MACIEL, CARLOS
AUGUSTO DO NASCIMENTO BATISTA, CHOMAR MAIER
EDUARDO DE LIMA BATISTA, BATISTA RUIZANO
BATISTA RIBEIRO, AGOSTINHO ALVES SOARES,
TODAS CONCORDARAM E A PARTIR DESTA DATA
FAZEM PARTE DO QUADRO DE ASSOCIADOS DA
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SEME
NELA PAMPEANA, NADA MAIS A SER TRATADO
FOI ENTÃO DECLARADO QUE A NOVA DIRETORIA
TORNARÁ POSSE NA DATA DE TRINTA E UM DE
Fevereiro de 2018, SENDO O QUE HAVIA PARA
SER TRATADO NESTA ASSEMBLÉIA, FOI ENTÃO -
ENCERRADA A PRESENTE REUNIÃO, SENDO
LAVRADA A PRESENTE ATA QUE DEPOIS DE
LIDA VAI POR PASSOS ASSINADA.

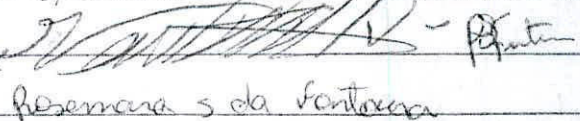

Edson Fagundes, Roberto Fudor Fabundes, Rosângela R
Assinatura de Roberto Fudor Fabundes, Divorciado, Domiciliado em
Rua Manoel de Albuquerque, 111, São Francisco de Assis, RS, CEP: 97600-000, RG-2019392881, CPF: 948.835.040-15, Vice-Presidente: Rosângela

* 2018 Aos Trinta e um dias do mês de Fevereiro do Ano de Con-
militar e Direito, As Vinte e duas, NA CIDE DA ASSOCIAÇÃO
DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SEME NELA PAMPEANA, 111-
Rua Manoel de Albuquerque, em São Francisco de Assis,
RS, por Colocação do Presidente em Exercício, Hm-
Voz de Assembleia Geral Ordinária, OS ASSOCIADOS
REUNIRAM-SE PARA DAR POSSE A NOVA DIRETORIA DA
ASSOCIAÇÃO ASSIM CONSTITUÍDA: Presidente: Roberto
Fudor Fabundes, Brasileiro, Divorciado,
Residente e Domiciliado NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO
DE ASSIS, RS, Cep: 97600-000, RG-2019392881, CPF: 948.835.040-15, Vice-Presidente: Rosângela

residente e domiciliado na Rua João Paulo de Albuquerque
 1297, em São Francisco de Assis, RS, CPF 97610.000
 - 1089980235 RG/RS, CPF 003.931.320/80, Primeiro
 Secretário: Jonifete maiormente, Brasileiro
 Leira, maior, Residente e domiciliado na cidade de
 São Francisco de Assis, RS, CPF: 97610.000, RG: 1089980235
 - 1089980235 RG/RS, CPF: 003.931.320/80, Segundo Secretário
 Beti D. da Genof Baccaro, Brasileira, maior,
 solteira, Residente e domiciliado na Rua Pinheiro
 1411, em São Francisco de Assis, RS, CPF:
 97610.000, RG - 58861.2258 RG/RS, CPF - 003.931.320-
 2, Primeiro tesoureiro: Amândio J. da Costa -
 Pereira, Brasileiro, maior, Casado, Residente e domici-
 liado na Rua Claudio Leira cidade nº 132, em São
 Francisco de Assis, RS, CPF 97610.000, RG - 1032305933
 RG/RS, CPF: 310.406.070-87, Segundo Tesoureiro:
 Vanderlei Medeiros da Silva, Brasileiro, maior
 divorciado, Residente e domiciliado na Rua João
 Paulo de Albuquerque nº 1297, em São Francisco de Assis
 RS, CPF 97610.000, RG - 60036238113, CPF - 304-
 38.000-80, Como foi decidido no dia 31/12/2017, em
 Assembleia Geral, que aprovou por unanimidade
 pela Diretoria, foi lido o termo de posse a nova
 diretoria no dia 31 de dezembro do ano de 2017, com
 a presença de todos os associados em dia com
 suas obrigações sociais, nada mais feito para
 este tratado, foi celebrada a presente Assembleia
 e lavrada a presente Ata, que depois de lida vai
 por todos assinada.







Rosemaria S da Fontoura

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 17001/2019/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 22 de maio de 2019.

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana (CNPJ nº 02.409.280/0001-11)

Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297

CEP: 97610-000 / São Francisco de Assis – RS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.042889/2013-91.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 7245/2019/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada do Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.
4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html

6. Esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar. CEP: 70044-900 / Brasília-DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária substituto**, em 23/05/2019, às 10:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4222045** e o código CRC **E5DAA6FA**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 7245/2019/SEI-MCTICProcesso nº: **53000.042889/2013-91.**Assunto: **COMPLEMENTAÇÃO DE EXIGÊNCIAS.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. **A Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Francisco de Assis**, estado do **Rio Grande do Sul**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 376/2019/SEI-MCTIC.

ANÁLISE

2. Uma vez apresentado o Requerimento de Renovação, em atenção ao art. 130, §1º, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, foi observada a necessidade de complementação de informações e de esclarecimento sobre divergência de endereços, conforme detalhado a seguir:

2.1. O endereço da Sede constante no Requerimento encaminhado (**RUA JOÃO BASTOS DE AGUIAR Nº 1297, BAIRRO ASSIS BRASIL - CEP: 97610-000**) diverge do endereço observado no sistema SRD da Anatel (**RUA TREZE DE JANEIRO, 1759 - ASSIS BRASIL - CEP: 97610-000**) e também dos dados do CNPJ, da Receita Federal (**R TREZE DE JANEIRO, 1759 - COMPLEMENTO CASA - CENTRO - CEP: 97610-000**).

2.2. As coordenadas do sistema irradiante informadas não estão dentro do padrão estabelecido pelo art. 22, §1º da Portaria:

*"[...] § 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o art. 23, estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GGº MM' SS", **com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59."** (g.n.)*

2.3. Não foi preenchido o número do Título de Eleitor da Diretora **JENIFER MAIER MANENTE (Primeira Secretária)**. Em consulta ao sítio da Justiça Eleitoral não foi possível obter a informação.

3. **A Entidade deverá, portanto, apresentar novo Requerimento de Renovação (modelo em anexo), assinado por todos os dirigentes e contendo todos os campos preenchidos de forma correta.**

4. Quanto ao endereço da Sede, caso tenham sido efetuadas alterações, a Entidade deve se atentar para os arts. 125 e 126 da Portaria, segundo os quais:

"Art. 125. Caso a entidade deseje alterar qualquer característica constante da Licença para Funcionamento da Estação, deverá encaminhar pedido de alteração de caráter técnico, acompanhado do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), juntamente com a documentação constante do respectivo formulário.

§ 1º O sistema irradiante poderá ter sua localização alterada para qualquer local dentro da área da comunidade atendida, desde que previamente autorizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e observada a

distância mínima de quatro quilômetros a partir do sistema irradiante de outra entidade autorizada ou participante de edital em andamento.

§ 2º Deferida a mudança, nos termos do § 1º, será publicada Portaria de Alteração de Características Técnicas, tendo a entidade um prazo de sessenta dias, contado da publicação da Portaria, para concretizar a modificação do local do sistema irradiante e adequar o quadro diretivo e a sede para a nova área da comunidade atendida, sob pena das sanções previstas na legislação.

[...]

Art. 126. Com exceção dos pedidos de alteração de local do sistema irradiante, as demais alterações de caráter técnico não dependem de prévia anuência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Parágrafo único. As alterações de que trata o caput devem ser comunicadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no prazo máximo de trinta dias, contado da realização do ato, acompanhadas do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6) e da respectiva documentação necessária."

5. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

6. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

7. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

8. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

9. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 22/05/2019, às 15:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4205425** e o código CRC **12AEF17D**.

Minutas e Anexos

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação
Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B
SALA 300
70044-900 Brasília - DF (B)



Associação de Comunicação Comunitária
SCILINELA PATRICEIRA
Rua João Baptas de Aguiar nº 1297
São Francisco de Assis
97660000

Data de Envio:

10/07/2019 10:53:09

De:

MCTIC/Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

viviane.domingues@mctic.gov.br

natalia.froemming@mctic.gov.br

Assunto:

Informação sobre entidade comunitária que pleiteia Renovação de Outorga

Mensagem:

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana (CNPJ 02.409.280/0001-11), entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Assis / RS (processo nº 53000.042889/2013-91), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.042889/2013-91**

Entidade: **Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana.**

Assunto: **Pesquisa de Processos de Apuração de Infração.**

1. Da pesquisa ao banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração e ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, verificou-se que consta(m) o(s) seguinte(s) processos(s):

Situação	Nº do Processo	Dispositivo violado	Sanção Aplicada	Data da Infração	Trânsito em Julgado da Decisão Condenatória
Concluído	53790.0011431/2002	Artigo 40 inciso XV do Decreto nº 2.615 de 3 de junho de 1998 e Subitem 15.3, inciso XV da Norma nº 2/98.	Multa	-	20/04/2005
Concluído	53000.053440/2006	Itens 14.2, 17.2 e 18.2.9 da Norma Complementar nº 01/2004	Multa	-	25/08/2009
Ativo	53900.037586/2016	Processo ainda não possui informações.	-	-	-

2. Portanto, uma vez que não fora aplicada a pena de revogação da autorização, não há óbice para prosseguimento do processo de renovação da outorga.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.409.280/0001-11 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 05/02/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R TREZE DE JANEIRO	NÚMERO 1759	COMPLEMENTO CASA	
CEP 97.610-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO FRANCISCO DE ASSIS	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **31/07/2019** às **09:40:09** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA

CNPJ: 02.409.280/0001-11

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:41:53 do dia 31/07/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/08/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.409.280/0001-11

Razão Social: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNT SENT PAMEPANA

Endereço: RUA TREZE DE JANEIRO 1759 / CENTRO / SAO FRANCISCO DE ASSIS /
RS / 97610-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/07/2019 a 16/08/2019

Certificação Número: 2019071803205034180775

Informação obtida em 31/07/2019 09:42:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA
CNPJ: 02.409.280/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:43:53 do dia 31/07/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/01/2020.

Código de controle da certidão: **AE13.7B3C.E2D9.B56B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.409.280/0001-11

Certidão nº: 178345963/2019

Expedição: 31/07/2019, às 09:44:51

Validade: 26/01/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA SENTINELA PAMPEANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.409.280/0001-11**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL N° 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / n° do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria n° 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria n° 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

53000.042889/2013-91
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA (CNPJ: 02.409.280/0001-11)
SÃO FRANCISCO DE ASSIS/RS

1) Requerimento: Pág. 2 do Evento SEI 0123161 - postagem: pág. 4
Data apresentação: 08/07/2013

Endereço de correspondência: Rua João Bastos de Aguiar, nº 1297 97610-000 / São Francisco de Assis – RS	Dados da Outorga Processo Outorga: 53790.001010/1998 Portaria Autorização: 73 - DOU 06/02/2002 Decreto Legislativo: 395 - DOU 31/07/2003
---	---

2) Ata de Eleição da Diretoria: Ata de 31/01/2018 - Páginas 16 e 17 do Evento SEI 3867551 - protocolo 01250.008353/2019-97
Tempo do mandato: 4 anos - Período: 31/01/2018 a 31/01/2022
Localização do registro: Págs. 15 e 18

Cargo	Nome do Diretor	Nasc.	CPF	RG	Filiação	Título Eleitoral	Documentos
Presidente	 EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES	17/11/1977	918.835.040-15	2069392881 - SJTC/RS	Carmem Suzana Funck Fagundes	066218410418	Pág. 8 do Evento SEI 3867551 - 01250.008353/2019-97
Vice-Presidente	 ROSENILDA SALBEGO DA FONTOURA	08/12/1979	008.931.320-80	1081980235 - SJS/RS	Antonio Santos da Fontoura e Antonieta Salbego da Fontoura	070837360485	Pág. 9 do Evento SEI 3867551 - 01250.008353/2019-97
Primeira Secretária	 JENIFER MAIER MANENTE	06/12/1982	002.444.750-16	8102938118 - SJS/RS	Joel Rene Noronha Manente e Jocelaine Terezinha Paim Maier	097720750450	Pág. 10 do Evento SEI 3867551 - 01250.008353/2019-97
Segundo Secretário	 ROBER DINIS GARROT BISCAINO	05/11/1988	014.331.590-07	5082622258 - SSP/RS	Ercindo Dinis Pires Biscaino e Dione Mari Gonçalves Garrot	085955140400	Pág. 11 do Evento SEI 3867551 - 01250.008353/2019-97
Primeiro Tesoureiro	 AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA	25/11/1962	390.406.070-87	2032306983 - SSP/RS	Orvandil Meira Pereira e Maria Manoela Cortes Pereira	037458580426	Pág. 12 do Evento SEI 3867551 - 01250.008353/2019-97
Segundo Tesoureiro	 VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA	18/04/1956	304.338.000-20	6003623813 - SSP/RS	Enio Flores da Silva e Lucinda Medeiros da Silva	009673230477	Pág. 13 do Evento SEI 3867551 - 01250.008353/2019-97

3) Estatuto Social: Págs. 3 a 14 do Evento SEI 0276129 - protocolo 53900.033752/2014-83

3.1) Comprovante do registro do Estatuto no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas:	Pág. 14
3.2) Indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:	Art. 2º
3.3) Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	Arts. 5º e 8º, "b"
3.4) Garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	Art. 8º, "a"
3.5) Garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votados para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	Art. 8º, "a"
3.6) Especificação do órgão administrativo da entidade:	Art. 12
3.7) Especificação do Conselho Comunitário:	Art. 14
3.8) Cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições:	Arts. 12 e 13

3.9) Tempo de mandato dos membros da diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual é vedada a permanência dos mesmos dirigentes mesmo que em cargos diversos:	Art. 12
3.10) Texto estatutário deve conter, em conformidade com o art. 54 do Código Civil: I - a denominação, os fins e a sede da associação; II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; III - os direitos e deveres dos associados; IV - as fontes de recursos para sua manutenção; V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução; e VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	I (Arts. 1º e 2º); II (Arts. 5º e 9º); III (Art. 8º); IV (Art. 17); V (Art. 11); VI (Arts. 11, §4º e 18); VII (Art. 13, "e" e "f")
3.11) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto (art. 57 do Código Civil) (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	Art. 9º
3.12) Competências privativas da Assembleia Geral, a saber: (Art. 59 do CC) I - destituição dos administradores; II - alteração do estatuto; III - o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos e os critérios de eleição dos administradores. (Art. 60 do CC) A garantia do direito de convocação dos órgãos deliberativos a 1/5 (um quinto) dos associados. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):	Art. 11
3.13) Observância aos arts. 66 e 67 do Código Civil, quanto à alteração do estatuto: I - deliberação por 2/3 dos componentes para gerir e representar a fundação; II - a alteração não deve contrariar ou desvirtuar o fim da fundação; III - a alteração deve ser aprovada pelo órgão do Ministério Público do Estado onde a fundação estiver situada (APENAS PARA FUNDAÇÕES):	[não se aplica]
3.14) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio (arts. 61 e 69 do Código Civil - ASSOCIAÇÕES e FUNDAÇÕES, respectivamente):	Art. 19
3.15) O estatuto social não poderá conter cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realiza ou realizará proselitismo e deverá observar as finalidades e princípios dispostos, respectivamente, nos arts. 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998:	ok

4) Requerimento e respectivas declarações (Anexo 5) assinados por todos os dirigentes: Págs. 1 a 3 do Evento SEI 4381260 (01250.032971/2019-58)

5) Prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição do CPF de todos os dirigentes: Págs. 8 a 13 do Evento SEI 3867551 - 01250.008353/2019-97

6) Último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116: Págs. 57 e 58 do Evento SEI 3867551 - 01250.008353/2019-97 (CNPJ das entidades: págs. 61, 64, 66, 68, e 70)

7) Declaração de conformidade das instalações e equipamentos: Pág. 40 do Evento SEI 0123161

8) Comprovante de Inscrição no CNPJ: Página 1 do Evento SEI 4456620

9) Certidão Negativa de Débitos da Anatel (SIGEC): Página 2 do Evento SEI 4456620

10) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: Página 3 do Evento SEI 4456620

11) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: Página 4 do Evento SEI 4456620

12) Certidão negativa de débitos perante à Justiça do Trabalho: Página 5 do Evento SEI 4456620

13) Verificações sobre a manutenção ou o estabelecimento de vínculos: ok

14) Conclusão da Análise:

Documentação ok.
Encaminhar para Revisão Final.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de São Paulo

DESPACHO

Processo nº: **53000.042889/2013-91**.

Entidade: **Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana**.

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**.

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal e da respectiva Seção e Subseção Judiciária e do Tribunal de Justiça do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga.
2. Encaminhem-se os autos para revisão final.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 02/08/2019, às 09:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/08/2019, às 15:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4457069** e o código CRC **39D8673C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.042889/2013-91

SEI nº 4457069

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 13076/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.042889/2013-91.**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo se trata da renovação para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana**, na localidade de **São Francisco de Assis**, estado do **Rio Grande do Sul**, por meio da Portaria nº 73, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 6/2/2002, e Decreto Legislativo nº 395, publicado no DOU de 31/7/2003.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 31/7/2013. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou pedido de renovação de outorga em 8/7/2013 (pág. 2 do Evento SEI 0123161 - postagem: pág. 4), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no DOU de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PAMPEANA
QUADRO DIRETIVO
EDERSON ROBERTO FUNCK FAGUNDES (Presidente) ROSENILDA SALBEGO DA FOUNTOURA (Vice-Presidente) JENIFER MAIER MANENTE (Primeira Secretária)

ROBER DINIS GARROT BISCAINO (Segundo Secretário) AMARILDO JESUS CORTES PEREIRA (Primeiro Tesoureiro) VANDERLEI MEDEIROS DA SILVA (Segundo Tesoureiro)

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	PG. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	Págs. 1 a 3 do Evento SEI 4381260 (01250.032971/2019-58)
1.2	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	Sim
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	Págs. 3 a 14 do Evento SEI 0276129 (53900.033752/2014-83)
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	Págs. 16 a 18 do Evento SEI 3867551 (01250.008353/2019-97)
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	Págs. 8 a 13 do Evento SEI 3867551 (01250.008353/2019-97)
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	Págs. 57, 58, 61, 64, 66, 68 e 70 do Evento SEI 3867551 (01250.008353/2019-97)
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério a Ciência, Tecnologia,	Pág. 40 do Evento SEI 0123161 e págs. 1 a 3 do Evento SEI 4381260

	Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	4501200 (01250.032971/2019-58)
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	Pág. 1 do Evento SEI 4456620
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Pág. 2 do Evento SEI 4456620
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Pág. 3 do Evento SEI 4456620
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	Pág. 4 do Evento SEI 4456620
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Pág. 5 do Evento SEI 4456620
9	Relatório de apuração de infrações.	Evento SEI 4456219
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

4. Após consultas ao sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal e da respectiva Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a Justiça Federal que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (Evento SEI 4457022).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 02/08/2019, às 09:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/08/2019, às 15:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 16/08/2019, às 15:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 19/08/2019, às 19:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4456674** e o código CRC **D46F03CB**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.042889/2013-91, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, inscrita no CNPJ nº 02.409.280/0001-11, explore pelo prazo de dez anos a partir de 31 de julho de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13076/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX. [Portaria de renovação]

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.001010/1998 e nº 53000.042889/2013-91, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, CNPJ nº 02.409.280/0001-11, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.042889/2013-91

SEI nº 4456674

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de São Paulo

DESPACHO

Processo nº: **53000.042889/2013-91**

Entidade: **Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante do exposto na Nota Técnica nº 13076/2019/SEI-MCTIC (Evento SEI 4456674), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pela Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, entidade executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária em São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 23/08/2019, às 14:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 23/08/2019, às 14:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 25/08/2019, às 21:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.042889/2013-91, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, inscrita no CNPJ nº 02.409.280/0001-11, explore pelo prazo de dez anos a partir de 31 de julho de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13076/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX. [Portaria de renovação]
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº

DE

DE

DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.001010/1998 e nº 53000.042889/2013-91, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, CNPJ nº 02.409.280/0001-11, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.042889/2013-91

SEI nº 4521083

MINUTA DE

(Portaria)

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.001010/1998 e nº 53000.042889/2013-91, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, CNPJ nº 02.409.280/0001-11, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 26/08/2019, às 12:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4566538** e o código CRC **46057B0A**.

Referência: Processo nº 53000.042889/2013-91

SEI nº 4566538

MINUTA DE
(Exposição de Motivos)

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.042889/2013-91, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, inscrita no CNPJ nº 02.409.280/0001-11, explore pelo prazo de dez anos a partir de 31 de julho de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13076/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX. [Portaria de renovação]
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 26/08/2019, às 12:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4566542** e o código CRC **C98C9BB8**.

Referência: Processo nº 53000.042889/2013-91

SEI nº 4566542

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53000.042889/2013-91

Referência: Despacho CGRC_REG_SP (4521083)

Interessado: Associacao de Comunicacao Comunitaria Sentinela Pampeana

Assunto: Renovação de outorga

Trata-se de minuta de portaria e de minuta de exposição de motivos, que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, CNPJ nº 02.409.280/0001-11, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário-Executivo**, em 09/09/2019, às 09:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4582036** e o código CRC **A69C2A3B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.042889/2013-91

SEI nº 4582036



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4874/2019/SEI-MCTIC
DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.001010/1998 e nº 53000.042889/2013-91, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, CNPJ nº 02.409.280/0001-11, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 19/09/2019, às 21:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4647574** e o código CRC **C0FB4B74**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 25/09/2019 16:36:07
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 5517207
Data prevista de publicação: 26/09/2019
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Nota de Crédito

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12052157	ATO PORTARIA Nº 4862 MIN NOT.rtf	228ece1467464b1c cfd174f0eb239f6b	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12052158	ATO PORTARIA Nº 4871 MIN NOT.rtf	d199b99eb7cc7741 ed3ce867b4edcdb9	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12052159	ATO PORTARIA Nº 4872 MIN NOT.rtf	c61a85d74d811fb2 85e26253623f04bc	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12052160	ATO PORTARIA Nº 4873 MIN NOT.rtf	06211e61dda19b82 2f64318face2c3b8	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12052161	ATO PORTARIA Nº 4874 MIN NOT.rtf	7242edc46fe3b7df 6f1ec4dfc3c565a2	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12052182	ATO PORTARIA Nº 4876 MIN NOT.rtf	4e1652d86ac57a8c c3910156bc27658b	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12052183	ATO PORTARIA Nº 4877 MIN NOT.rtf	052eff95b51455e7 9f9ec81a723b5935	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12052184	ATO PORTARIA Nº 4863 MIN NOT.rtf	b961fb2723dcf6e6 d58487c30354cca1	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12052185	ATO PORTARIA Nº 4864 MIN NOT.rtf	73f8503568e5dd76 6037962b0f81e7ff	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12052186	ATO PORTARIA Nº 4865 MIN NOT.rtf	c18f3c0e736e8bf1 0391b81830135e44	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12052187	ATO PORTARIA Nº 4866 MIN NOT.rtf	3718770db045ec96 dc170c22b4694ce9	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28

12052188	ATO PORTARIA Nº 4867 MIN NOT.rtf	6a5399ca13df8b1f 955644adea8add3d	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12052189	ATO PORTARIA Nº 4868 MIN NOT.rtf	68da3fcbafa801d0 6a9bbb4f7ddaa828	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12052190	ATO PORTARIA Nº 4869 MIN NOT.rtf	137779d5a684abe3 5a13cef57d6a932	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12052191	ATO PORTARIA Nº 4870 MIN NOT.rtf	f3c4ff8cf3d1274a eff4513693efbe0c	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
TOTAL DO OFICIO			105,00	R\$ 3.469,20

PORTARIA Nº 4.866-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53720.000119/1999 e nº 53900.005704/2014-03, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação Popular de Xinguara, inscrita no CNPJ nº 02.896.917/0001-41, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Xinguara, estado do Pará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.867-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001636/1998 e nº 53900.013321/2014-09, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Baependiana de Radiodifusão, inscrita no CNPJ nº 01.280.822/0001-36, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Baependi, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.868-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53640.001267/1998 e nº 53900.034785/2015-21, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de setembro de 2015, a autorização outorgada à Associação de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Ribeira do Pombal, inscrita no CNPJ nº 02.695.528/0001-58, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ribeira do Pombal, estado da Bahia.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.869-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.001458/2003 e nº 01250.075982/2017-61, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de junho de 2018, a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Guarani, CNPJ nº 04.402.310/0001-93, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Caetés, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.870-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53100.000499/2004 e nº 01250.075605/2017-21, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 2 de junho de 2018, a autorização outorgada à Organização Para Cidadania e Desenvolvimento de Umarizal Terezinha de Souza Fonseca, CNPJ nº 05.557.679/0001-38, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Umarizal, estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.871-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000636/1998 e nº 53900.029094/2014-25, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Pedrense de Eventos Comunitários, inscrita no CNPJ nº 35.664.861/0001-59, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Pedra, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.872-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53720.000804/2001 e nº 53900.043597/2015-94, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Santo Amaro, CNPJ nº 69.390.151/0001-08, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santo Amaro do Maranhão, estado do Maranhão.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.873-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000262/1999-78 e nº 53900.011574/2014-30, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Joaquim Mariano da Costa, CNPJ nº 03.144.288/0001-66, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Toritama, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.874-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.001010/1998 e nº 53000.042889/2013-91, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, CNPJ nº 02.409.280/0001-11, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.876-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.003023/1998 e nº 53900.016427/2015-37, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação de Integração São Manuel, CNPJ nº 02.228.098/0001-64, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Manuel, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.877-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53660.000721/1998 e nº 53000.026953/2013-97, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de setembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Unidos Para Comunicação de Pinheiros, CNPJ nº 02.765.616/0001-89, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Pinheiros, estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.985-SEI, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.005490/2017-16, resolve:

Art. 1º Consignar à Marinha do Brasil - Centro de Comunicação Social da Marinha, o canal 273 E (duzentos e setenta e três - Educativo), classe A1, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada, no município de Angra dos Reis/RJ, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.987-SEI, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.039620/2008-61, resolve:

Art. 1º Consignar à Empresa Brasil de Comunicação S.A., o canal 260 E (duzentos e sessenta - Educativo), classe B1, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada, no município de Campo Grande/MS, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.042889/2013-91**.

Entidade: **Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana**.

Assunto: **Encaminhamento de Processo à Presidência da República**.

Por meio da Portaria nº 4874 de 19 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26/09/2019, renovou-se a outorga da **Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho o processo nº 53000.042889/2013-91, acompanhado do ato de renovação de outorga, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para inclusão no Sistema SIDOF e posterior envio dos autos ao setor responsável pelo encaminhamento à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2019, às 17:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4685697** e o código CRC **06130793**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.042889/2013-91

SEI nº 4685697

Brasília, 22 de outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.042889/2013-91, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, inscrita no CNPJ nº 02.409.280/0001-11, explore pelo prazo de dez anos a partir de 31 de julho de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Assis, estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13076/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.874, de 19 de Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26/09/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 40670/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.042889/2013-91.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 23/10/2019, às 12:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4771636** e o código CRC **B3FD33F2**.